

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Diego D'Avila da Rosa

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM RIO GRANDE NO CONTEXTO DE
ASCENSÃO E CRISE DA INDÚSTRIA NAVAL**

Porto Alegre, 2016

Diego D'Avila da Rosa

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM RIO GRANDE NO CONTEXTO DE
ASCENSÃO E CRISE DA INDÚSTRIA NAVAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Estudos Organizacionais

Orientador: Prof. Dr. Rogério Faé

Porto Alegre, 2016

CIP - Catalogação na Publicação

D'Avila da Rosa, Diego

A organização do trabalho em Rio Grande no contexto de ascensão e crise da indústria naval / Diego D'Avila da Rosa. -- 2016.
147 f.

Orientador: Rogério Faé.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Organização do Trabalho. 2. Indústria Naval. 3. Rio Grande. I. Faé, Rogério, orient. II. Título.

Agradecimentos

À Cíntia, minha esposa, pois sem seu incentivo o primeiro passo dessa jornada teria sido adiado e sem seu apoio, amizade, carinho, dedicação e amor esta dissertação jamais seria concluída. A ela, meu amor e meu sincero e eterno muito obrigado.

Aos meus pais que me apoiaram, oraram e estiveram comigo durante esta jornada.

Aos familiares e amigos que por orações, conversas ou pensamentos positivos estiveram presentes durante a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Rogério, meu orientador, pelo apoio, pelas contribuições teóricas e pela compreensão nos momentos difíceis ao longo desta trajetória.

Ao Prof. Guilherme, pelo acolhimento, dedicação e importantes contribuições teóricas ao longo de toda a construção dessa dissertação.

Aos professores Maria Ceci Araújo Misoczky e Ariston Azevêdo Mendes, cuja estratégia educativa proposta na banca do projeto favoreceu a construção de um trabalho mais contundente.

Aos colegas do Mestrado e do Grupo Organização e Práxis Libertadora pelas conversas, trocas e aprendizado ao longo deste processo.

A todos aqueles que participaram da pesquisa, em especial aos trabalhadores que me permitiram entrar em suas vidas e conhecer um pouco de suas histórias, de suas lutas e de sua força.

À Universidade Federal do Rio Grande, que me concedeu afastamento integral com ônus para realizar minha qualificação.

*“A minha alucinação é suportar o dia a dia,
E meu delírio é a experiência com coisas reais.”
(Alucinação – Belchior)*

RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo exploratório que busca entender as consequências da implementação da indústria naval para a organização do trabalho na cidade de Rio Grande. Para tal, propõe-se a categoria organização do trabalho definida a partir de ideias fundamentais da teoria marxista, permitindo uma análise alternativa às formulações burguesas de crescimento econômico e progresso. Aqui a organização do trabalho ultrapassa os muros da indústria, invade e organiza a vida dos trabalhadores e da comunidade local, estabelecendo formas de produzi-la. Ao analisar as falas dos diferentes sujeitos inseridos na cidade (representantes do governo municipal, trabalhadores, sindicalistas, líderes comunitários, etc.), após estudo do processo histórico que favoreceu a implementação da indústria naval em Rio Grande, foi possível concluir que os esforços do governo local em garantir o crescimento econômico e manter os níveis de emprego reforçam e ampliam a secular dependência latino-americana em relação aos países capitalistas avançados. Processo que foi agravado com o ocaso da indústria naval provocado pelas denúncias e investigações da Operação Lava Jato e a desvalorização das *commodities* no mercado internacional. Nesse contexto, os trabalhadores, submetidos à superexploração do trabalho e à degradação de suas condições de trabalho, são colocados no mesmo patamar das máquinas. As lutas da classe trabalhadora, que poderiam interromper este processo, restringem-se àquilo que a organização do trabalho lhes possibilita, buscando a liberdade sob a forma de mais servidão. O convívio entre trabalhadores migrantes e população local é marcado por desconforto e intolerância, em uma relação onde ambos se reconhecem como membros de formas parciais do gênero humano, não como totalidade. A organização do trabalho reorganiza a vida social, tanto na intimidade de cada indivíduo quanto na comunidade como um todo, de modo a favorecer o processo de acumulação do capital.

Palavras chave: Organização do Trabalho, Ser Social, Dependência, Indústria Naval, Rio Grande.

ABSTRACT

This dissertation consists of an exploratory study that seeks to understand the consequences of the implementation of the shipbuilding industrial complex for the organization of the work in the city of Rio Grande. Therefore, we propose the organization of work as a category defined from fundamental ideas of Marxist theory, allowing an alternative analysis to bourgeois ideas as economic growth and progress. So, the organization of work exceeds industrial walls, invades and organizes workers' life and the local community, through establishing ways to produce it. After the city historical process study which favored the implementation of the shipbuilding industry in Rio Grande, through speeches analysis of different actors inserted in the city (municipal government representatives, workers, trade unionists, community leaders, etc.), we have concluded that the efforts of the local government to both, ensure economic growth and maintain employment levels, reinforce and expand the Latin American secular dependence in relation to advanced capitalist countries. The dependence process has been aggravated by the decline of the shipbuilding industry provoked by both investigations of Operation Lava Jato and commodities value depreciation at the global market. At this context, workers have been positioned at the same of machines as a consequence of both, overexploitation of labor and the deterioration of their working conditions. The struggles of the working class, which could interrupt this process, are restricted to what the organization of work allows. Or better, seeking freedom workers produce new forms of bondage. Relationships between migrant workers and the local population are characterized for discomfort and intolerance in which they recognize each other as partial members of various human class, not as a whole. The organization of work rearranges the social life, both in the privacy of every individual and the community. Thus, the organization of work is understood as means of favor the capital accumulation process.

Keywords: Organization of Work, Social Being, Dependency, Shipbuilding Industry, Rio Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica da Cidade do Rio Grande.....	14
Figura 2 - Saída dos trabalhadores da Rheingantz	18
Figura 3 - Festa de Confraternização dos trabalhadores da Rheingantz na década de 1960	18
Figura 4 - Imagens atuais da Vila Operária da Rheingantz	19
Figura 5 - Bairro Cidade de Águeda.....	31
Figura 6 – Paralisação de trabalhadores em frente à Ecovix	36
Figura 7 - Ato em Defesa do Polo Naval.....	37
Figura 8 - Incêndio atinge alojamento de trabalhadores.....	80
Figura 9 - Imagens do "Carandiru"	81
Figura 10 - Interior de alojamento no centro da cidade.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Investimentos em Infraestrutura (em R\$ bilhões) - PAC 2007/2010.....	27
Quadro 2 - Investimentos do PAC em Janeiro de 2007 e Janeiro de 2009 (em R\$ bilhões)....	28
Quadro 3 - Evolução do PIB de Rio Grande	74
Quadro 4 - PIB <i>Per Capita</i> de Rio Grande 2006-2012	74
Quadro 5- Índice de Gini da Renda Domiciliar <i>Per Capita</i> em Rio Grande.....	75
Quadro 6 - Empresas Instaladas em Rio Grande	75
Quadro 7 - Microempreendedores Individuais em Rio Grande	76
Quadro 8 - Admissões e Demissões em Rio Grande.....	77
Quadro 9 - Variação % das Admissões e Demissões em Rio Grande.....	78
Quadro 10 - Flutuação do Emprego na Indústria Naval nos últimos 11 anos	78
Quadro 11 - Número de Empregos nos Estaleiros do RS.....	79

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 TRABALHO E VIDA EM RIO GRANDE: PRODUÇÃO OU REPRODUÇÃO CÍCLICA?	14
2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA MARXISTA PARA COMPREENDER O TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE	38
2.1 A TEORIA DO VALOR EM MARX	39
2.2 RELAÇÕES REIFICADAS NA PRODUÇÃO DE COMPLEXOS DO SER SOCIAL EM LUKÁCS	52
2.3 MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	57
2.4 A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO EM BRAVERMAN	62
2.5 A CATEGORIA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	66
3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	73
4 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM RIO GRANDE	83
4.1 AÇÕES DO GOVERNO LOCAL: REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA	88
4.2 A VIDA DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA NAVAL	94
4.2.1 A chegada a Rio Grande e o ingresso na indústria naval	95
4.2.2 O cotidiano do trabalho	97
4.2.3 A saudade da família e os amigos do “trecho”	110
4.2.4 O cotidiano nos alojamentos	112
4.2.5 As lutas dos trabalhadores	119
4.3 COMUNIDADE RIOGRANDINA	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	137

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo entender as mudanças ocorridas na organização do trabalho em Rio Grande após a implementação da indústria naval, a partir da perspectiva dos trabalhadores migrantes que permaneceram na cidade e dos riograndinos. Para cumpri-lo, foi necessário percorrer um longo caminho que passa pela revisão histórica da forma como a vida é produzida e reproduzida no município, uma revisão teórica que permitiu compreender o trabalho no capitalismo dependente, a proposição da categoria organização do trabalho, que agrega diferentes conceitos e autores de modo a dar suporte a uma leitura qualificada da realidade observada. Após este momento marcadamente teórico, foi realizada a pesquisa de campo, envolvendo representantes do governo local, de instituições de classe, trabalhadores migrantes e riograndinos, com o propósito de testar a categoria proposta.

Rio Grande passou por diferentes ciclos econômicos ao longo de sua história: da implementação da indústria têxtil no final do século XIX, o frigorífico Swift nos anos 1920, a indústria pesqueiras nos anos 1950, o Superporto na década de 1970, que possibilitou a formação de um distrito industrial na cidade, até a chegada, na primeira década dos anos 2000, da indústria naval. O ciclo econômico incitado pelo setor naval, ainda em movimento, apresenta características que não destoam daqueles que o precederam, pois contam com investimentos externos à região e incentivos governamentais; está ligado à produção de produtos que darão suporte para a extração de bens primários; e se caracteriza pela inserção de atividades produtivas exógenas.

O ciclo gerado pela implementação da indústria naval, entretanto, se encontra sem um desfecho claro dado o momento de turbulência no qual o país se encontra (Operação Lava Jato, queda do preço das *commodities* no mercado internacional e insegurança quanto a continuidade dos investimentos financeiros ligados às atividades desenvolvidas em Rio Grande). Essa peculiaridade, aliada à repercussão que sua chegada suscitou e os contingentes de trabalhadores que desembarcaram em Rio Grande, levaram a escolha e definição do objeto de pesquisa. Estudar a organização do trabalho, a partir da implementação da indústria naval, permite estudar a história viva e suas mutações, enquanto o real é transformado pela ação concreta dos seres humanos.

A construção da categoria “organização do trabalho” articula diferentes conceitos e autores, de modo a fornecer os elementos necessários para o entendimento sobre a forma como ocorre a organização do trabalho em Rio Grande. Assim, organização do trabalho é definida aqui como o resultado de uma relação de forças antagônicas que, dinamizada por

mecanismos de produção, organizam formas de produzir a vida. Forma de produzir a vida que é alterada em relação a cada ciclo econômico de acordo com uma diferente composição do capital. Entendendo o trabalho como categoria fundante do ser e da práxis social, organizar o trabalho extrapola a mera distribuição das atividades nos locais onde se dá a produção econômica. Organizar o trabalho é organizar as formas de produção da vida.

Após esta etapa eminentemente teórica da pesquisa que, cabe ressaltar aqui, é exploratória e tem como orientação o materialismo histórico, partiu-se para o campo em busca dos relatos de representantes do governo e de instituições de representação de classe, de trabalhadores e de líderes comunitários. Esses dados primários foram obtidos a partir de entrevistas com um roteiro semiestruturado, com poucas perguntas básicas adequadas ao entrevistado, permitindo que as questões pudessem ser realocadas de sua ordem inicialmente estabelecida e que novas questões pudessem ser inseridas, de acordo com o andamento da entrevista.

Os dados obtidos no campo foram analisados em relação à categoria proposta, buscando entender as consequências da implementação e derrocada da indústria naval em Rio Grande para a organização do trabalho ao longo deste novo ciclo econômico. Para a realização da análise, foram tomados três focos, a saber: governo, trabalhadores e comunidade.

A análise da entrevista do representante do governo municipal demonstrou sua convicção de que a indústria naval trouxe uma oportunidade de crescimento econômico para a cidade e para a região sul do RS. Através dela também foi possível verificar o direcionamento das ações da administração pública municipal. No atual momento de ocaso da indústria naval, direcionadas à busca de novos investimentos externos à cidade com o intuito de alavancar o crescimento econômico e diversificar seus protagonistas. Confirmados esses investimentos (indústrias de placas fotovoltaicas, aerogeradores, gás, biomassa, etc.), a produção será novamente reconfigurada sobre novas linhas de acumulação, reforçando os ciclos de valorização do capital (OSÓRIO, 2012).

O discurso e o direcionamento dos esforços da prefeitura municipal demonstram a convicção de que é possível avançar para uma industrialização nos moldes dos países ditos centrais que, conseqüentemente, rompesse com seu caráter periférico. Entretanto, o governo local parece não compreender que a condição de economia periférica é estrutural, determinada pela própria condição de dependência (CARCANHOLO, 2008). Com essas ações, a prefeitura reforça-a cada vez mais, enquanto tenta, equivocadamente, superá-la.

A análise dos dados obtidos junto aos trabalhadores foi dividida em cinco focos: chegada a Rio Grande, cotidiano do trabalho, família e amizades, cotidiano nos alojamentos e as lutas dos trabalhadores. Neste momento ficou evidente a forma como eles se constituem enquanto ser social, pressionados a produzir sob pena da ruína e agindo mesmo contra suas próprias convicções. Eles realizam suas atividades sob constante a violarem sua força de trabalho, coagidos pelo argumento da manutenção do emprego frente ao grande exército de reserva disponível em Rio Grande, assim como com a redução das operações do estaleiro local. Os trabalhadores constituem seu modo de ser sob exigências que degradam sua condição de trabalho e, conseqüentemente, sua condição humana.

Ao final de um dia de trabalho, os trabalhadores migrantes se direcionam para os alojamentos nos quais, distantes de suas famílias, dividem quartos com outros colegas. Essa relação leva a grandes amizades e também a grandes problemas. É marcante o peso que as questões triviais do dia a dia tem em seu convívio, bem como o desconforto de expor sua intimidade a alguém até bem pouco tem estranho.

As lutas dos trabalhadores, que trouxeram importantes conquistas e que possuem grande potencial, permanecem ligadas a questões empregatícias e salariais, à mudança da realidade imediata. Os trabalhadores tomam as leis da produção capitalistas como leis naturais que abarcam as manifestações da vida e, com sua consciência reificada, não conseguem explorar todo o potencial e a força que a classe trabalhadora unida pode ter.

A indústria naval afetou o cotidiano da cidade e a rotina dos bairros próximos ao polo naval. A presença dos trabalhadores migrantes causou grande estranhamento aos moradores de Rio Grande. Uma breve conversa com moradores da cidade denota as predefinições e os estereótipos em relação aos migrantes, evidenciando o desconforto e a intolerância entre ambos.

O cotidiano de um dos bairros próximos ao polo naval também sofreu com sua instalação. Com a cessão de uma área para a instalação de um dos estaleiros, o bairro, que fica nos fundos desse estaleiro, perdeu uma área que há muito tempo era utilizada pelos moradores para recreação e lazer. O bairro também passou a sofrer com alagamentos em algumas ruas, devido à elevação do nível do terreno utilizado pelas indústrias do polo naval.

A realização da coleta e análise dos dados obtidos na pesquisa possibilitou a formulação de algumas considerações a respeito da organização do trabalho em Rio Grande, tais como: a) mesmo ponderando a história, o governo municipal não vê alternativas que não estejam vinculadas a busca por investimentos externos para alavancar o crescimento econômico do município; b) organizar o trabalho extrapola a mera distribuição das atividades

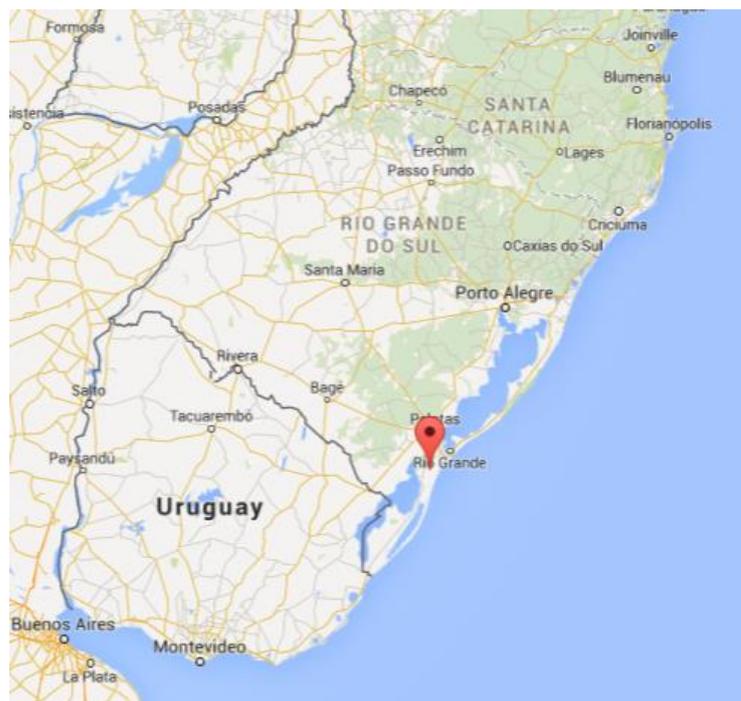
intramuros nos locais onde se dá a produção econômica; e c) as lutas dos trabalhadores, embora muito importantes e dotadas de grande potencial, ainda são efêmeras frente à sua união como classe e à exploração que lhes é imposta pelo capital.

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro deles aborda a produção da vida em Rio Grande desde os primeiros conflitos entre os habitantes indígenas da região e os colonizadores portugueses e espanhóis, até as recentes lutas dos trabalhadores por seus empregos na decadente indústria naval instalada na cidade. O segundo capítulo traz os elementos fundamentais para se compreender o trabalho no capitalismo dependente. Os autores e conceitos apresentados em suas quatro primeiras seções dão suporte à construção teórica da categoria organização do trabalho, à qual é dedicada sua última seção. O terceiro capítulo trata da delimitação do objeto de pesquisa proposto. No quarto capítulo são apresentados os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, bem como é realizada a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, apresentados em três focos: governo, trabalhadores e comunidade. Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais que emergiram da aproximação entre as postulações teóricas e os dados obtidos no campo, sempre relacionados à categoria analítica organização do trabalho.

1 TRABALHO E VIDA EM RIO GRANDE: PRODUÇÃO OU REPRODUÇÃO CÍCLICA?

A cidade do Rio Grande fica localizada no sul do RS. Com uma população de 207.860 habitantes (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016), é a mais meridional das cidades brasileiras consideradas de médio e grande porte. Situada na desembocadura da Laguna dos Patos, a cidade faz parte da Aglomeração Urbana do Sul, que também compreende as cidades de Pelotas, São José do Norte, Capão do Leão e Arroio do Padre (CARDOSO, 2012). O município é limitado ao norte pela cidade de Pelotas e pela Laguna dos Patos, a leste pelo Oceano Atlântico e pelo Canal do Rio Grande, a oeste pelos municípios de Capão do Leão e Arroio Grande e pela Lagoa Mirim, e ao sul pelo município de Santa Vitória do Palmar (SOUZA, 2014).

Figura 1 - Localização Geográfica da Cidade do Rio Grande



Fonte: MAPA de Rio Grande (2015)

O território que hoje compreende o estado do RS, antes da chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis, era ocupado por quatro populações indígenas: Charrua, Minuano, Guarani e Kaingang. Os documentos e registros históricos, fruto da historiografia tradicional costumam enfatizar a versão “dos conquistadores e governantes representados por militares, viajantes, religiosos, engenheiros, diretores de aldeamentos, entre

outros” (CARELI e KNIERIM, 2011, p. 15), em detrimento da história dos povos tradicionais oprimidos e dominados pela colonização europeia. Dado o foco desta pesquisa, dar-se-á maior atenção às populações indígenas Charrua e Minuano, que ocupavam territórios próximos ao que é hoje a cidade do Rio Grande.

Os Charruas habitavam as margens oeste do Rio Uruguai e, devido a isto, tiveram seu contato com os colonizadores espanhóis no início do século XVI, quando foram construídas as primeiras fundações espanholas nas margens do Rio Uruguai (GARCIA e MILDER, 2012). Já os Minuanos, por sua vez, habitavam a parte mais leste, nas áreas banhadas pelas lagoas dos Patos, Mirim e Mangueira (onde hoje está localizado o município de Rio Grande), estendendo-se até as proximidades de onde, atualmente, se encontra a cidade de Montevideu (CARELI e KNIERIM, 2011). Em vista disso, o contato dos Minuanos ocorreu mais intensamente com os colonizadores portugueses ao final do século XVII quando se deu a ocupação do litoral sul (GARCIA e MILDER, 2012). Os contatos entre as populações indígenas e os colonizadores ibero-europeus não significou “submissão ameríndia a essas coroas europeias” (GARCIA e MILDER, 2012, p. 40). Houve tanto desafrontas como transações comerciais entre indígenas e colonizadores. À medida que os territórios Charrua e Minuano são efetivamente ocupados por portugueses e espanhóis no começo do século XIX, as “populações indígenas são empurradas para o interior, local onde suas possibilidades de sobrevivência são cada vez mais difíceis, principalmente pela disputa com grupos inimigos” (CARELI e KNIERIM, 2011, p. 20), pois “insistiam” em manter seus padrões culturais ao invés de aceitar o modelo imposto pelos colonizadores ibero-europeus.

Embora numerosos, Charruas e Minuanos tiveram seus contingentes populacionais gradativamente reduzidos devido a doenças e confrontos com os colonizadores que “não admitiam o modo de vida pescador-caçador-coletor e os obrigavam a servi-los de acordo com os padrões ibéricos” (GARCIA e MILDER, 2012, p. 45). Neste aspecto, cabe salientar que no RS um grupo de descendentes Charrua foi reconhecido em 2007 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e estão estabelecidos em Porto Alegre, enquanto que, do lado Minuano, não há conhecimento a cerca da existência de remanescentes.

Em meio a este embate entre os povos indígenas que já habitavam a região e os colonizadores, a cidade (Rio Grande) foi fundada em 19 de fevereiro de 1737 pelo brigadeiro José da Silva Paes, tendo como primeiro ponto de ocupação oficial da coroa portuguesa a construção do Presídio Jesus-Maria-José (PELISSARI, 2012). A fundação do presídio é o marco inicial da historiografia do RS, conforme Careli e Knierim (2011). Naquele período, “estancieiros, contrabandistas, missionários religiosos, caçadores de gado selvagem, militares,

tropeiros e etc. transitavam entre os territórios divididos por tratados entre as duas Coroas Ibéricas” (CARELI e KNIERIM, 2011, p. 65).

A então vila ganhou o nome de Rio Grande de São Pedro, pois seus fundadores pensavam ser a área estuarina da Laguna dos Patos ali existente um grande rio cujas águas desembocavam nas águas do Oceano Atlântico (MARTINS e PIMENTA, 2004). Sua função era militar e consistia na proteção dos domínios portugueses no sul do Brasil e no rio da Prata, além de sua exploração econômica (PELISSARI, 2012). A Vila do Rio Grande de São Pedro servia de entreposto às embarcações que se dirigiam do centro-sul do Brasil para a Colônia de Sacramento (atualmente território uruguaio), que àquele momento, estava sob o domínio dos portugueses (PELISSARI, 2012).

As disputas entre portugueses e espanhóis pelas terras onde hoje está o estado do RS fez com que a vila fosse invadida pelos espanhóis de 1763 até 1776, o que afastou os habitantes locais e forçou a transferência da capital da coroa de Portugal no Estado para a vila de Viamão e, posteriormente, para Porto Alegre (MARTINS e PIMENTA, 2004). O território chamava a atenção da administração colonial e de particulares em virtude de seu potencial econômico (PELISSARI, 2012). Devido a seu solo arenoso, dunas móveis e o isolamento inicial, os primeiros passos da Vila do Rio Grande de São Pedro foram árduos para os militares e a população local, formada predominantemente por imigrantes de origem açoriana (PELISSARI, 2012), que chegaram concomitantemente à expulsão dos indígenas.

A função militar inicial da vila se deu em consequência de sua localização geográfica privilegiada que, posteriormente, tornou-se ponto para o escoamento da produção riograndense (PELISSARI, 2012). A economia riograndina estava ligada a pecuária e a agricultura de subsistência durante o século XVIII (PELISSARI, 2012). O caráter de produtor/exportador de bens primários e a chegada da indústria fabril no começo do século XX demonstram, localmente, o papel atribuído à América Latina na divisão internacional do trabalho, como será possível verificar na seção 2.3.

As transformações econômicas na vila do Rio Grande, no século XIX, estão ligadas “ao enriquecimento dos criadores de gado da campanha, que encontraram uma forma mais rentável de comercializar a carne e o couro com a introdução das charqueadas” (MARTINS e PIMENTA, 2004, p. 86), o que intensificou as atividades portuárias. Naquele contexto de lutas, opressão e dominação dos europeus sobre os nativos locais, a Vila do Rio Grande de São Pedro ganhou *status* de cidade em 1835 quando, durante a Revolução Farroupilha, é escolhida para ser a capital imperial do Estado (MARTINS e PIMENTA, 2004).

No fim do Século XIX, a população da cidade era de 20.277, conforme recenseamento municipal, dos quais 14.345 (70,7%) viviam em zona urbana, sendo que 21,7% dos trabalhadores eram estrangeiros, de diferentes nacionalidades (MARTINS e PIMENTA, 2004). A presença de operários de diferentes localidades é uma característica marcante ao longo dos ciclos econômicos pelos quais a cidade passou no decorrer de sua história. Com o crescimento pautado pelo interesse do capital externo, as atividades que o impulsionaram, e ainda impulsionam, acabam por ser completamente novas à região, dificultando, em um primeiro momento, o aproveitamento de trabalhadores locais para a execução dessas atividades.

A cidade cresceu devido à expansão do comércio ligado a importação e a exportação naquele período, por possuir o único porto marítimo do RS. A industrialização riograndina e rio-grandense que surgiu à época não destoaram, como não poderia ser diferente, do papel agrário-exportador atribuído à América Latina na divisão internacional do trabalho (MARINI, 1973a). O fato do processo de industrialização ter sido iniciado pelo setor fabril confirma o que defende Osório (2012), quando afirma que houve nas economias dependentes a criação de parques fabris complementares e moldados segundo os padrões dos existentes nos países centrais. O primeiro ciclo industrial de Rio Grande, capitaneado pela Rheigantz, teve seu início nos anos de 1870 e durou até a década de 1960.

Este primeiro período, marcadamente fabril, caracterizou o início da industrialização não somente na cidade, mas no estado do RS (MARTINS e PIMENTA, 2004). Seu principal marco foi à fundação da Companhia União Fabril Rheingantz no ano de 1874, cujas atividades estavam voltadas para a produção de tecidos de lã, derivados de tecidos de algodão e tapetes para os mercados interno e externo (MARTINS e PIMENTA, 2004). Naquele período, diversas indústrias passaram a instalar suas plantas na cidade do Rio Grande. Além das indústrias têxteis, instalaram-se também cordarias, fábricas de biscoitos, alimentos em conserva, charutos e moinhos de farinha (MARTINS e PIMENTA, 2004). Importantes plantas industriais como a Leal, Santos & Companhia (alimentos em conserva e biscoitos), Pooch & Cia. de Charutos (charutos) e a Companhia de Fiação e Tecelagem Rio Grande (setor têxtil), se instalaram na cidade naquele período. Algumas destas indústrias, à época, empregavam mais de mil trabalhadores. Somente a Rheigantz, durante a I Guerra Mundial, chegou a empregar mais de 1.200 trabalhadores produzindo em sua capacidade máxima (MARTINS e PIMENTA, 2004).

A instalação das indústrias no município trouxe, além das plantas industriais, um conjunto de elementos necessários à sua manutenção, como comércio e serviços,

infraestrutura, energia elétrica, água e transportes. Martins e Pimenta (2004, p. 89-90), relatam:

O primeiro período industrial ocorrido em Rio Grande representou a formação de uma elite econômica e social para a cidade. Essa elite foi capaz de construir clubes, teatros, prédios suntuosos, assim como abrigar eventos culturais importantes de expressão nacional. Concomitantemente, um operariado miserável coabitava a zona urbana, inicialmente em cortiços.

Outros elementos importantes expressos pela pujança ou pela precocidade de suas obras referem-se à construção do parque ferroviário (1879); à implantação da rede telefônica em 1880; à construção da Caixa d'Água em 1870, primeira desse porte a ser construída no Estado do Rio Grande do Sul, feita em metal e importada da França; à extensa rede de bondes puxados a cavalo desde o século XIX; e à implantação dos bondes elétricos em 1922, cobrindo toda a rede urbana à época.

Figura 2 - Saída dos trabalhadores da Rheingantz



Fonte: Rheingantz (2013)

Figura 3 - Festa de Confraternização dos trabalhadores da Rheingantz na década de 1960



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Da instalação dos complexos industriais na cidade, derivou a necessidade de expansão urbana do município, com o surgimento de novos bairros e diferentes tipos de moradias ao redor das indústrias. A Rheingantz construiu, ao lado de suas instalações, dois tipos de moradias. Uma vila operária para os trabalhadores situados em níveis hierárquicos inferiores e de baixo poder aquisitivo e outra destinada a engenheiros e mestres, em sua maioria de origem estrangeira, cujo padrão arquitetônico acompanhava o estilo predominante em seus países de origem (MARTINS e PIMENTA, 2004).

Naquele momento, a organização do trabalho extrapolava os muros da indústria capitalista, e invadia o ir e vir dos trabalhadores, além de seus momentos com a família. Essas ações reduziam o tempo de deslocamento do trabalhador de sua casa para o trabalho, possibilitando o controle extramuros do capitalista sobre seus operários. À época, a vida era definida pelo apito da fábrica¹!

Figura 4 - Imagens atuais da Vila Operária da Rheingantz



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A proximidade do Porto de Rio Grande era uma condição imprescindível para o desenvolvimento da indústria naquele primeiro período, uma vez que esta visava os mercados nacional e internacional. Entretanto, a saída das embarcações para o Oceano Atlântico era muito difícil, devido ao constante assoreamento do canal de acesso (MARTINS e PIMENTA, 2004). Em 1846, o Governo Imperial criou a Inspetoria da Praticagem da Barra, primeira providência oficial com vistas a melhorar a segurança da navegação (RIO GRANDE DO SUL, 2014). A transposição da Barra era muito perigosa devido a constante agitação das

¹ “A vida era definida pelo apito da fábrica” é uma frase que usualmente aparece nas histórias contadas pelos trabalhadores que exerceram suas atividades nas fábricas instaladas em Rio Grande naquele período.

águas, as frequentes mutações e profundidade insuficiente do canal. Este cenário tornava recorrentes os acidentes com embarcações, dificultando o comércio e a saída de produtos da região (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A alternativa encontrada para solução deste problema foi a construção da Barra, que trouxe consigo a constituição de um novo porto para Rio Grande (MARTINS e PIMENTA, 2004). Para tal, foram contratados profissionais europeus e norte-americanos na busca de alternativas para a realização das melhorias necessárias. A “*Compagnie Française du Port du Rio Grande do Sul*”, constituída em Paris no ano de 1908, iniciou, dois anos depois, o trabalho de construção dos molhes e do porto novo (RIO GRANDE DO SUL, 2014). Durante aquele período, de ampliação de cais e construção da Barra, a companhia empregou cerca de 4.000 trabalhadores em grande parte vindos de outras regiões do RS e mesmo do exterior (LOPO, 2015). O aprofundamento do canal de acesso ao porto gerou uma grande quantidade de areia utilizada para aterrar áreas pantanosas próximas. Nestes espaços, onde antes havia banhados, surgiu um novo tipo de ocupação urbana, formado por malocas habitadas por operários, muitos deles envolvidos nos trabalhos do próprio porto.

É de significativa importância, naquele período, a crise que passou a predominar na produção de carne na região. O final do Século XIX e o início do Século XX caracterizaram-se, dentre outros aspectos, pela decadência das charqueadas e o início do processo de industrialização da carne no RS, que necessitava de novas formas de manufatura para sua comercialização (MARTINS e PIMENTA, 2004). O governo estadual que apoiava a ideia da implementação de frigoríficos com capital dos próprios criadores de gado para a industrialização da carne (visando agilizar a modernização da produção pecuária) permitiu a entrada de capital estrangeiro (MARTINS e PIMENTA, 2004). Em consequência deste processo, no início dos anos de 1920, a Cia. Swift S.A., empresa norte-americana, cuja principal atividade era a frigorificação de carne, moldada nos padrões tayloristas de trabalho, estabeleceu sua planta na área do novo porto de Rio Grande (MARTINS e PIMENTA, 2004). Com os frigoríficos, novas indústrias de alimentos como a do pescado, e outras empresas dos mais variados setores se instalam em Rio Grande, mantendo a característica agrário-exportadora, de indústria complementar e importadora de manufatura dos países centrais.

A Swift tinha como um de seus objetivos suprir as tropas aliadas durante a II Guerra Mundial, conforme dados primários obtidos junto ao Centro de Indústrias de Rio Grande (CIRG). Com uma tecnologia avançada e um grande volume de trabalhadores, a Swift tinha capacidade para abater até mil reses por dia e chegou a contar com 1.500 trabalhadores em sua folha de pagamento (LOPO, 2015). O frigorífico era “quase uma cidade isolada”, de

acordo com Boanerges², representante do CIRG. Os trabalhadores do frigorífico vinham de diferentes cidades do RS (Dom Pedrito, Bagé, entre outras) onde já estavam acostumados a lidar com animais e o conseqüente abate e corte de carne. Assim como a atividade têxtil que a precedeu e como outras que a sucederam ao longo da história, a atividade frigorífica também era completamente nova na região, impossibilitando a contratação de trabalhadores riograndinos, desacostumados com esse tipo de trabalho, forçando a vinda de operários de outras localidades para Rio Grande. Fato curioso sobre a operação do frigorífico na cidade é que parte dos professores de inglês que lecionavam nos colégios secundários, à época, era formada por trabalhadores riograndinos, que atuavam junto aos americanos que chefiavam a Swift nos escritórios. Eles trabalhavam durante o dia no frigorífico e à noite lecionavam nas escolas, relata Boanerges.

As décadas de 1920 e 1950, período marcado pela Grande Depressão (1929), mudança da República Velha para a Era Vargas (década de 1930 na qual o país buscava o desenvolvimento da indústria nacional) e a II Guerra Mundial (década de 1940) foram marcantes para a economia do Rio Grande. Naquele período, as grandes indústrias têxteis instaladas na cidade, e mesmo o frigorífico Swift, mantiveram elevados índices de produção, com foco na exportação, mesmo quando começou a se consolidar a redução do mercado consumidor interno (MARTINS e PIMENTA, 2004), dominado pelas indústrias do estado de São Paulo.

Ainda naquele período ocorreram a instalação da Refinaria de Petróleo Ipiranga, em 1937, e o fortalecimento da indústria pesqueira. A refinaria foi, segundo Martins e Pimenta (2004), uma das poucas iniciativas no estado do RS onde ocorreu a transposição de capital do setor agrário para a indústria, bem como representa uma exceção à instalação das indústrias de base que, à época, ocorriam predominantemente na região Sudeste.

Segundo Boanerges, a atividade industrial em Rio Grande começou a crescer ao final da década de 1940 e início da década de 1950 de forma organizada – entendida como organizada pelo entrevistado aquela indústria moldada nos padrões tayloristas/fordistas de produção e ligada a uma entidade representativa, neste caso o Centro de Indústrias, que surgiu na década de 1950. Para o entrevistado, até então, a atividade industrial na cidade era realizada de modo quase artesanal, sobretudo na indústria pesqueira.

² Os nomes dos entrevistados são fictícios, com o objetivo de preservar suas identidades. Os nomes usados nesta Dissertação foram retirados da Lista de Nomes de Mortos e Desaparecidos Políticos, organizada pelo Centro de Documentação Eremias Delizoicov e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, disponível no site www.desaparecidospolíticos.org.br.

Para Boanerges, o fechamento do frigorífico Swift, foi um dos fatores que possibilitou o crescimento da indústria pesqueira em Rio Grande, sobretudo da empresa Pescal. O entrevistado lembra que

os encarregados de departamentos, de setores, chefes de seção, capatazes, tudo veio da Swift. Pessoal daqui de Rio Grande que trabalhava lá, mas que tinha formação de grande empresa americana. E os caras já vieram prontos para organizar essa “suruba” toda. Então tinha o troço todo departamentalizado, coisa que nas empresas de origem portuguesa [tradicional em Rio Grande] não tinha.

Impulsionada por financiamento do governo brasileiro, sobretudo a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e da promulgação do Decreto-Lei 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispunha sobre a promoção e estímulo ao setor, a indústria pesqueira se expandiu e consolidou um novo setor, o de pescados. A SUDEPE foi criada pela Lei nº 10, de 11 de outubro de 1962, pelo então presidente João Goulart, como uma autarquia federal que entre outras competências prestava assistência técnica e financeira para empreendimentos na área pesqueira e assistia pescadores na solução de problemas socioeconômicos (BRASIL, 1962). Do Decreto-Lei 221, cabe destacar os artigos 73, 80 e 81 ligados ao incentivo e a financiamento da indústria pesqueira através de isenções de impostos de importação e deduções de imposto de renda.

Art. 73. É concedida, até o exercício de 1972, isenção do imposto de importação, do imposto de produtos industrializados, bem como de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para a importação de embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e respectivos sobressalentes, ferramentas dispositivos e petrechos para a pesca, quando importados por pessoas jurídicas de acordo com projetos que forem aprovados pela SUDEPE na forma das disposições regulamentares.

Art. 80. Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, gozarão até o exercício financeiro de 1972, de isenção do Imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

Art. 81. Todas as pessoas jurídicas registradas no país poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais, até o exercício financeiro de 1972, o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor, do imposto devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras que a SUDEPE declare, para fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da pesca no país (BRASIL, 1967).

Boanerges, que trabalhou na indústria pesqueira em Rio Grande durante aquele período, conta que muitas empresas aproveitaram esse momento para alavancar o crescimento, com destaque para a Pescal e a IsaPeixe. Sobre a IsaPeixe, o entrevistado descreve que, naquele contexto

a Refinaria Ipiranga o que fez? Criou a IsaPeixe. Chegou a ter num determinado momento uma empresa que tinha uma frota de barcos pesqueiros, uma frota que eram quatro, dois construídos na Alemanha e dois aqui [no Brasil], uma fábrica lá onde hoje é a QGI. Ali eles implantaram a IsaPeixe (Ipiranga SA – Peixe), que era

uma indústria que fazia tudo o que as outras faziam: congelava peixe, exportava, com recursos do imposto de renda das empresas do grupo Ipiranga, que eram várias, além da refinaria.

Sobre a Pescal, Boanerges conta

que foi um dos maiores projetos, agora em valores eu não me lembro, porque é muito relativo à época, era uma das grandes empresas, ela já existia pequena e cresceu violentamente. Tinha uma das principais participantes, acionistas da Pescal, a Volkswagen, a Souza Cruz, enfim, tudo empresas desse porte que aplicaram dinheiro. Mas era um sistema que eram ações preferenciais sem direito a voto. Então, eles tinham toda uma série de direitos em função de resultados da empresa, em termos de dividendos e tal, mas a empresa em si que se organizava, que se administrava.

A Pescal tinha encomendado 2 navios de pesca, de grande porte, que ia ser construído em um estaleiro só em Porto Alegre, estava tudo contratado. E na época, para ter benefício de se isentar do imposto de importação, quem tinha que importar era a empresa, não o estaleiro. Então a Pescal importou todo o equipamento de pesca e de motorização, importou antes, para poder entregar para o estaleiro no devido tempo, para não pagar multa. Comprou tudo, fez tudo, saiu muito mais barato.

Devido a esses incentivos governamentais, mesmo com o fechamento do setor fabril, a indústria pesqueira foi crescendo e coube a ela o protagonismo industrial nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, período que representou a desaceleração do primeiro ciclo industrial da cidade do Rio Grande e o começo de um novo, com o fechamento das indústrias têxteis, frigoríficos, fábrica de charutos, entre outras. O fechamento do frigorífico e da fábrica têxtil deixou desempregados 7.000 trabalhadores, 8,5% da população local, que à época era de 82.000 habitantes (MARTINS e PIMENTA, 2004). Naquele período houve também a proliferação das vilas. As vilas eram loteamentos de terra transformados em lotes urbanos e postos a venda. Este fenômeno ofereceu mais de 17.000 lotes urbanos nas décadas de 1950 e 1960 (MARTINS e PIMENTA, 2004).

O destino da indústria pesqueira riograndina foi o mesmo das demais que se instalaram na cidade: o fechamento das portas. A indústria que chegou a empregar cerca de 17.000 trabalhadores, dos quais apenas aproximadamente 5.000 eram formalizados (MARTINS, 2010), durante os períodos de safra – como a do camarão. No período de safra as indústrias funcionavam 24 horas. Na opinião do entrevistado, um dos fatores que levaram a indústria pesqueira ao fim, foi a proclamação do mar territorial em 200 milhas marítimas³ feitas pela Argentina (1966) e pelo Uruguai (1969).

Com essas proclamações, os barcos pesqueiros, especialmente os das indústrias localizadas ao sul do Brasil, como as de Rio Grande, ficaram impedidas de pescar em águas

³ Uma milha marítima equivale a 1,85km (MICHAELIS, 2009).

argentinas e uruguaias (CARVALHO, 1999). “Enquanto o país não adotasse igual medida, não haveria sequer a perspectiva de se negociar um regime especial de pesca, baseado no princípio da reciprocidade”, bem como não seria possível impedir que pescadores se deslocassem para pescar próximo à costa brasileira (CARVALHO, 1999, p. 115), pois até o ano de 1970, as águas territoriais brasileiras eram delimitadas em 12 milhas marítimas.

No Brasil, a delimitação do mar territorial aconteceu no ano de 1970. O Decreto-Lei nº 1.090, de 25 de março de 1970, ampliava o mar territorial brasileiro das então 12 para 200 milhas marítimas (CARVALHO, 1999). Essa distância foi escolhida, pois a Petrobras havia realizado uma série de estudos geológicos que próximos ao estado do Rio de Janeiro, revelando “a existência de lençóis petrolíferos, em torno das 150 milhas. A imprecisão na localização desses lençóis fortaleceu a corrente que defendia as 200 milhas” (CARVALHO, 1999, p. 111).

Para Boanerges

esse negócio de 200 milhas [...] criou uma série de problemas ligados a pesca. Por exemplo, se desenvolveu um tipo de pesca que exigia um determinado tipo de embarcações [...] que no momento que houve 200 milhas e que Uruguai e Argentina proibiram o Brasil de pescar nas águas deles [...], essas embarcações do Brasil, de grande porte que iam pescar lá no sul da Argentina passaram a não poder mais ir pescar lá. Então não tinham muito que fazer aqui, e aí começaram a encostar esses barcos todos que a gente vê encostados por aí. Foi um prejuízo enorme... Foi outra lambada essa questão das 200 milhas, que antes o Brasil, o Rio Grande, em termos de suprimento de matéria-prima, se baseou principalmente nas águas do sul da América do Sul, no sul da Argentina e no estuário do Rio da Prata. Lá no Rio da Prata é muito piscoso aquilo ali, mas agora com esse negócio das 200 milhas, não passa mais. Antes tinha as águas territoriais eram 12 milhas. Passava as 12 milhas eram águas internacionais. Ia pescar. Então, isso aí ajudou, quase que definiu essa questão toda da queda da pesca em Rio Grande.

Após mais de setenta anos do começo da industrialização em Rio Grande foi possível verificar que os setores produtivos que capitanearam o crescimento ainda estavam ligados à produção e exportação de bens primários, além é claro da importação de tecnologia e conhecimento. A indústria manteve-se apoiada nos setores de bens de capital dos países capitalistas avançados, importando, além de equipamentos de produção, tecnologia e conhecimento para operá-los (MARINI, 2012a). O cenário visto até aqui se mantém ao longo dos próximos ciclos econômicos vividos por Rio Grande, como será possível verificar na sequência do texto, confirmando as postulações feitas por Marini (1973a e 2012) e Osório (2012) sobre a indústria latino-americana.

Na década de 1970, em meio à desaceleração da indústria pesqueira riograndina, a criação do Superporto consolidou a ampliação do porto da cidade, até então limitado às instalações do Porto Velho e do Porto Novo. Há, naquele momento, um novo processo

industrial, ocasionado pelo contexto da época fazendo com que diversas empresas, de diferentes áreas se instalassem na cidade, constituindo assim um distrito industrial. Em contrapartida a expansão portuária, os moradores do Bairro Getúlio Vargas⁴ (BGV), ou “Vila dos Cedros”, localizado próximo à área do Superporto sofreram um processo de remoção cuja lógica buscava separar classes e grupos sociais. Ocorreu, à época, “uma nítida ‘segregação espacial’ na cidade do Rio Grande por parte dos gestores da ditadura e dos empreendedores naquele período dos anos 1970” (CIPRIANO, 2015, p. 35). Esta “segregação espacial” aconteceu novamente algumas décadas depois, também motivada pela expansão portuária, como será apresentado ao longo deste capítulo.

As remoções dos moradores do BGV se deu de forma contraditória, segregadora e sem considerar as histórias e os laços entre aquelas pessoas e o local onde moravam. Cipriano (2015), valendo-se de reportagens dos jornais que circulavam em Rio Grande à época do ocorrido e do depoimento de moradores, demonstra a forma arbitrária como tudo aconteceu. Os moradores foram realocados para a zona dos Carreiros, distante cerca de 10 quilômetros do BGV. Naquele período, o Carreiros não oferecia as condições mínimas para receber aqueles novos moradores. Para Cipriano (2015, p. 33), as remoções ocorridas no BGV se deram de “forma muito rápida ao ponto de não contar com um planejamento racional e adequado de todos os seus processos, mormente o de (re)povoamento de áreas longínquas da cidade, que não contavam com infraestrutura alguma”.

Após este ciclo econômico que durou até os anos de 1980, houve um período de estagnação econômica na região (a chamada “década perdida”), marcado pela recessão econômica e pelo impacto ambiental provocado pelas indústrias instaladas na cidade (PINTO, 2014). O Porto do Rio Grande sofreu com o isolamento, durante um longo período de tempo, causado pela deficiente infraestrutura rodoviária e ferroviária. Esse problema estrutural tornava o porto de Porto Alegre mais atrativo devido à sua localização mais centralizada, mesmo com uma menor capacidade de calado⁵ (PINTO, 2014).

Atualmente, mesmo contando com uma economia diversificada, devido ao seu Distrito Industrial, com empresas atuando nos setores agrícola, alimentício, madeireiro, de energia, químico, metalúrgico e também com instalações na área de energia eólica e gás

⁴ O Bairro Getúlio Vargas ou “Vila dos Cedros” surgiu em decorrência das obras de construção dos Molhes da Barra no começo do século XX. O terreno então ocupado pela companhia responsável pelas obras, passou a ser ocupados por trabalhadores, pessoas de baixa renda e de pouca instrução, que habitavam moradias simples, remetendo a ideia de favela (CIPRIANO, 2015).

⁵ O calado é a distância vertical entre a quilha de uma embarcação e a linha de flutuação. A quilha é uma peça estrutural do casco da embarcação posicionada na parte mais baixa desta, em quase todo o seu comprimento. (MICHAELIS, 2009).

natural liquefeito, foram os investimentos realizados no polo naval, a partir do ano de 2006, que trouxeram grandes mudanças na economia e na dinâmica da região (SILVA *et al.*, 2012).

Após um período de fechamento do mercado mundial para os estaleiros brasileiros na década de 1990, abriu-se espaço para uma nova configuração da matriz de transportes brasileira. Com o lançamento de programas de concessões e arrendamentos, Lei do Petróleo e o Programa Navega Brasil (lançados ao final dos anos 1990), surge um novo quadro para a indústria naval brasileira (PASIN, 2002).

A Lei do Petróleo abriu o mercado brasileiro para novas empresas, além da Petrobras, com vista à exploração e refino de hidrocarboneto, o que acelerou a ampliação da exploração de petróleo *offshore* (PASIN, 2002). O Programa Navega Brasil, modificou as condições de crédito para armadores e estaleiros nacionais, aumentando a participação do Fundo da Marinha Mercante⁶ nas concessões de crédito para a indústria naval e ampliando os prazos máximos para o pagamento dos empréstimos realizados por armadores e estaleiros nacionais (PASIN, 2002).

A conjugação dos fatores estrutural (espaços para ganho de eficiência na matriz de transportes) e conjuntural (melhoria das condições de crédito e *boom* de demanda de embarcações de apoio) fez crescer a demanda por novas embarcações e tornou o mercado da construção naval muito propício para a realização de investimentos nos estaleiros brasileiros, possibilitando uma representativa expansão das inversões em máquinas, equipamentos e infraestrutura nos parques industriais navais do País e mudando definitivamente o cenário prospectivo para o setor (PASIN, 2002, p. 129).

Naquele contexto, percebeu-se a possibilidade para a retomada da indústria naval brasileira, levando em consideração a saturação dos estaleiros estrangeiros e a crescente necessidade da Petrobras por diferentes tipos de embarcações (BARAT, NETO e DE PAULA, 2014), como as plataformas para extração de petróleo montadas em Rio Grande. O governo federal intensificou sua participação com políticas públicas de estímulo à indústria brasileira de bens e serviços e aos estaleiros brasileiros (BARAT, NETO e DE PAULA, 2014).

Lançado no começo do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um contexto em que a economia brasileira reunia indicadores favoráveis ao crescimento, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresentava ações e metas “organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura e um grupo de medidas de incentivo e

⁶ O Fundo da Marinha Mercante foi criado no final da década de 1950, tendo como objetivos: a) prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante brasileira, evitando importações de embarcações e buscando a redução das despesas com fretamento de embarcações estrangeiras; b) assegurar a regularidade e continuidade da produção da indústria naval brasileira; e c) estimular a exportação de embarcações construídas no Brasil (PASIN, 2002).

facilitação do investimento privado” (BRASIL, 2007a, p. 4). As ações e metas do PAC estavam organizadas em cinco blocos: 1) investimento em infraestrutura; 2) estímulo ao crédito e ao financiamento; 3) melhora do ambiente de investimento; 4) desoneração e administração tributária; e 5) medidas fiscais de longo prazo (BRASIL, 2007a).

O Programa previa um total de investimentos em infraestrutura de R\$ 503,9 bilhões, no período 2007-2010, divididos em R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo federal e R\$ 436,1 bilhões das estatais federais e do setor privado (BRASIL, 2007a). Esse conjunto de investimentos estava organizado em três eixos, a saber: Logística (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias), Energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis) e Infraestrutura Social e Urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos) (BRASIL, 2007a). O detalhamento dos valores investidos podem ser observados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Investimentos em Infraestrutura (em R\$ bilhões) - PAC 2007/2010

PAC – Infraestrutura	R\$
Logística	58,3
Orçamento Fiscal e da Seguridade	33
Estatais Federais e Demais Fontes	25,3
Energia	274,8
Orçamento Fiscal e da Seguridade	-
Estatais Federais e Demais Fontes	274,8
Infraestrutura Social e Urbana	170,8
Orçamento Fiscal e da Seguridade	34,8
Estatais Federais e Demais Fontes	136
Total do PAC	503,9
Orçamento Fiscal e da Seguridade	67,8
Estatais Federais e Demais Fontes	436,1

Fonte: BRASIL, (2007b)

Dois anos depois de sua implementação, o balanço do programa realizado no começo de 2009 demonstrava um crescimento no orçamento do PAC nos investimentos em infraestrutura na ordem de 28%, elevando o montante inicial de R\$ 503,9 bilhões para R\$ 646 bilhões, devido à inclusão de novos empreendimentos nos três eixos da infraestrutura previstos no programa (BRASIL, 2010a). No eixo Logística, houve um incremento de R\$ 38 bilhões devido a novas etapas de concessões de rodovias e construção de ferrovias, além da realização de dragagens e ampliação de portos no país (BRASIL, 2010a). No eixo Energia, destacam-se “a exploração e produção de petróleo e gás na camada do Pré-Sal e a implantação das refinarias Premium do Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará”, enquanto no eixo Social e Urbano, os destaques ficam por conta de diversas obras de drenagem e recursos hídricos (BRASIL, 2010a, p. 38). O quadro 2 demonstra a previsão de investimentos no PAC no ano

de seu lançamento e em 2009, quando os respectivos valores foram atualizados, destacando o eixo da Energia, que apresentou o maior aporte de recursos nos investimentos ligados à infraestrutura.

Quadro 2 - Investimentos do PAC em Janeiro de 2007 e Janeiro de 2009 (em R\$ bilhões)

Janeiro 2007				Janeiro 2009				
Eixos	2007 2010	Pós 2010	Total	Eixos	Acréscimo até 2010	2007 2010	Pós 2010	Total
Logística	58,3	-	58,3	Logística	37,7	96,0	36,2	132,2
Energética	274,8	189,2	464,0	Energética	20,2	295,0	464,0	759,0
Social e Urbana	170,8	-	170,8	Social e Urbana	84,2	255,0	2,0	257,0
Total	503,9	189,2	693,1	Total	142,1	646,0	502,2	1148,2

Fonte: BRASIL (2010a, p. 38)

No balanço dos quatro primeiros anos do programa, lançado ao final de 2010, os investimentos executados no âmbito do Programa giravam em torno de R\$ 619 bilhões, com destaque no setor de Petróleo e Gás, no eixo Energia, os 12 novos campos de prospecção, as 12 novas plataformas petrolíferas em operação e a construção concluída de quase 4.000 quilômetros de gasodutos (BRASIL, 2010b).

Em 2010 foi lançado o PAC2 que além das ações previstas no PAC incorporou outras ligadas à área Social e Urbana e ampliou os recursos para os eixos de infraestrutura logística e energética, com previsão de investimentos na ordem de R\$ 955 bilhões para o período 2011-2014 e mais R\$ 631,4 bilhões para depois do ano de 2014 (CHAGAS, 2014). No PAC2, os investimentos estão organizados em seis diferentes eixos: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida e Água e Luz para Todos (BRASIL, 2011).

Até dezembro de 2014, mais de R\$ 1 trilhão, correspondendo a 96,5% do total previsto para o mesmo ano, havia sido executado nos seis eixos do PAC 2 (BRASIL, 2014). Somente no eixo Energia, foram R\$ 253 bilhões em obras executadas, com destaque para 17 plataformas de petróleo concluídas e outras 17 em andamento no período (BRASIL, 2014), algumas delas realizadas em Rio Grande.

Rio Grande conta hoje com 110 empreendimentos sendo realizados no âmbito do PAC, sendo 26 em infraestrutura energética, 20 em infraestrutura logística e 64 em infraestrutura social e urbana (BRASIL, 2016). Dentre estes investimentos, destacam-se os dois estaleiros (ERG1 e ERG2) na área de infraestrutura energética, 8 empreendimentos ligados a revitalização e modernização do Porto, na área de infraestrutura logística, além de

10 obras de construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde, na área de infraestrutura social e urbana.

Na busca pela superação dos pontos de estrangulamento no campo da infraestrutura, que freavam o crescimento econômico, o governo federal, na tentativa de reduzir tais dificuldades, direcionou os investimentos do PAC na área de infraestrutura nos três eixos apresentados. A definição do foco dos investimentos em infraestrutura aliada ao contexto de descoberta de grandes quantidades de petróleo no pré-sal, aumentou a demanda por embarcações de apoio para extração e transporte do petróleo, justificando a decisão do governo federal de fortalecer a indústria naval (FAÉ, 2014). Gozando de uma posição estratégica e dada a sua importância econômica para o país, ocasionam a inclusão do Porto de Rio Grande no PAC e na recuperação da indústria naval brasileira, provocando um novo ciclo econômico na cidade (FAÉ, 2014).

As projeções de crescimento econômico decorrentes da instalação do polo naval em Rio Grande, com investimentos de mais de 10 bilhões de reais e uma oferta superior a 30.000 empregos diretos e indiretos (SILVA *et al.*, 2012) causaram grandes expectativas não somente na população riograndina, mas também em municípios vizinhos (SOUZA, 2014).

No ano de 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 3.477.887.723,00, o sétimo maior PIB entre os municípios do RS (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2014), correspondendo a 2,22% do PIB total do estado.

Em 2013, Rio Grande arrecadou R\$ 413.688.012,00, valor 13,4% maior que 2012 e 271,6% maior do que em 2006 (ano em que os investimentos tiveram início). Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 8.965.447.462,00, o quarto maior do Estado do RS (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2014), correspondente a 3,2% de seu PIB total.

Cabe destacar que, em 2005, dois projetos de estaleiros foram propostos para Rio Grande: o Estaleiro Aker-Promar (consórcio entre o Grupo Promar do Rio de Janeiro e o parceiro tecnológico Aker, norueguês, maior construtor naval europeu) e o Estaleiro Rio Grande (consórcio entre o Grupo Transnave, do Rio de Janeiro, e o parceiro tecnológico Ishikawajima Harima, um dos maiores construtores navais japoneses) (DOMINGUES, 2009). Após disputas judiciais no Rio de Janeiro, sob a alegação de irregularidades na participação dos denominados “estaleiros virtuais” nos processos licitatórios feita pelo sindicato dos trabalhadores da indústria naval daquele estado, juntamente com o Sindicato Nacional da

Indústria da Construção e Reparo Naval e *Offshore* (SINAVAL), as empresas estrangeiras abandonaram os projetos (DOMINGUES, 2009).

No ano de 2006, o primeiro dos consórcios responsáveis pela construção das plataformas se instalou em Rio Grande. A Quip, formada pela Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Camargo Corrêa e IESA Óleo e Gás, construiu três plataformas do tipo FPSO⁷: P-53, P-65 e P-58 (LOPO, 2015). Ao final de 2013, instalada no pátio do Estaleiro Rio Grande (ERG1), a Quip finalizou a construção da plataforma de tipo submersível P-55. Atualmente, o consórcio, é composto pelas empresas Camargo Corrêa, Inepar e Queiroz Galvão, sob o nome de QGI. Após longa e polêmica definição de termos e assinatura de contrato, é também a empresa responsável pela construção das futuras plataformas P-75 e P-77, cujo começo das obras está previsto para 2016 (LOPO, 2015).

O Estaleiro Rio Grande, gerenciado pela Ecovix (braço na área de construção oceânica da empresa Engevix), é dividido em duas unidades: ERG 1 e ERG 2. Em painel apresentado na Feira do Polo Naval 2015, um dos diretores da Invox (empresa criada pela Engevix para desenvolver tecnologia), esclareceu que no ERG 1 encontra-se o maior dique seco da América Latina, enquanto no ERG 2 são fabricados os painéis e blocos de aço utilizados na construção das plataformas.

Em contraponto, parte das famílias que habitavam os bairros formados a partir das áreas aterradas no começo do século XX, como exposto anteriormente, foram retiradas de suas casas em virtude do novo processo de expansão portuária. A instalação da indústria naval provocou uma demanda por espaços para ampliação da atividade portuária e industrial em Rio Grande. Essa demanda levou a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) a apresentar publicamente seu interesse em utilizar áreas como a Vila Mangueira, a vida das Barraquinhas, a Barra e a Barra Nova, que constavam no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Rio Grande (PDZPO) como áreas de expansão sem considerar o fato de que algumas são habitadas já a mais de cem anos, como é o caso da Vila Mangueira (MASCARELLO e SANTOS, 2015).

Parte das famílias residentes nos bairros próximos ao Porto foram realocadas, entre outros locais, em um novo loteamento de moradias populares na cidade denominado Cidade de Águeda. Local cujos primeiros ocupantes, na década de 1990, foram grupos de pessoas

⁷ Plataforma do tipo FPSO (*Floating, Production, Storage and Offloading*) é uma plataforma flutuante construída em um casco modificado de navio, usualmente navio petroleiro. Representa uma unidade de produção de petróleo flutuante, com unidade de armazenamento, unidade de processamento e sistema de transbordo (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA NAVAL, 2016).

que, desprovidas de moradia, instalaram-se em barracas para “demarcar território” (ROCHA e MARTINS, 2010, p. 2).

O bairro, localizado a 14 quilômetros do centro da cidade, oferece precárias condições de infraestrutura. Existem problemas relacionados à baixa qualidade da construção das casas (são comuns rachaduras nas paredes e problemas nas fossas sépticas), falta de pavimentação nas ruas (ROCHA e MARTINS, 2010), alagamentos em dias de chuva, falta de acesso a serviços básicos e elevados índices de criminalidade.

A remoção se deu sob a justificativa de duplicação da rodovia devido à expansão das atividades portuárias, conforme relatado por Lauriberto, morador do bairro Santa Tereza que é limítrofe a área onde atualmente está instalada a QGI, a qual foi cedida ao estaleiro pela SUPRG. De acordo com o entrevistado, as pessoas removidas naquele momento eram moradores do beco 27, conhecido como “Beco da Naba”, localizado no bairro. Lauriberto relata que houve “moradores que saíram que deixaram suas casas desmontadas” e receberam

uma casinha lá na [Cidade de] Águeda. Muitos até voltaram [...]. Por quê? Quem nasceu e se criou em beira de praia e na vila, dentro dos becos, o que sabe fazer? Não tem estudo, pesca, carroceiro. E aí saíram daqui [do beco], foram para a Cidade de Águeda [...] lá não tinha como pescar, não tinha como fazer carroto. Alguns retornaram.

A remoção das famílias causou forte impacto em suas vidas, de forma semelhante ao que ocorreu em períodos anteriores, nos quais a reorganização estrutural provocada pelo investimento econômico gerou alterações significativas na organização não somente do trabalho, mas da vida cotidiana das pessoas. O que, novamente, torna evidente que este processo não se limita ao espaço intramuros da indústria capitalista.

Figura 5 - Bairro Cidade de Águeda



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Já a suposta baixa qualificação da mão de obra riograndina em relação às atividades demandadas pelo polo naval (completamente novas na região) e a grande demanda das empresas que lá se instalaram ocasionaram a migração de trabalhadores de diversas regiões do país para a cidade, com a finalidade de preencher estas vagas de emprego (SILVA *et al.*, 2012). Pinto (2014) aponta que cerca de 15.000 trabalhadores oriundos de outros estados brasileiros residiam em 2014 na cidade, o que representava aproximadamente 7% da população do município estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda sobre a mão de obra, Lopo (2015) destaca que dos 15.000 empregos que estavam previstos para serem criados até o ano de 2014, com base nas estimativas do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore* (SINAVAL), 70% seriam para a contratação de operários especializados para o chão de fábrica. Apesar dos números apontarem uma nova e imperativa força econômica, “a concentração de trabalhadores especializados não chega nem perto dos números encontrados nos países que são os grandes produtores navais no cenário mundial” (LOPO, 2015, p. 75). Segundo o autor, nesses países há mais profissionais de formação superior, como engenheiros, do que especialistas técnicos de formação média (LOPO, 2015).

Cabe destacar que uma característica importante desta população é sua fluutuabilidade. Uma vez concluída a tarefa para o qual foram contratados, estes trabalhadores se deslocam para outras regiões em busca de novas atividades. Trata-se de um movimento constante de ir e vir de trabalhadores que migram em função de sua capacitação para se manterem empregados e/ou em busca de melhores salários.

A migração de trabalhadores provoca um processo de contínuo fluxo de trabalhadores vinculados à indústria naval que fazem parte de um grupo que oscila entre o desemprego permanente (não qualificação profissional) e o desemprego em períodos específicos (conforme a demanda por profissionais qualificados no setor específico). Este movimento possibilita a incorporação dos trabalhadores ociosos em períodos anteriores, que se destinavam às atividades possíveis com vista à sobrevivência. Processo no qual o aumento de profissionais qualificados provoca a ampliação da concorrência pelas vagas existentes e, por consequência, o rebaixamento dos salários. Ou seja, os trabalhadores oscilam entre períodos de emprego e períodos de pertencimento à reserva de trabalhadores qualificados para o trabalho (BRAVERMAN, 1981). Neste aspecto é esclarecedor o processo ocorrido em Dezembro de 2014 de demissão em massa após a conclusão de uma plataforma petrolífera, que deixou sem trabalho cerca de 3.000 pessoas, e o conseqüente receio dos trabalhadores em relação à situação profissional (ÁVILA, 2014a).

Assim, a qualificação de mão de obra, posta como uma fonte de oportunidades de emprego é amplamente dependente das flutuações e especificidades dos diferentes tipos de serviços demandados. Nesse sentido, um grande contingente de pessoas qualificadas para uma determinada função, embora possa viabilizar o emprego dos trabalhadores locais, também pode provocar competição acirrada pelos empregos disponíveis e, conseqüentemente, facilitar processos de precarização das condições de trabalho (seja através de reduções salariais ou de débeis condições para o exercício das atividades). Este é um dilema com que a classe trabalhadora constantemente se depara.

Como o desemprego é “continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação” (BRAVERMAN, 1981, p. 326), há constantemente um exército de reserva de trabalhadores (as seções dedicadas a Marx e Braverman esclarecerão diversos aspectos sobre ele). Neste aspecto, os trabalhadores migrantes que circulam o país em busca de trabalhos temporários, como os que atualmente se encontram em Rio Grande, podem ser entendidos como o exército de reserva flutuante. Há, neste grupo permanentemente em movimento, uma constante taxa de desemprego (em virtude da conclusão das obras e dos diferentes tipos de contratos assumidos pelas empresas) assim como mobilidade nas funções executadas pelos trabalhadores, pois à medida que trocam de local, as funções dentro das empresas com as quais constroem vínculo se modificam.

Uma significativa parcela dos riograndinos se encontra no exército de reserva estagnário. São operários que mantêm vínculos empregatícios curtos, irregulares e em diferentes funções ao longo do tempo. Marginais ao crescimento econômico capitalista vivem em condições miseráveis, habitam áreas sem a infraestrutura mínima necessária ao seu bem-estar e de suas famílias. São esses trabalhadores que, por exemplo, buscam nos programas de transferência de renda e de capacitação do governo federal, uma forma de amenizar sua marginalização e de entrada na sociedade de consumo.

No que se refere às conseqüências do processo de crescimento econômico para a organização da vida cotidiana da população, cabe destacar que, na esteira das flutuações do emprego na indústria naval, em 2009, 70% dos postos no polo naval e *offshore* eram ocupados por trabalhadores vindos de outros locais do estado e do país (FEIJÓ e MALDONADO, 2013). Movimentação populacional que acarretou impactos significativos em Rio Grande. Um dos impactos mais evidentes foi o provocado no setor imobiliário. Com a vinda de um significativo número de trabalhadores de diferentes regiões do país (devido à falta de mão de obra qualificada na cidade), aliado à falta de infraestrutura adequada do

município, os preços dos imóveis em determinados bairros da cidade apresentaram aumentos superiores a 400%, após a implantação da indústria naval (SILVA *et al.*, 2012).

A supervalorização do setor imobiliário é um dos aspectos visíveis que demonstra a transformação no espaço da cidade, provocada pelos investimentos realizados no polo naval. O espaço é constituído de processos contraditórios que atuam na criação, destruição e recriação deste mesmo espaço (HARVEY, 2005).

Tomando este conceito, é possível perceber de que forma a constituição da cidade do Rio Grande foi modificada ao longo de sua história, pelos investimentos nela realizados. Com as indústrias têxteis no fim do Século XIX, vieram a construção de moradias para trabalhadores, teatros, bondes e a ampliação dos serviços públicos, reconfigurando assim o espaço da cidade. O mesmo ocorreu com o processo de industrialização da carne (que conduziu a formação de um distrito industrial na cidade), com o porto que, devido a sua expansão, propiciou a construção de um novo bairro à época, onde passaram a habitar seus operários.

Cabe destacar que, anos mais tarde, em virtude de um novo processo de expansão portuária, as pessoas que residiam nas proximidades do porto, antes atraídas para lá, acabaram expulsas e deslocadas para uma nova área, reconfigurando novamente a geografia da cidade. Os investimentos do polo naval denotam uma nova configuração espacial, que expande bairros periféricos e fomenta a construção de moradias, sobretudo a construção de edifícios residenciais. A classe trabalhadora riograndina, ao longo da história, teve sua organização constantemente modificada em virtude dos mecanismos de acumulação do capital.

Neste sentido, a cidade vive um processo de crescimento contraditório, pois tem sua economia excessivamente dependente de capitais transnacionais, o que resulta na dissociação da economia com as necessidades da população local (PINTO, 2014). Este processo vem se repetindo historicamente, desde o primeiro ciclo industrial da cidade com a chegada dos parques fabris e das demais indústrias que os acompanharam no final do Século XIX e ao longo do Século XX. Processo que pode ser observado nos investimentos externos para a modernização do processo de industrialização da carne, a instalação do distrito industrial nos anos 1970, momento em que empresas de diferentes setores, de capital estrangeiro, chegaram à cidade e, mais recentemente, a implantação do polo naval.

O ciclo iniciado com a chegada da indústria naval na cidade, que no ano de 2013 teve o maior volume de produção desde sua instalação com a finalização de três plataformas para extração de petróleo e a construção de um casco para essa mesma finalidade (DIVERIO, 2013), viu seu ocaso com as investigações da Operação Lava Jato realizada pela Polícia

Federal em 2014. As investigações de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo dirigentes da Petrobras, grandes empreiteiras nacionais e políticos de diferentes partidos e a desvalorização das *commodities* no mercado internacional (entre elas petróleo bruto), freou a euforia, que deu lugar a incerteza quanto ao futuro das obras em andamento já contratadas, uma vez que as empresas responsáveis por sua realização estão sob investigação.

Até o momento, já foram finalizadas em Rio Grande as plataformas e cascos P-53, P-55, P-58, P-63, P-66 e P-67. Estava prevista para o ano de 2016 a integração dos módulos das plataformas P-75 e P-77, a serem realizadas pelo consórcio QGI em Rio Grande, além da P-74 cuja obra será realizada pelo Estaleiro EBR, em São José do Norte. Entretanto, a assinatura do contrato que oficializaria a realização das obras, contratadas originalmente em setembro de 2013 sob o valor de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, sofreu um impasse devido a alterações realizadas no projeto (GASPARETTO, 2015). Em função disso, Petrobras e QGI não chegaram a um acordo e o consórcio desistiu oficialmente da obra em fevereiro de 2015, gerando grande mobilização de lideranças locais e da comunidade riograndina (GASPARETTO, 2015).

A incerteza em relação à assinatura do contrato para a continuidade das obras nas plataformas P-75 e P-77 foi motivo de grande preocupação e mobilizações na cidade. Adiado inúmeras vezes, o novo contrato foi assinado pelas duas partes somente no final de novembro de 2015, com previsão de começo das obras em março de 2016. No começo desse mesmo mês, o prefeito de Rio Grande foi informado pelo diretor da Petrobras, Roberto Moro, e pelo Ministro Miguel Rosseto, sobre o acordo, o que daria certa tranquilidade à população (GASPARETTO, 2015; POLL, 2015a). Dados primários obtidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte (STIMMERG) mostram que um atraso na liberação da plataforma P-74 (obra que será realizada no estaleiro EBR) no Rio de Janeiro prorrogará, provavelmente, o começo das obras para o segundo semestre de 2016.

Neste contexto, os trabalhadores não se calam frente às demissões em massa, a constante ameaça de desemprego e as incertezas quanto ao futuro do setor na cidade. Diversas manifestações e paralisações vêm ocorrendo em protesto contra as indefinições sobre o futuro dos empregos e contra a ameaça às possibilidades de sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias. As manifestações buscam também o comprometimento da Petrobras e das empresas contratantes quanto ao pagamento dos valores das rescisões contratuais que venham a ocorrer (GONZATTO, 2015).

O final de 2015 foi marcado por manifestações dos trabalhadores na luta pelos seus direitos. Nos dias 21, 22 e 23 de outubro cerca de 5.500 trabalhadores pararam suas atividades em solidariedade a 280 funcionários demitidos que não receberam suas indenizações por demissão (SANTOS, 2015). A Ecovix conseguiu através de autorização judicial realizar o pagamento das rescisões contratuais de forma parcelada, violando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como a Ecovix não realizou o pagamento da primeira parcela das indenizações e também atrasou o pagamento da quinzena salarial dos trabalhadores em atividade, estes paralisaram suas atividades e bloquearam a rodovia em frente ao Estaleiro Rio Grande (como pode ser visto na foto a seguir), administrado pela Ecovix. Após os pagamentos terem sido realizados, os trabalhadores retornaram ao trabalho.

Durante a manifestação, o presidente do STIMMERG falou sobre o momento delicado que vive a indústria naval na cidade, alertando que

o Estaleiro EBR vai receber a P-74 para fazer a integração dos módulos que está fazendo aqui em São José do Norte. Depois disso, só vai haver demissões. Não há mais negócios. Sabemos que a Petrobras está enviando obras que poderiam ser realizadas aqui para a China. Aqui só nos deixa desemprego. O cronômetro do fim do nosso polo naval está ligado e andando rápido (SANTOS, 2015, s/p).

No dia 23 de outubro sob o slogan “o petróleo é nosso e as plataformas também”, um grupo de cerca de 1.000 trabalhadores da indústria naval reuniu-se no Largo Dr. Pio, no centro de Rio Grande, em um ato público em defesa da Petrobras e dos empregos gerados pela empresa estatal (MUZIKANT, 2015). Participaram do ato lideranças políticas e sindicais da região as quais falaram da luta para manter a indústria naval gerando trabalho e renda para os brasileiros (MUZIKANT, 2015).

Figura 6 – Paralisação de trabalhadores em frente à Ecovix



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Outro momento marcante da luta dos trabalhadores pelos seus direitos aconteceu no dia 04 de dezembro. Pela manhã, os trabalhadores interromperam a rodovia em frente ao Estaleiro Rio Grande, colocando fogo na rodovia, em protesto pelo atraso no pagamento de salário, vale refeição e 13º salário. Em entrevista, um dos trabalhadores afirmou: “há uma semana, recebemos uma circular interna, dizendo que nosso salário sairia hoje, assim como o vale refeição no valor de R\$ 400 e a metade do nosso 13º, o que não aconteceu” (POLL, 2015b).

Esses movimentos, entretanto, limitam a luta dos trabalhadores àquilo que a organização do trabalho na sociedade capitalista permite. Tal situação restringe a luta a questões empregatícias e salariais. Os trabalhadores não conseguem superar a atitude contemplativa que lhes é imposta pelo modo capitalista de produção (sobre esta questão, ver a seção Lukács).

Os diferentes ciclos econômicos vividos por Rio Grande, ao longo de sua história, modificaram a organização do trabalho e a vida dos trabalhadores na cidade. A chegada da indústria naval, o mais recente ciclo econômico vivido pela cidade, trouxe novos elementos à cidade, como a incorporação de uma atividade completamente nova à região, um movimento de migração de trabalhadores que há muito não era visto na cidade, bem como alterações no cotidiano dos trabalhadores.

Figura 7 - Ato em Defesa do Polo Naval



Fonte: arquivo pessoal do autor

Cabe destacar, ainda, que os diferentes ciclos econômicos que consolidaram a indústria riograndina reforçam as características da dependência latino-americana, além de contarem com programas de governo que incentivaram o investimento privado na atividade industrial. Outro aspecto que merece destaque é o papel da mão de obra migrante que, desde o fim do século XIX, é presença constante na indústria riograndina.

2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA MARXISTA PARA COMPREENDER O TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Nesta dissertação, o trabalho é entendido como categoria ontológica dos seres humanos, atividade vital que possibilita a produção e a reprodução da vida. Esse capítulo aborda os elementos fundamentais da teoria marxista para se compreender o trabalho no capitalismo dependente, a partir de quatro autores que se dedicaram ao estudo do trabalho na sociedade capitalista: Karl Marx, György Lukács, Ruy Mauro Marini e Harry Braverman. Os autores serão apresentados nesta ordem pela questão de temporalidade (embora Marini e Braverman sejam contemporâneos) e, também, pelo fato da influência teórica entre si e pelas perguntas que fizeram. As ideias desses autores serão apresentadas respeitando suas formulações e o tempo histórico no qual as realizaram.

Marx⁸ é o autor fundante. É a quem os demais recorreram para buscar as bases conceituais em que fundam seus estudos e pesquisas. Os textos de Marx transpassam por uma série de conceitos que, mesmo construídos no século XIX, ainda tem poder explicativo na sociedade capitalista.

Lukács⁹ buscou as bases ontológicas do trabalho humano e seus estudos auxiliam na compreensão do que é o trabalho e de como ele constitui o ser e a sociedade. Seus escritos permitem compreender como, através do trabalho, o ser supera as questões puramente instintivas e move-se do orgânico para o social.

Marini¹⁰ retomou categorias desenvolvidas por Marx para analisar sociedades que chamou de *sui generis*, isto é, as economias dependentes latino-americanas (cenário onde o

⁸ Karl Marx é um filósofo alemão que viveu no século XIX. Na Universidade de Berlim, inicialmente estudou Direito. Fortemente influenciado pelos estudos de Hegel, que foi professor e reitor na mesma universidade, Marx perde o interesse pelo Direito e passa a interessar-se pela Filosofia. Após concluir o doutoramento, torna-se redator-chefe de um jornal na província de colônia, onde conhece Friedrich Engels (amigo e coautor em diversas obras juntamente com Marx). Suas ideias influenciaram diversas áreas do conhecimento e tem em *O Capital*, onde o autor faz uma extensa análise da sociedade capitalista, sua grande obra. Cabe destacar o somente o primeiro volume de *O Capital* foi publicado com Marx ainda vivo. Os demais volumes foram organizados por Friedrich Engels e publicados postumamente.

⁹ György Lukács é um filósofo e crítico literário húngaro nascido em 1885 e falecido na década de 1970. Foi membro do partido comunista húngaro e comissário do povo para a Educação Nacional, professor na Universidade de Budapeste, membro da Academia de Ciências e ministro da educação em seu país. Considerado o fundador da estética marxista, sua obra tem em *História e Consciência de Classe, A teoria do romance* algumas de suas obras mais importantes.

¹⁰ Ruy Mauro Marini é brasileiro, nascido em 1932 e falecido em 1997, graduado em Administração de Empresas. Na década de 1960 foi professor na Universidade de Brasília e, após o Golpe Militar em 1964, viveu na clandestinidade, chegando a ser preso. Entretanto, deixou o país rumo ao exílio no Chile e, posteriormente, no México. Foi professor na Universidade do Chile até o começo da década de 1970 e, após esse período, lecionou na Universidade Nacional Autônoma do México. Publicou importantes obras fora do Brasil como *Dialética da Dependência* e *Subdesenvolvimento e Revolução*.

estudo é desenvolvido), e elaborou conceitos que também são necessários para explicar tal região, como a superexploração do trabalho, o subimperialismo, a matriz produtiva agrário-exportadora e a fragilidade do mercado interno. Os textos desse autor permitem uma compreensão do contexto latino-americano de modo amplo e crítico.

Harry Braverman¹¹, por sua vez, permite compreender os pormenores do trabalho sob o modo de produção capitalista e como este modo de produção afeta direta e cruelmente o trabalhador. *Trabalho e Capital Monopolista*, obra de Braverman estudada, traz importantes conceitos, retomados a partir de Marx, que permitem compreender o aprisionamento das potencialidades do trabalho sob diferentes formas de extração de mais-valia.

Cada uma das seções que seguem serão desenvolvidas tendo em vista o foco no trabalho, respeitando a lógica de apresentação das ideias propostas pelos autores em seus textos originais.

2.1 A TEORIA DO VALOR EM MARX

Marx (2014) foi categórico ao afirmar que apenas o trabalho humano produz valor. E esse valor produzido pelo trabalho se materializa em uma coisa obrigatoriamente útil a alguém: àquele que a produziu ou quem for adquirí-la. Marx iniciou a discussão sobre o valor, em *O Capital*, partindo da mercadoria. Esta coisa na qual o trabalho concreto se materializa, e que se apresenta de modo banal, como trabalho abstrato, a qualquer ser humano. Marx (2014, p. 57) argumentou que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”. Para o autor, a mercadoria é

um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2014, p. 57).

Marx, em sua obra seminal, buscou demonstrar o que ela é e, mais importante que isso, o que ela esconde. Esse texto parte dessa noção para abordar a arquitetura categorial tratada por Marx sempre tendo como foco de discussão o trabalho humano, fundamental para a compreensão do objeto desta dissertação.

¹¹ Braverman (1920-1976) foi militante do movimento trotskista e membro do Partido Socialista dos Trabalhadores nos Estados Unidos. Seu livro mais importante foi *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, onde examina o efeito do capitalismo sobre o trabalho na indústria americana.

As mercadorias, partindo do conceito proposto por Marx, são coisas com as quais as pessoas estão em contato diariamente. São familiares e essenciais à existência humana, como objeto de uso, de consumo ou meio de produção. Mas, para satisfazer as necessidades humanas, essas coisas tão comuns e cotidianas possuem um conjunto de propriedades que lhes são úteis. Nesse sentido, a satisfação da necessidade se dá pela utilidade da mercadoria e essa utilidade faz dela um valor de uso (MARX, 2014).

Esse valor de uso da mercadoria independe da quantidade, mas não da qualidade, do trabalho nela empregado para obter suas propriedades úteis (MARX, 2014). O valor de uso atribuído pelo trabalho se realiza através da utilização ou do consumo da mercadoria e é ele quem constitui o conteúdo material da riqueza (MARX, 2014). No entanto, na sociedade capitalista, “os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca” (MARX, 2014, p. 58).

O valor de troca, por sua vez, “revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2014, p. 58). Os valores de troca “da mesma mercadoria expressam, todos, um mesmo significado”; e “o valor de troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir” (MARX, 2014, p. 59).

Para Marx (2014, p. 59) “como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo do valor de uso”. Nesse sentido, o valor de troca é a forma que expressa o conteúdo (valor de uso) de uma determinada mercadoria. Seu valor se manifesta nas relações sociais de troca e a forma comum de valor que as mercadorias possuem é a forma dinheiro (MARX, 2014).

Para serem trocadas, duas mercadorias necessitam ser reduzidas a uma terceira, um equivalente, diferente delas. Esse equivalente, socialmente identificado como forma de equivalente geral, torna-se mercadoria-dinheiro, funcionando assim como dinheiro (MARX, 2014). “O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho” (MARX, 2014, p. 121). A expressão do valor de uma mercadoria em dinheiro é o seu preço (MARX, 2014).

O valor de troca das mercadorias é “o modo necessário de expressar-se o valor ou a forma de este manifestar-se” (MARX, 2014, p. 60). Nesse sentido, sendo o trabalho “a substância criadora de valor”, é a sua quantidade contida em uma determinada mercadoria que possibilita medir a grandeza, ou a magnitude, do valor desta (MARX, 2014, p. 60). A forma como é medida a quantidade de trabalho contida em uma mercadoria é através do tempo de

duração do trabalho necessário à sua produção. E esse tempo de trabalho é medido em frações como hora, dia, semana e etc. (MARX, 2014). A noção de infinita divisibilidade do tempo de trabalho deve ser sublinhada, pois ela será fundamental para Marini e Braverman.

A magnitude do valor da mercadoria obtida pelo tempo de trabalho necessário à sua produção pode parecer, num primeiro momento, que quanto mais preguiçoso e/ou inábil o trabalhador, maior será o valor da mercadoria que produz (MARX, 2014). Entretanto, o valor é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, “o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade de trabalho” (MARX, 2014, p. 61).

A grandeza do valor de uma determinada mercadoria muda na medida em que o tempo de trabalho necessário à sua produção muda. Modificações no processo produtivo (máquinas, reestruturação do processo produtivo, maior destreza do trabalhador) podem reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, e, conseqüentemente, a grandeza de seu valor. Sobre esta questão, Marx (2014, p. 61) argumenta que

a produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios produtivos e as condições naturais.

De modo geral, uma maior produtividade do trabalho, leva a um menor tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria o que reduz, diretamente, o trabalho nela materializado e, conseqüentemente, a magnitude de seu valor. De modo inverso, uma menor produtividade do trabalho exige maior tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, aumentando assim o trabalho nela materializado e a magnitude de seu valor (MARX, 2014). Nesse sentido, “a grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e na inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica” (MARX, 2014, p. 62). Isto porque o valor tem como substância o trabalho e no tempo a medida de sua magnitude (MARX, 2014).

O trabalho, assim como a mercadoria, apresenta um duplo caráter: “quando se expressa como valor, não possui as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores de uso” (MARX, 2014, p. 63). Para que seja produzida uma mercadoria que atenda a uma determinada necessidade humana, é preciso uma atividade produtiva específica, determinada pela sua finalidade, pelo seu modo de operar, pelo objeto sob o qual opera, pelos meios que utiliza e pelos resultados que obtém (MARX, 2014). “Chamamos simplesmente de

trabalho útil aquele cuja utilidade se patenteia no valor de uso do seu produto ou cujo produto é um valor de uso” (MARX, 2014, p. 63).

Para Marx (2014, p. 64)

está, portanto, claro: o valor de uso de cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular. Valores de uso não podem se opor como mercadorias quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos. Numa sociedade cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria – isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias –, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho.

Diferentes mercadorias requerem diferentes trabalhos úteis para sua produção manifestando-se assim um conjunto de trabalhos úteis classificáveis de diferentes maneiras (ordem, gênero, espécie, etc.), a divisão social do trabalho. Esta é condição necessária à existência da produção de mercadorias embora o contrário não seja verdadeiro (MARX, 2014).

Importa destacar que o trabalho possui uma forma social, ele não é um fato no qual se expressa o ser humano, o ser social. Ele é a essência do ser humano e como “criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2014, p. 64).

Os valores de uso se constituem nessa interação entre o ser humano e a natureza; é a matéria que é fornecida pela natureza que sofre a ação do trabalho humano, trabalho útil, criador de valor. Mas o valor das mercadorias representa simplesmente o dispêndio do trabalho humano geral, sem considerar sua diversidade qualitativa (MARX, 2014).

A noção de tempo de trabalho socialmente necessário permite equiparar valor do trabalho qualificado ao do trabalho simples no que se refere à remuneração do trabalhador – o salário, que, neste ponto de *O Capital*, ainda não havia sido apresentado pelo autor (MARX, 2014).

A mercadoria enquanto forma elementar da riqueza nas sociedades capitalistas, somente adquire suas propriedades em virtude do trabalho humano, que modifica os elementos da natureza de modo que estes se tornem úteis. Esse produto do trabalho humano assume um caráter misterioso que provém de sua própria forma – mercadoria. Para Marx (2014, p. 94),

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e

propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho.

A esse movimento que acontece na sociedade capitalista que transforma a relação social de trabalho humano em um mero fantasma, e reifica uma relação entre mercadorias como se estas possuíssem vida própria, Marx (2014) chama de fetichismo. A reificação será retomada na seção dedicada a Lukács.

O fetichismo da mercadoria mascara a relação social concreta entre trabalhador e o produto do seu trabalho. Nela se estabelece, na sociedade capitalista, a troca da força de trabalho humana pela remuneração paga ao trabalhador pelo capitalista. Essa remuneração é o salário do trabalhador, isto é, o preço de sua força de trabalho avaliado em dinheiro (MARX, 2006).

A força de trabalho humana que é vendida ao capitalista se torna uma mercadoria, ou seja, uma coisa útil que satisfaz uma necessidade ao tornar-se meio de produção. Ela tem valor de uso, uma utilidade, para o capitalista (na operação de máquinas, no manuseio de ferramentas, etc.) e um valor de troca, definido socialmente. Nessa relação, o trabalhador recebe uma remuneração em troca do dispêndio de sua força de trabalho por um período de tempo previamente contratado. Tal remuneração permite (ou deveria permitir) ao trabalhador trocá-la por outras mercadorias de que necessite para satisfazer suas necessidades. Essa troca da força de trabalho pelo salário correspondente cria, na sociedade capitalista, o trabalho assalariado (MARX, 2006) – que será tratado ao longo do texto.

Na sociedade capitalista, a mercadoria oculta o trabalho através do qual se constitui. Oculta, também, a relação social existente entre os diferentes trabalhos humanos, que dá lugar a uma relação entre coisas, entre mercadorias. Mas mais do que isso, a mercadoria oculta a relação de expropriação e exploração do trabalhador.

O trabalho não se caracteriza como mera produção de mercadorias. Ele é a força de trabalho em movimento, é

um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2014, p. 211).

O trabalho é esse processo no qual ser humano e natureza interagem dialeticamente, buscando o ser humano modificar o caráter da natureza para melhor servi-lo. Esse

metabolismo material não altera somente a natureza externa ao ser humano, mas também modifica sua natureza interna (MARX, 2014). Ele subjuga a natureza ao seu domínio, realizando as potencialidades que, sem o trabalho, são apenas latentes.

Essa transformação do mundo objetivo através do trabalho supera a atividade instintiva (como nos animais), estando relacionada à atividade racional do ser humano. A consciência é central no trabalho humano e é ela que permite ao ser humano captar a realidade e transformá-la de modo a permitir a reprodução da vida. À medida que intervém no real, modificando a natureza, sua consciência a respeito do mundo que o cerca também se modifica, reconfigurando a forma de percebê-lo. Marx (2014, p. 211) pressupôs

o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constituirá a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

A discussão sobre o caráter ontológico do trabalho e o intercâmbio material entre o ser humano e a natureza será retomada na seção dedicada a Lukács.

O processo de trabalho é uma atividade subordinada ao propósito de criar valores de uso e de adequar os elementos da natureza às necessidades humanas. É uma condição natural da vida necessária para o intercâmbio entre ser humano e natureza, comum a todas as formas sociais de vida humana (MARX, 2014). “No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto” (MARX, 2014, p. 214).

Há três elementos que compõem o processo de trabalho: o próprio trabalho – a atividade adequada a um determinado fim; o objeto de trabalho – a matéria sobre a qual será aplicado o trabalho; e o instrumental de trabalho – os meios através dos quais o trabalho será realizado (MARX, 2014).

O ser humano aplica sua força de trabalho a um determinado objeto (uma matéria) que será transformada em uma coisa que, depois de concluída, apresentará características diferentes de sua forma inicial. A terra, que é o objeto universal do trabalho, ou as coisas fornecidas por ela, cujo trabalho humano apenas as separa de seu meio natural – como os peixes que são retirados da água ao serem pescados, as árvores que são derrubadas, ou o

minério extraído da terra – constituem objetos de trabalho fornecidos pela natureza (MARX, 2014).

O trabalho humano também tem como objeto a matéria-prima, isto é, o objeto de trabalho filtrado através do trabalho anterior (MARX, 2014). A madeira extraída da natureza, depois de cortada em lâminas e aplainada, por exemplo, constitui matéria-prima para o trabalho. “Toda a matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo o objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2014, p. 212).

Para atuar sobre o objeto de trabalho (seja ele matéria-prima ou não), o trabalhador introduz entre ele e seu objeto um complexo de coisas que lhe permitem dirigir seu trabalho sobre o objeto, imprimindo-lhe o projeto que idealmente já está constituído em seu imaginário. O trabalhador utiliza as propriedades dessas coisas (como ferramentas), sejam elas mecânicas, químicas ou físicas (de acordo com o objeto sobre o qual trabalha), para que estas atuem como forças sobre o objeto de trabalho, de acordo com o propósito que tem em mente (MARX, 2014).

O processo de trabalho exige meios adequados ao seu nível de desenvolvimento. E são esses meios que distinguem as diferentes épocas econômicas vividas pela humanidade. “Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (MARX, 2014).

A natureza geral do processo de trabalho não muda na sociedade capitalista, entretanto, a partir da intervenção do capitalista no processo de trabalho, alguns aspectos ganham novas conotações. O próprio processo de trabalho, sob a ótica do capitalista, passa a ser visto como

o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2014, p. 219).

Na sociedade capitalista, o processo de trabalho é um processo de produção de mais-valia para o capitalista. Este compra a força de trabalho por um determinado preço, definido com base no mínimo necessário para que permita ao trabalhador repor a força de trabalho que despendeu ao longo do dia. Entretanto, o preço pago ao trabalhador pela sua força de trabalho é inferior ao valor por ela produzido ao longo de uma jornada de trabalho de, por exemplo, oito horas diárias. “O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas” (MARX, 2014, p. 227).

A partir do momento em que o trabalhador já produziu valor suficiente para compensar a antecipação feita a ele pelo capitalista, o valor produzido durante o restante da jornada de trabalho pertence a este último. E é essa diferença entre o necessário à manutenção da força de trabalho e o produzido ao final da jornada de trabalho que constitui a mais-valia. A mais-valia tem, então, sua origem no excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada da jornada de trabalho (MARX, 2014).

A mais-valia absoluta é produzida com o prolongamento da jornada de trabalho além do tempo necessário à produção do equivalente ao valor da força de trabalho, e a apropriação desse excedente, desse mais-trabalho, pelo capital (MARX, 1996). Percebe-se aqui uma divisão na jornada de trabalho entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. A produção da mais-valia absoluta concentra-se apenas na duração da jornada de trabalho (MARX, 1996).

A mais-valia relativa, por sua vez, decorre da redução do tempo de trabalho necessário e da alteração que esta provoca na relação quantitativa entre as partes da jornada de trabalho (MARX, 2014). À queda do valor da força de trabalho ou a redução do tempo de trabalho necessário é imprescindível um aumento na sua produtividade que pressupõe alterações no instrumental e/ou no método de trabalho (MARX, 2014). O aumento da produtividade do trabalho consiste em uma modificação no processo de trabalho, através da qual o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria é diminuído, possibilitando assim que se produzam com uma mesma quantidade de trabalho, maiores quantidades de valor de uso (MARX, 2014).

À mais-valia absoluta basta a subordinação do trabalho ao capital, enquanto para a produção da mais-valia relativa é necessário o aumento da produtividade do trabalho. Mas, os métodos utilizados para produção da mais-valia relativa são também métodos para a produção da mais-valia absoluta, isto é, a mais-valia absoluta é relativa e a mais-valia relativa é absoluta (MARX, 1996).

Estabelecido o modo capitalista de produção, a diferença entre mais-valia absoluta e relativa se torna perceptível apenas quando se trata de aumentar a taxa geral de mais-valia (MARX, 1996). Depois de generalizadas as mudanças no processo de produção que possibilitaram a mais-valia relativa ao capitalista, a diferença entre o valor individual das mercadorias produzidas sob essas novas condições e o valor social médio desaparecem (MARX, 2014).

Uma alteração na taxa geral de mais-valia ocorre quando a produtividade do trabalho atinge os setores responsáveis pela produção das mercadorias que compõem o conjunto dos

meios de subsistência. Com a redução dos valores dessas mercadorias, que constituem elementos do valor da força de trabalho, há o aumento da mais-valia (MARX, 2014). Mais-valia e valor das mercadorias apresentam comportamentos diferentes frente à produtividade do trabalho: enquanto a primeira aumenta em razão ao aumento da produtividade, a segunda diminui. E ao diminuir o valor das mercadorias diminui também o valor da força de trabalho que por elas é determinado (MARX, 2014). “Por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o trabalhador” (MARX, 2014, p. 370).

A produção capitalista tem seu início quando um mesmo capital particular ocupa um número significativo de trabalhadores de uma única vez, ampliando o processo de trabalho e as quantidades produzidas (MARX, 2014). Dito de outra forma, os trabalhadores atuam simultaneamente em um mesmo local, produzindo uma mesma mercadoria e sob o comando do mesmo capitalista.

O processo de trabalho adquire esse caráter social sob o modo de produção capitalista a partir da cooperação. A cooperação é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 2014, p. 378). Ela cria uma força produtiva coletiva, cujo efeito do trabalho não pode ser produzido pelo trabalho individual. O simples contato social entre os trabalhadores provoca neles um efeito animador e estimulante que aumenta sua capacidade de realização (MARX, 2014).

“A cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista” (MARX, 2014, p. 388). É através dela que o capital amplia a força produtiva do trabalho e, em virtude disto, consegue obter uma maior mais-valia. A força produtiva social desenvolvida pela cooperação é a força produtiva do capital e a cooperação é uma forma histórica do processo de produção capitalista (MARX, 2014).

A reunião de diversos trabalhadores em um mesmo local para a produção, embora aumente a escala de utilização dos meios de produção, “o valor dos meios de produção concentrados para uso em comum e em larga escala não cresce na proporção em que aumenta seu tamanho e seu efeito útil” (MARX, 2014, p. 377). A parcela de valor que é transferida para a mercadoria diminui em virtude da maior quantidade de produtos produzidos, diminuindo o valor da mercadoria. Para Marx (2014, p. 378),

essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de sua utilização em comum no processo de trabalho de muitos. E esses meios adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em comparação com os meios de produção esparsos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou de pequenos patrões, mesmo quando os numerosos

trabalhadores reunidos não se ajudam reciprocamente, mas apenas trabalham no mesmo local. Uma parte do instrumental ou dos meios de trabalho adquire esse caráter social antes que o processo de trabalho o conquiste.

Com o processo de produção capitalista, surgem, além da cooperação, outras questões como a necessidade de controle sobre os trabalhadores, que por sua vez dá origem a uma estrutura de cargos dentro das oficinas (manufaturas ou indústrias) e ao fracionamento das atividades – fruto da cooperação – realizadas por cada trabalhador, que não mais participam de todo o processo de trabalho para a produção de uma mercadoria, mas apenas de uma pequena parte dele. A partir da cooperação simples (divisão das diferentes operações de um processo de trabalho complexo entre um determinado número de trabalhadores nele envolvido), os trabalhadores perderam, pouco a pouco, a capacidade de executar seu ofício em toda a sua complexidade, e sua especialidade assume a forma de uma atividade restrita (MARX, 2014). Em outras palavras, da cooperação simples vem a divisão manufatureira do trabalho. Esta questão será retomada na seção dedicada à teorização de Braverman.

Na divisão do trabalho, o ofício continua sendo a base. Entretanto, o trabalhador é absorvido por uma função parcial do processo de trabalho e “sua força de trabalho se transforma para sempre em órgão dessa função parcial” (MARX, 2014, p. 393). Marx (2014, p. 394) reforçou esse argumento ao dizer que “um trabalhador que, durante sua vida inteira, executa uma única operação transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação”. Dessa forma, o trabalhador leva menos tempo para executar sua atividade e, no conjunto de trabalhadores empregados pelo mesmo capitalista, o tempo necessário para a produção de uma determinada mercadoria é reduzido, assim como o processo de trabalho – agora como função exclusiva de um determinado trabalhador – pode ser aperfeiçoado de modo a obter-lhe o efeito mais útil desejado pelo capitalista com um mínimo esforço (MARX, 2014).

O fracionamento do processo de trabalho em atividades restritas e de baixa complexidade, para as quais são designados trabalhadores específicos, provoca o aumento da intensidade do trabalho uma vez que não há interrupções no fluxo de trabalho provocadas pela troca de funções (MARX, 2014). O gasto extra de força que antes era exigido pela passagem do repouso ao movimento entre diferentes atividades dá lugar a um movimento uniforme e constante que, embora possibilite a continuidade do trabalho uniforme, destrói a alma do trabalhador. A respeito disso, Marx (2014, p. 404) apontou que se as peculiaridades naturais do trabalhador

constituem a base em que se implanta a divisão do trabalho, desenvolve a manufatura, uma vez introduzida, forças de trabalho que, por natureza, só são aptas

para funções especiais, limitadas. O trabalhador coletivo passa a possuir, então, todas as qualidades produtivas no mesmo grau elevado de virtuosidade e as despende ao mesmo tempo, da maneira mais econômica, individualizando todos os seus órgãos em trabalhadores especiais ou em grupos de trabalho aplicados exclusivamente em suas funções específicas. A estreiteza das deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando ele é parte integrante do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função única limitada transforma-o naturalmente em órgão infalível dessa função, compelindo-o à conexão com o mecanismo global a operar com a regularidade de uma peça de máquina.

À medida que desenvolve sua especialidade limitada, a capacidade total de exercer um trabalho acaba sendo atrofiada no trabalhador. Quanto maior a divisão do trabalho, maior a simplificação das atividades a serem realizadas e, conseqüentemente, menores são os custos de aprendizagem do trabalhador. A função que exerce é tão simples que ele não precisa de qualquer formação para tal. Nesse panorama, o valor da força de trabalho, assim como a necessidade de formação do trabalhador, caem.

Enquanto a força de trabalho se desvaloriza em virtude da redução, ou mesmo eliminação dos custos de aprendizagem (ou formação), o capital tem acréscimos de mais-valia imediatos, pois “tudo o que reduz o tempo do trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente” (MARX, 2014, p. 405). Esta discussão será retomada na seção dedicada aos estudos de Braverman.

Marx (2014) defendeu que toda a produção de mercadorias tem como fundamento geral a relação entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho. Esta última é inerente a qualquer formação econômica da sociedade, enquanto a primeira é um produto específico do modo capitalista de produção (MARX, 2014). “O fundamento de toda a divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo” (MARX, 2014, p. 407).

Embora apresentem conexões, ambas possuem grandes diferenças. Uma delas reside no fato de que os diferentes produtores independentes de mercadoria que a divisão social do trabalho faz se confrontarem tem na mercadoria a conexão entre seus trabalhos. Os trabalhadores parciais da manufatura, que se fortalecem com a divisão manufatureira do trabalho, não produzem uma mercadoria ao final de seu processo de trabalho. A mercadoria é o produto coletivo dos trabalhadores parciais (MARX, 2014). A divisão manufatureira do trabalho tem como conexão entre os trabalhadores a venda da força de trabalho a um mesmo capitalista, que os emprega como uma força de trabalho coletiva (MARX, 2014).

A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhe as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o

trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital (MARX, 2014, p. 416).

A divisão social do trabalho fortalece a humanidade como espécie, permitindo ao ser humano realizar-se de maneira plena em seu intercâmbio com a natureza. A divisão manufatureira do trabalho, por sua vez, reduz o trabalhador a uma fração de si mesmo, ao dissociar o processo de concepção do trabalho do processo de execução. O trabalhador torna-se uma simples peça que executa uma atividade repetitiva, previamente estruturada pelo capitalista.

O objetivo do desenvolvimento da produtividade no modo de produção capitalista é de reduzir o tempo de trabalho necessário e ampliar o tempo de trabalho excedente (MARX, 2014). Trabalhando mais tempo gratuitamente para o capitalista, o trabalhador produz mais excedente (mais-valia) ampliando os ganhos do capital. Como o próprio Marx (1996, p. 251) afirmou: “produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção”.

A produção de mais-valia é o fator constitutivo do processo de acumulação do capital (MARX, 1996). O crescimento desse capital acumulado exerce forte influência sobre o destino da classe trabalhadora, tendo em vista dois importantes fatores: a composição do capital e as modificações dessa composição ao longo do processo de acumulação (MARX, 1996). A composição do capital pode ser compreendida pela perspectiva do valor – denominada composição-valor do capital –, isto é, definida pela proporção em que o capital se divide em constante (meios de produção) e variável (força de trabalho); ou pela perspectiva da matéria – denominada composição técnica do capital –, onde a composição do capital é dada pela massa de meios de produção utilizados na produção e a quantidade de trabalho necessária para movê-los (MARX, 1996). A composição-valor e a composição técnica do capital estão em estreita correlação, pois a primeira, enquanto determinada pela segunda, espelha suas mudanças (MARX, 1996). Essa correlação é denominada por Marx (1996) como composição orgânica do capital.

A acumulação do capital reproduz continuamente a relação entre capitalistas de um lado e trabalhadores de outro (MARX, 1996). Nesse sentido, “a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 1996, p. 246). O processo de acumulação multiplica, assim como o capital, o número de trabalhadores assalariados, que ao venderem sua força de trabalho, transformam-na em força de valorização do capital perpetuando sua relação de dependência com seu próprio produto, transfigurado no capitalista (MARX, 1996).

Multiplica também a massa de trabalhadores desocupada, disponível e ávida para ocupar um posto de trabalho assalariado, que pressiona os trabalhadores empregados a níveis mais elevados de produtividade e mantém os salários em valores mínimos.

A acumulação de capital e o modo capitalista de produção desenvolvem-se mutuamente e sua combinação modifica a composição do capital, na qual a parcela constante se torna cada vez maior, enquanto a variável, menor (MARX, 1996). Com o crescimento do capital global (média das composições dos capitais individuais de um determinado segmento) crescem ambos os seus componentes, mas a força de trabalho nele incorporada cresce em proporção continuamente decrescente em relação aos meios de produção (MARX, 1996).

A redução da parcela de força de trabalho na composição do capital, em virtude dos mecanismos de acumulação do capital, produz uma população de trabalhadores excedente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1996). Essa população trabalhadora excedente, que é produto da acumulação e do crescimento da riqueza sob o capitalismo, e é também o propulsor do processo de acumulação do capital, “uma condição de existência do modo capitalista de produção”, constitui o exército industrial de reserva (MARX, 1996, p. 263). Nesse sentido, “toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados” (MARX, 1996, p. 264).

O capital age tanto sobre o lado dos empregados quanto dos desempregados, demonstrando assim todo o seu caráter tirânico: a acumulação multiplica a demanda de trabalho ao mesmo em que multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua liberação (em virtude do aumento da produtividade); o crescente número de trabalhadores desempregados força àqueles trabalhadores empregados a intensificarem o trabalho que realizam, tornando assim a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores (MARX, 1996).

O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta (MARX, 1996, p. 269).

O exército industrial de reserva possui três formas (que serão retomadas na seção dedicada a Braverman): líquida, latente e estagnaria. Sua forma líquida é encontrada comumente nos centros industriais, nos quais a população trabalhadora é repelida e atraída de acordo com as necessidades do capital (MARX, 1996). Sua forma latente, por sua vez, está ligada à repulsão da população trabalhadora rural, quando do apoderamento da agricultura pelo modo capitalista de produção, sem uma atração que a complemente.

Esse trabalhador acaba em sua situação de latência, na qual não se transfere para a manufatura nas cidades, nem retorna para o campo (MARX, 1996). Sob a forma estagnária, o exército industrial de reserva é constituído pelos trabalhadores ativos cujas ocupações são completamente irregulares, proporcionando ao capital uma reserva inesgotável de força de trabalho disponível (MARX, 1996).

O capital alimenta a massa de trabalho para atender suas necessidades e, conforme explica Marx (1996, p. 274),

quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.

Ao longo desta seção foi possível verificar que o desenvolvimento dos meios de produção se transforma em formas de dominação e exploração do trabalhador que, expropriado do produto de seu trabalho, é mutilado, fragmentado, alienado de suas potencialidades espirituais e submetido a um processo de trabalho que transforma o seu tempo de vida em tempo de trabalho (MARX, 1996). O processo de acumulação do capital tanto capta quanto repele trabalhadores dos postos de trabalho por ele mesmo criados e destruídos, relegando-os a um excedente populacional que coloca os trabalhadores em constante conflito, mostrando sua crueldade. A seção a seguir aborda a questão do caráter ontológico do trabalho que, apropriado pelo capital, limita e confina o trabalhador à maneira como o trabalho está organizado.

2.2 RELAÇÕES REIFICADAS NA PRODUÇÃO DE COMPLEXOS DO SER SOCIAL EM LUKÁCS

O ser é objetivo e faz parte de um complexo concreto com o qual está em constante relação, movendo-se e sendo movido por ele (LUKÁCS, 2009). O ser vive em uma relação dialética com o mundo ao seu redor: ao mesmo tempo em que modifica a natureza para garantir a reprodução vida, é modificado por essa mesma natureza, da qual é parte (LUKÁCS, 2012a). Esse intercâmbio material onde o trabalhador produz a si mesmo ao produzir e

modifica sua forma de perceber o mundo à medida que o modifica através de seu trabalho é o que possibilita que a vida se produza e reproduza.

Nesse sentido, o trabalho realiza uma dupla transformação: ao atuar sobre a natureza e modificá-la, o ser humano desenvolve as potencialidades latentes que nela encontra e sujeita a natureza ao seu domínio; enquanto as forças da natureza transformadas em objetos e instrumental de trabalho dos quais o ser humano utiliza suas propriedades físicas, químicas e mecânicas para submeter outras coisas ao seu domínio, atuando sobre elas conforme seu propósito (LUKÁCS, 2012a).

Através do trabalho, o ser humano ultrapassa a “fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente” (LUKÁCS, 2009, p. 5), superando os conteúdos puramente naturais. É o trabalho, essa categoria fundante do ser humano, que permite a ele (ser humano) mover-se de um ser meramente orgânico para um ser social. No trabalho encontra-se um claro caráter de transição, uma vez que ele é uma interrelação entre ser humano e natureza, seja ela inorgânica ou orgânica, que “assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2012a, p. 35).

Para Lukács (2009, p. 3), é importante compreender que “um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último só pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico”. O orgânico se manifesta a partir do inorgânico no momento em que determinadas circunstâncias possibilitam o surgimento de complexos primitivos onde estão contidas as características fundamentais dos organismos (LUKÁCS, 2012a). Toda a transição de nível de ser a outro (do inorgânico para o orgânico e do orgânico para o social) se dá na forma de um salto, ontologicamente necessário e qualitativamente diferente (LUKÁCS, 2012a). Esse salto tem como essência a ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não o nascimento de uma nova forma de ser (LUKÁCS, 2012a).

A transposição do orgânico para o social não ocorre de modo simplista. O desenvolvimento das formas de objetividade do ser social se dá em um processo dialético, cujo início é um salto, com o pôr de propósitos no trabalho. Nesse processo, há a transformação do ser-em-si (orgânico) em um ser-para-si (social) e a superação das formas puramente naturais em formas sociais (LUKÁCS, 2012a).

Com o ato de pôr propósitos ou finalidades no trabalho, o pôr teleológico, a consciência inicia um processo real e, dessa forma, o pôr tem um “caráter irrevogavelmente ontológico” (LUKÁCS, 2012a, p. 38). Para Lukács (2012a, p. 40), “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da

própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos”. O pôr teleológico nasce de uma necessidade humano-social (LUKÁCS, 2012a). Lukács (2009) apontou que toda a atividade laborativa surge em resposta a uma carência material que a suscita. Mas as respostas dadas pelo ser social à carência material não ocorrem de forma imediata.

A carência material é o motor do processo de reprodução social que coloca o complexo do trabalho em movimento. Nesse sentido, o ato de responder à carência material é o elemento ontologicamente primário que, em última instância, movimenta o complexo do trabalho (LUKÁCS, 2009). Dada de modo imediato, a resposta à carência material se caracterizaria como meramente instinto, como é percebido nas diversas espécies na natureza. Na espécie humana, uma carência material é generalizada e transformada em pergunta tanto quanto em suas possibilidades de satisfação. Essa relação entre a carência e resposta, nos seres humanos, é mediada pela consciência. É ela quem guia a atividade laborativa dos seres humanos, e, nesse sentido,

com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto (LUKÁCS, 2009, p. 6).

Para responder às carências materiais, o processo de trabalho é posto em movimento produzindo mercadorias. Entretanto, esse produto do trabalho humano, em sua própria forma, oculta sua essência legítima, isto é, a relação social entre seres humanos. A mercadoria não é uma forma, entre muitas outras, do metabolismo social, mas sim uma forma universal de conformação dos seres humanos na sociedade capitalista (LUKÁCS, 2012b). A dinâmica da sociedade capitalista reifica uma relação entre coisas, como já visto anteriormente. A mercadoria é uma categoria universal do ser social e, sob essa perspectiva, a reificação que surge da relação mercantil ganha uma importância decisiva para a compreensão do desenvolvimento objetivo da sociedade e da atitude dos seres humanos a esse respeito, da submissão da consciência humana às formas de reificação e da busca pela liberdade na forma de servidão (LUKÁCS, 2012b).

A forma mercantil como forma universal condiciona, sob o aspecto objetivo (as leis que controlam as relações entre coisas se impõem ao trabalhador como intransponíveis que se exercem a partir de si mesmas) e subjetivo (a força de trabalho se objetiva em relação ao

trabalhador, tornando-se uma mercadoria e, dessa forma, é submetida a uma objetividade que lhe é estranha, executando movimentos independentes do próprio trabalhador), o trabalho humano a uma abstração que se objetiva nas mercadorias (LUKÁCS, 2012b). O fenômeno da reificação confronta o ser social com seu próprio trabalho como algo que lhe é independente e que o domina por leis completamente estranhas ao trabalhador (LUKÁCS, 2012b).

A progressiva racionalização e mecanização do processo de trabalho, no curso do desenvolvimento da produção capitalista, torna a atitude do trabalhador cada vez menos ativa em relação ao processo, transformando-a em uma atitude meramente contemplativa (LUKÁCS, 2012b). No processo de trabalho mecanizado e racionalizado, onde impera o cálculo, o trabalhador é mera fonte de erros e precisa ser submetido às suas leis abstratas para que não haja nenhum tipo de atitude distante daquilo que está previamente programado. O trabalhador é inserido nesse sistema mecânico que está pronto e funcionando (LUKÁCS, 2012b). As características do trabalhador, no curso do desenvolvimento da produção capitalista, são cada vez mais eliminadas do processo de trabalho e sua diferença em relação às máquinas já não é mais uma diferença qualitativa na estrutura de sua consciência, mas sim uma diferença puramente quantitativa (LUKÁCS, 2012b).

A unidade orgânica do processo de trabalho, cuja base está na ligação das experiências concretas de trabalho, é rompida pelo avanço da racionalização e da mecanização do trabalho. A unidade do processo se dá pela análise racional e pelo cálculo, que conecta arbitrariamente operações parciais (nas quais o processo de trabalho foi desmontado) e, dessa forma, a “unidade do produto como mercadoria não coincide mais com sua unidade como valor de uso” (LUKÁCS, 2012b, p. 203).

O avanço da mecanização e da racionalização do trabalho culmina em uma limitação dos trabalhadores de se realizarem enquanto ser social, devido ao rompimento da unidade orgânica do processo de trabalho e à transformação do trabalho humano em uma abstração. Esse rompimento e essa abstração são elementos que determinam que os trabalhadores tenham as formas de produção de sua vida limitadas (DORNELAS CAMARA, 2014). Portanto, quanto maior o avanço e o desenvolvimento dos mecanismos de produção implantados pelo capital, mais contundente a limitação da possibilidade de realização dos trabalhadores enquanto ser social. Alienados da consciência de classe, os trabalhadores vivem uma forma limitada de produzir a vida.

O capitalismo age no sentido de “substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas” (LUKÁCS, 2012b, p. 207). A reificação penetra na consciência dos seres humanos de modo profundo e definitivo,

de modo que as leis da produção capitalista passam a ser percebidas como leis naturais que abrangem as manifestações vitais da sociedade e, dessa forma, submetem a sociedade a um processo econômico e um destino movidos por leis uniformes (LUKÁCS, 2012b). A consciência que, ao longo da história, libertou os seres humanos das questões puramente biológicas, sob o regime do capital se reifica e acaba por aprisioná-lo de modo que “não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas ‘propriedades’ físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a essa forma de objetivação” (LUKÁCS, 2012b, p. 223).

A reificação é a realidade imediata (as formas dadas dos objetos que aparecem como aquilo que é real e objetivo) e necessária a todos no sistema capitalista (LUKÁCS, 2012b). Para superar a reificação e abandonar a atitude contemplativa a que foi relegada no processo capitalista de produção, a classe trabalhadora

necessita de um esforço constante e sempre renovado para romper na prática a estrutura reificada da existência, mediante uma referência concreta às contradições que se manifestam concretamente no desenvolvimento global, e com a conscientização no sentido imanente dessas contradições para a totalidade do desenvolvimento (LUKÁCS, 2012b, p. 391).

À classe trabalhadora compete o passo decisivo para a dissolução dessa ordem mundial e sua consciência é a única capaz de mostrar o caminho para o qual a dialética do desenvolvimento aflui, embora não possa cumprí-lo em virtude de sua própria dinâmica (LUKÁCS, 2012b). Dessa forma, “a consciência do proletariado despertará para a consciência do próprio processo”, e então “o proletariado surgirá como sujeito-objeto idêntico da história, e sua práxis se tornará uma transformação da realidade” (LUKÁCS, 2012b, p. 391).

Sem esse passo do proletariado, a contradição do sistema capitalista continuará sem solução e se reproduzirá em maior escala, com intensidade reforçada, modificada pela mecânica dialética do desenvolvimento (LUKÁCS, 2012b). A mudança, o rompimento com o sistema capitalista, só poderá acontecer por um ato livre da classe trabalhadora (LUKÁCS, 2012b).

O trabalho dotado de propósito foi o que possibilitou aos seres humanos a transposição do orgânico para o social. Mas essa consciência que os libertou acabou sendo aprisionada pelos produtos de seus próprios trabalhos, subjugando-se a eles. A superação do sistema capitalista, que reifica uma relação entre coisas, ocultando a relação social que as produz, só pode ser superado pela classe trabalhadora. Compete a ela o passo decisivo que os libertará da opressão do capital. A seção a seguir apresenta os estudos de Marini que retomou categorias apresentadas por Marx para compreender as economias dependentes latino-

americanas. Essas sociedades *sui generis*, onde a extração da mais-valia se dá pela superexploração dos trabalhadores que tem o valor de sua força de trabalho forçado cada vez mais para baixo.

2.3 MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A América Latina foi um território colonizado para abastecer de produtos primários os mercados dos países ditos centrais e se desenvolveu em consonância com o capitalismo internacional (MARINI, 1973a). Inicialmente, como colônia produtora de gêneros exóticos e metais preciosos, a América Latina propiciou o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento dos países centrais, por consequência possibilitando a expansão do capital comercial e do sistema bancário europeu, que sustentaram o sistema manufatureiro e abriram caminho para a grande indústria na Europa no Século XVI (MARINI, 1973a).

Concomitantemente à Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, há a independência política de diversos países latino-americanos que passam a articular comércio direto com outros países, sem mediação de suas antigas metrópoles. O papel assumido pelas economias dependentes foi de produtores/exportadores de bens primários e compradores de manufaturas de consumo e dívidas – quando os valores das mercadorias importadas superavam os valores das mercadorias exportadas (MARINI, 1973a).

À América Latina, historicamente, foi atribuído papel agrário-exportador e, posteriormente, criação de um parque fabril que tinha por padrão o existente nos países ditos centrais. Em relação ao parque fabril desenvolvido na América Latina é importante salientar que se caracterizou como complementar ao existente no centro e/ou de suporte ao processo extrativo primário pré-existente (OSÓRIO, 2012).

A industrialização latino-americana não pode ser considerada uma industrialização orgânica, pois não houve uma expansão inicial da indústria de bens de consumo e um posterior desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de capital para lhe dar suporte (MARINI, 2012a). A indústria na América Latina está apoiada fortemente no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, de onde importa, além dos equipamentos de produção, tecnologia e conhecimento para operar os meios de produção trazidos de fora (MARINI, 2012a). Tal fato reforça o caráter dependente das economias latino-americanas que transferem, sob a forma de *royalties* ou assistência técnica, mais-valia para os países centrais, descapitalizando a indústria nacional.

A produção e a exportação de produtos alimentícios correspondem à inserção da América Latina na dinâmica da divisão internacional do trabalho imposta pelos países ditos centrais, que lhes possibilita manter o foco na produção de matérias primas industriais (MARINI, 2008). Além disso, o caráter agrário-exportador latino-americano colabora com a alteração da composição orgânica do capital ao possibilitar a baixa do capital variável e a elevação do capital constante sem que a quota de ganhos do capitalista seja pressionada para baixo (MARINI, 2008).

Para Marini (1973a, p. 144), a participação latino-americana possibilitou também que o “eixo de acumulação da economia industrial se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passasse a depender mais do aumento da capacidade produtiva do que simplesmente da exploração do trabalhador”. Dessa forma, sua participação no mercado mundial auxiliou no desenvolvimento do modo de produção capitalista que tem por base a mais-valia relativa.

É neste momento que se configura a dependência, isto é, “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973a, p. 141). A dependência das economias latino-americanas, mantidas as relações de produção nas quais estão envolvidas desde o século XVI até o momento, tem se conservado e fortalecido ao longo do tempo (MARINI, 1973a).

O desenvolvimento da produção latino-americana possui um caráter extremamente contraditório: o processo “que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 1973a, p. 144). Isso, porque nas nações desfavorecidas pelas trocas desiguais ocorridas com os países ditos centrais, a busca pelo equilíbrio não se dá na correção do desequilíbrio entre os preços e os valores das mercadorias que exportam. Sobre este aspecto, Marini (1973a, p. 152), defendeu que as

transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade.

A busca pelo equilíbrio provocado pela troca desigual se dá na compensação da perda de renda gerada pelo comércio internacional através de uma maior exploração do

trabalhador (MARINI, 1973a). O mecanismo que possibilita às economias dependentes compensarem as perdas de mais-valia a que se sujeitam, nas relações comerciais com os países ditos centrais, é a superexploração do trabalho (MARINI, 2008). Ela permite o aumento da massa de valor e da massa de mais-valia realizadas.

A superexploração do trabalho é definida como uma

maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (MARINI, 1973b, 189).

Há quatro mecanismos de extração da mais-valia – a intensificação do trabalho, o aumento da jornada de trabalho, a redução do salário do trabalhador e a ampliação do valor da força de trabalho sem o pagamento necessário – que “significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 1973a, p. 157). (1) O aumento da intensidade do trabalho aparece como um aumento da mais-valia obtido a partir da maior exploração do trabalho ao invés do incremento de sua capacidade produtiva (MARINI, 1973a). (2) A prolongação da jornada de trabalho, por seu turno, possibilita o aumento da mais-valia absoluta da maneira mais simples: pelo aumento do tempo de trabalho excedente, (3) enquanto o terceiro mecanismo reduz o salário do trabalhador, diminuindo seu consumo abaixo do mínimo necessário à reprodução de sua força de trabalho, convertendo-o em uma espécie de fundo de acumulação do capital (MARINI, 1973a). (4) A ampliação do valor da força de trabalho está ligada a aspectos histórico-sociais. Com os avanços das forças produtivas e, conseqüentemente, das necessidades humanas, o valor da força de trabalho se eleva, sem que este novo valor seja pago totalmente ao trabalhador, configurando assim outro mecanismo de superexploração do trabalho (AMARAL e CARCANHOLO, 2009).

Os mecanismos de superexploração do trabalho “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 1973a, p. 156). Ao trabalhador, são negadas as condições mínimas para que possa repor o desgaste de sua força de trabalho seja pelo esgotamento prematuro provocado pela intensificação e aumento do tempo de trabalho, seja pelo cerceamento ao consumo do indispensável a sua sobrevivência e preservação de sua força de trabalho (MARINI, 1973a). O processo de produção permite compreender tanto o processo de criação da mais-valia quanto o processo de exploração do trabalho pelo capital,

pois aquilo que é valorização para o capitalista nada mais é do que exploração para o trabalhador (MARINI, 2012a).

Nas economias dependentes, o capital perfaz um ciclo repleto de particularidades. O capital estrangeiro entra na economia dependente sob a forma de dinheiro ou de meios de produção. Configurada com capital estrangeiro, a produção define as transferências de mais-valia (em virtude da dependência tecnológica e de conhecimento das indústrias latino-americanas em relação às indústrias dos países capitalistas avançados), assim como define a mais-valia extraordinária, desenvolvendo-se sobre a superexploração do trabalho (MARINI, 2012a).

A mais-valia extraordinária é produzida quando um determinado capitalista consegue, a partir de modificações no processo produtivo, alterar a composição do capital, possibilitando-lhe uma mais-valia adicional que os demais capitalistas que produzem sob as condições de produção normalmente realizadas. A mais-valia extraordinária dificilmente será anulada pelos demais capitalistas por se dar não em virtude de um desenvolvimento do processo produtivo em âmbito interno, nacional, mas porque ela se dá pela introdução de uma nova tecnologia, importada de um país capitalista avançado (MARINI, 2012a).

A forma como a produção industrial é conduzida leva à concentração do capital e monopolização precoce (nas indústrias onde há capital estrangeiro), separando a produção das necessidades de consumo das massas de trabalhadores. Essa distorção fragiliza o mercado interno, empurrando os bens produzidos para o mercado mundial, onde o círculo de dependência do ciclo do capital em relação ao exterior é fechado (MARINI, 2012a).

O modelo simples centro-periferia, como visto no começo desta seção, onde havia o intercâmbio de manufaturas, alimentos e matérias-primas entre países centrais e periféricos, no século XX, deu lugar a uma realidade econômica onde a indústria tem um papel cada vez mais decisivo (MARINI, 2012b). Nesse contexto, há uma hierarquização dos países capitalistas que possibilitou “o surgimento de centros medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo” (MARINI, 2012b, p. 43).

O subimperialismo é a forma que as economias dependentes assumem com base na composição orgânica dos aparatos produtivos nacionais, analisados em âmbito mundial, e no exercício de políticas expansionistas relativamente autônomas em relação a outros países dependentes, mas em condições mais atrasadas, que, além de integrarem-nas ao sistema produtivo imperialista, ainda as mantêm sob o marco da hegemonia do imperialismo (MARINI, 2012b). No Brasil, o subimperialismo não é apenas a expressão de um processo

econômico, mas do processo de luta de classes e do projeto político de país, ajustado à conjuntura política e econômica mundial (MARINI, 2012b). Faé (2009, p. 118), argumentou que “enquanto os condicionamentos políticos se objetivam em estratégias imperialistas com vista à integração hierarquizada no sistema predominante; os condicionamentos econômicos se relacionam com a expansão do capitalismo mundial”.

A internacionalização do capital “não conduz ao desaparecimento progressivo dos Estados nacionais, nem muito menos implica a perda de sua vigência” (MARINI, 2012b, p. 62). O processo de internacionalização do capital não é isento de contradições, de modo que produzir maior desenvolvimento capitalista nos países dependentes faz com que se manifestem nesses países as contratendências do processo, levando ao fortalecimento dos Estados nacionais (MARINI, 2012b).

Do ponto de vista econômico, o capital exportado pelos países imperialistas para as zonas dependentes exige do Estado nacional de tais zonas uma capacidade crescente em matéria de obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, negociações financeiras e comerciais com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas (em particular no terreno laboral) favoráveis ao investimento estrangeiro. Se a exportação do capital a partir de uma nação imperialista marca o momento em que se expressa em forma pura a tendência do capital a se internacionalizar, sua conversão em capital produtivo no marco de uma economia nacional determinada representa o de sua negação, ao passar este capital a depender da capacidade desta economia - e, por conseguinte, do Estado que a rege - para assegurar sua reprodução (MARINI, 2012b, p. 64).

Nesse contexto, o problema de fundo é que a burguesia dos países dependentes precisa concentrar e organizar forças para poder se beneficiar da integração imposta pelos centros imperialistas, uma vez que, assumiu conscientemente a decisão de submeter-se a tal integração (MARINI, 2012b). Como a burguesia dos países dependentes apresenta grandes desvantagens frente à burguesia dos centros imperialistas, esta última opta pelo fortalecimento do Estado como um intermediário nas negociações, o que, aliado ao processo de concentração e centralização do capital nas economias dependentes, “conduz à reprodução do fenômeno de ‘aglomeração’ do capital com o Estado nacional, [...], envolvendo tanto o capital nacional como o estrangeiro” (MARINI, 2012b, p. 65).

O processo de concentração e centralização do capital que ocorre nas economias dependentes, embora preserve uma situação de relativa autonomia dos Estados nacionais, “promove uma política subimperialista que confere um grau de racionalidade (ao posicionar o Estado como protagonista da organização e arbitragem da vida econômica) capaz de conferir estabilidade à implementação de projetos capitalistas” (FAÉ, 2009, p. 119). Mais do que uma categoria analítica, o subimperialismo é um fenômeno histórico cujo estudo exige uma análise cuidadosa de seu processo de desenvolvimento (MARINI, 2012b).

Marini, ao analisar as economias dependentes latino-americanas, partindo de conceitos marxistas e elaborando outros, como os apresentados nesta seção, permite compreender o contexto latino-americano de modo amplo e crítico. Seus conceitos possibilitam entender o processo histórico de formação econômica e política dos países latinos, bem como sua integração no mercado mundial.

2.4 A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO EM BRAVERMAN

Braverman (1981) retomou diversos conceitos tratados por Marx e já apresentados neste texto (seção 2.1), tais como trabalho, força de trabalho, divisão do trabalho, exército industrial de reserva, mais-valia, etc. Sua obra, *Trabalho e Capital Monopolista*, cujo objeto é “o trabalho nas formas que ele assume sob as relações capitalistas de produção” (BRAVERMAN, 1981, p. 54), permitiu compreender o aprisionamento das potencialidades do trabalho sob as diferentes formas de extração de mais-valia.

“Trabalho e capital são polos opostos da sociedade capitalista” (BRAVERMAN, 1981, p. 319). Mas essa polaridade se dá em uma relação dialética entre ambos, onde o trabalho é capital, assim como o capital é trabalho. O capital é o trabalho já realizado, é o produto de fases anteriores do processo produtivo que se tornou capital por ter sido apropriado pelo capitalista e empregado na acumulação de mais capital (BRAVERMAN, 1981). O trabalho, por sua vez, é a parcela viva do processo produtivo. Representa a parte do capital convertida em força de trabalho. Por isso o trabalho é capital – capital que representa a classe trabalhadora sobre a qual subiste (BRAVERMAN, 1981).

A polaridade trabalho-capital foi expressa inicialmente por Marx (2006, p. 51) ao defender que “o operário morre se o capital não o emprega” e que “o capital desaparece se não explora a força de trabalho”. Nesse sentido, ampliar o capital significa ampliar a classe trabalhadora, isto é, ampliar a classe que, nada possuindo além de sua força de trabalho, vende-a ao capital em troca de sua sobrevivência (BRAVERMAN, 1981). A classe trabalhadora “é uma condição preliminar necessária ao capital” (MARX, 2006, p. 48).

Da mesma forma que capital depende da força de trabalho para multiplicar-se, a classe trabalhadora precisa do capital para sobreviver. Não há o primeiro sem que haja o segundo, assim como não há classe trabalhadora sem o capital. No capitalismo, não há alternativa para o trabalhador, que não a venda de sua força de trabalho à classe capitalista. Renunciar a isto seria o mesmo que renunciar sua própria existência (MARX, 2006).

A relação capital-trabalho dá-se de forma tal que, mesmo degradando o trabalho enquanto atividade vital, ele se mantém central para a manutenção do processo de acumulação de capital. Evidentemente, não como criação e libertação do trabalhador como outrora, mas como o único recurso real para a manutenção do sistema capitalista.

O trabalho já não existe simplesmente na forma de atividade vital do ser humano, mas possui outras determinações: o trabalhador é extorquido, é subdividido, fracionado, reduzido a uma parcela de si mesmo. Tudo isto, devido ao princípio inovador mais antigo do modo capitalista de produção: a divisão manufatureira do trabalho (BRAVERMAN, 1981). Diferente da divisão social do trabalho, que fortalece a humanidade como espécie, unindo a sociedade nas diferentes ocupações em que cada trabalhador possui seu ofício e domina todo o saber sobre o processo de produção, a divisão manufatureira do trabalho, imposta pelo planejamento e controle ao operário, destrói as ocupações ao fragmentá-las em atividades de simples execução e torna o trabalhador inapto a acompanhar o processo de produção completo (BRAVERMAN, 1981), uma vez que desapropria dele, devido a sua dinâmica, o saber que possuía sobre o processo de produção.

A divisão manufatureira do trabalho divide o ser humano a uma simples fração de si mesmo, menospreza suas capacidades e necessidades, “é um crime contra a pessoa e contra a humanidade” (BRAVERMAN, 1981, p. 72). Sob o modo capitalista de produção, o trabalhador está servilmente subordinado a divisão do trabalho, e o trabalho, tornado por ela apenas um meio de vida que opõe corpo e espírito, subjuga capacidades e necessidades dos indivíduos em uma repartição desigual do valor produzido pelo trabalho humano. Torna-se, assim, cada vez mais difícil à classe trabalhadora o passo decisivo para romper com o sistema vigente.

A divisão manufatureira do trabalho fragmenta um determinado ofício em tantas atividades quantas forem possíveis, de modo a tornar o custo da mercadoria por ele produzida cada vez mais baixo para o capitalista. Esta opera como se obedecesse ao Princípio de Charles Babbage, para o qual “dividir os ofícios barateia suas partes individuais, numa sociedade baseada na compra e venda da força de trabalho” (BRAVERMAN, 1981, p. 77). Tal princípio é “a força subjacente que governa todas as formas de trabalho na sociedade capitalista, seja qual for a sequência ou o nível hierárquico” (BRAVERMAN, 1981, p. 79). Sendo contratado para realizar atividades mais simples, que exigem pouquíssima ou mesmo nenhuma perícia, o trabalhador recebe salários cada vez menores, ficando obrigado a ampliar sua jornada de trabalho para aumentar sua remuneração.

Este cenário torna ainda mais favorável a posição em que se encontra o capitalista. À medida que a necessidade de formação específica para a execução dessas atividades substancialmente parceladas diminui, aumenta o número de trabalhadores disponíveis e aptos à executá-las, pois não é necessário formação ou treinamento prévio sobre o processo. Essa ampliação da reserva de trabalhadores pressiona os valores pagos para a força de trabalho para baixo, reduzindo-os a níveis tão baixos que mal garantem o suficiente para a existência e reprodução do trabalhador. Sob o modo capitalista de produção, trabalhadores transformam em concorrentes seus próprios companheiros na busca por postos de trabalho. A luta pela sobrevivência dificulta que se reconheçam como classe trabalhadora.

A classe trabalhadora é a parte viva do capital e a matéria prima para a exploração (BRAVERMAN, 1981). A existência da classe trabalhadora é determinada pelo processo de acumulação do capital. Ela é “captada, liberada, arremessada pelas diversas partes da maquinaria social e expelida por outras, não de acordo com sua própria vontade ou atividade própria, mas de acordo com os movimentos do capital” (BRAVERMAN, 1981, p. 320).

A modificação na composição do capital, que reduz a parcela da força de trabalho, fruto dos mecanismos de acumulação do capital e do modo capitalista de produção, como discutido anteriormente, produz uma massa de trabalhadores excedente às necessidades do capital. As massas de trabalhadores liberadas da indústria fornecem a quota de trabalhadores que compõem o exército industrial de reserva, bem como os setores de escritórios, serviços e vendas (BRAVERMAN, 1981).

Braverman (1981), ao tratar do exército de reserva, retomou as três formas definidas por Marx, já abordadas na seção 2.1: líquida ou flutuante, latente e estagnaria. O exército de reserva flutuante (líquido) é caracterizado por aqueles trabalhadores “que vão de função a função, atraídos ou repelidos (isto é, contratados ou descartados) pelos movimentos da tecnologia e do capital, e sofrendo certo grau de desemprego no curso desse movimento” (BRAVERMAN, 1977, p. 327). A população latente, por sua vez, é aquela “que se encontra nas zonas agrícolas” (BRAVERMAN, 1977, p. 327), onde não há um movimento para atrair os trabalhadores de volta às funções que executavam antes do avanço tecnológico e os “libera” para a indústria. A terceira forma de distinção do exército de reserva, estagnária, é aquela cujo “emprego é irregular, eventual, marginal” (BRAVERMAN, 1977, p. 328), e que se encontra, muitas vezes, em situação de miséria.

O exército de reserva, em suas diferentes formas, é inerente e condicionante do crescimento econômico no modelo capitalista. Emprego, desemprego e exército de reserva

são momentos forçadamente vividos pela classe trabalhadora, para que os interesses do capital sejam atendidos e o sistema capitalista se mantenha em pleno funcionamento.

Cabe destacar que na cidade de Rio Grande, há um grande contingente de trabalhadores que se encontram no exército de reserva em suas formas flutuante e estagnaria. No exército flutuante, encontram-se os trabalhadores locais e, em sua maioria, os migrantes que se encontram em constante movimento em busca de postos de trabalho. Sob a forma estagnaria, encontram-se os operários que mantêm vínculos empregatícios curtos e irregulares, vivendo em situação de miséria e que buscam nos programas de transferência de renda do governo federal uma alternativa para amenizar sua marginalização.

A crescente divisão do trabalho e especialização do trabalhador diminui a necessidade de sua qualificação ao ponto que, em muitas situações, “a mera existência física do operário basta” (MARX, 2006, p. 44). Este fato amplia, simultaneamente, o exército de reserva e o número de trabalhadores aptos, forçando os salários e os custos de produção para baixo.

Para Marx (2006), quanto maior forem o exército de trabalhadores pelos quais o trabalho é dividido e a escala de introdução da maquinaria no processo produtivo, menores serão os custos de produção e mais lucrativo se torna o processo. Condição que propicia ao capitalista o aumento da extração da mais-valia, através de medidas ligadas à redução dos salários dos trabalhadores, ampliação do tempo de jornada de trabalho, ou imposição de instrumentos que intensifiquem a produção (como a maquinaria).

Para Braverman (1981, p. 323)

a mecanização da indústria produz um excedente relativo da população disponível para emprego a taxas inferiores de salário que caracterizam essas amplas ocupações. Em outras palavras, à medida que o capital transita para novos setores à busca de investimento lucrativo, as leis da acumulação do capital nos setores antigos operam para produzir a “força de trabalho” exigida pelo trabalho em suas novas encarnações.

A introdução da maquinaria e a conseqüente mecanização dos processos de trabalho libera um número significativo de trabalhadores da indústria, que acabam explorados em outros setores, como o de serviços, ou mesmo em indústrias menos mecanizadas. Este ciclo de liberação de trabalhadores pelos setores da indústria mais afetados pela revolução técnico-científica e sua absorção nos setores menos suscetíveis a ela (como os escritórios, comércio, entre outros), estimula o investimento de capital em formas de trabalho que exijam maiores massas de trabalho manual com baixos custos (BRAVERMAN, 1981).

Com grandes massas de trabalhadores disponíveis, liberadas pela mecanização dos processos de trabalho, as taxas salariais nesses setores acabam por se manterem baixas. A maquinaria tem por objetivo a redução do número de trabalhadores ligados a ela. Os crescentes avanços da ciência e da tecnologia ampliam, rápida e continuamente, o contingente de trabalhadores disponíveis a preços cada vez mais baixos “para atender aos caprichos do capital em suas formas funcionais minimamente mecanizadas” (BRAVERMAN, 1981, p. 325).

O processo de acumulação do capital multiplica a demanda de trabalho e a oferta de trabalhadores simultaneamente. Esses trabalhadores disponíveis pressionam àqueles que estão empregados a intensificarem sua produtividade e, dessa forma, a oferta de trabalho se torna independente da oferta de trabalhadores (MARX, 1996). A classe trabalhadora está em constante movimento: do emprego ao exército de reserva e desta para o emprego novamente. Mas este movimento não é isolado em um determinado setor produtivo. Como analisado, as indústrias mais impactadas pelos avanços tecnológicos liberam para a reserva a mão de obra que será captada pelos setores menos suscetíveis a esses avanços. A cada movimento, o trabalhador é relegado a atividades cada vez menos complexas e mais especializadas vendo seu salário reduzir e suas capacidades atrofiarem-se gradativamente.

Sob o modo capitalista de produção, o excedente populacional que lhe é condição e consequência coloca os trabalhadores em constante disputa por posições de trabalho sob o controle do capitalista. Esse processo de disputa constante pressiona os que estão trabalhando a aumentarem a produtividade de seu trabalho ou a aceitar prováveis reduções salariais. Dessa forma, a classe trabalhadora não consegue libertar-se da consciência reificada e fica impossibilitada de dar o passo decisivo em direção ao rompimento do sistema vigente, como argumentou Lukács (2012b).

2.5 A CATEGORIA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Para entender as mudanças ocorridas na organização do trabalho em Rio Grande, após a implementação da indústria naval, houve a necessidade de definir, claramente, o que é organização do trabalho. Para construir a categoria proposta, de modo que esta possa fornecer elementos para o entendimento sobre a forma como ocorre a organização do trabalho na cidade, optou-se por utilizar determinados conceitos dos autores apresentados neste capítulo de forma complementar.

Ao adotar o materialismo histórico, partindo do ser objetivo como parte movente e movida do complexo concreto que permite compreender-lhe como um processo histórico, o autor fundante é Marx, seus estudos influenciaram os demais autores citados no parágrafo anterior. Marx, ao discorrer sobre a produção de valor, abordou a centralidade do trabalho na produção e reprodução da vida humana. Para ele, o trabalho é o elemento constituinte do ser social, assim como indispensável à sobrevivência do ser humano (MARX, 2014). Lukács (2012a) buscou compreender as bases ontológicas do trabalho humano, auxiliando no entendimento do trabalho como categoria fundante do ser e modelo da práxis social. Frente à perspectiva adotada nesta dissertação em relação ao trabalho e à sua centralidade na vida humana, o filósofo húngaro se tornou peça indispensável na construção da categoria proposta.

Os conceitos formulados por Marx e sua discussão sobre a produção de valor, mesmo construídas no século XIX, ainda apresentam consistente poder explicativo sobre a sociedade capitalista. Entretanto, é necessário salientar que, mesmo imersa no sistema capitalista, a cidade de Rio Grande caracteriza-se como participante de uma economia dependente latino-americana, na qual o processo de industrialização ocorreu de maneira diferente em relação às ditas economias centrais. Por consequência, percebeu-se a necessidade de um autor que permitisse compreender este cenário de modo amplo e crítico.

A escolha por Ruy Mauro Marini foi incontornável. Retomando algumas das categorias desenvolvidas por Marx com o objetivo de analisar o capitalismo *sui generis* das economias dependentes latino-americanas, ele propôs conceitos que possibilitam compreender a dependência em relação às economias ditas centrais, como a superexploração do trabalho, o subimperialismo, a matriz agrário-exportadora e a fragilidade do mercado interno. Assim, Marini foi fundamental para compreender a dinâmica das ações e da postura do governo, além de algumas das ações das empresas, no contexto de ascensão e crise da indústria naval.

Por fim, Braverman, retomou alguns conceitos desenvolvidos por Marx, ao estudar o trabalho nas diferentes formas por ele assumidas sob o modo capitalista de produção nos Estados Unidos na primeira metade do século XX e se mostrou de grande importância para entender a forma como a divisão manufatureira do trabalho afeta nocivamente o trabalhador levando à degradação do trabalho. O texto de Braverman auxilia na compreensão do aprisionamento das potencialidades do trabalhador, uma vez que demonstra a exploração do trabalhador de maneira mais pormenorizada.

A categoria organização do trabalho, que é proposta nesta dissertação, é definida como o resultado de uma relação de forças antagônicas dinamizada por mecanismos de produção que organizam formas de produzir a vida; é alterada em relação a cada ciclo

econômico de acordo com uma diferente composição do capital. No caso específico de Rio Grande, os mecanismos de produção que dinamizam a relação entre trabalhadores e capitalistas, na atualidade, estão predominantemente ligados à indústria naval.

A organização do trabalho provoca mudanças dentro das empresas. Entretanto, há mudanças muito significativas, como foi possível verificar no primeiro capítulo, que ocorrem fora dos muros da indústria. Mudanças que invadem a vida e o cotidiano dos trabalhadores e da população local.

O trabalho, isto é, a “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o ser humano e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2014, p. 64), “é o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2012a, p. 35). Através do trabalho os seres humanos transcenderam as questões puramente biológicas da esfera orgânica para a esfera social. Nessa transposição, a consciência assume papel central no por de finalidades ao trabalho, transformando o resultado do trabalho naquilo que já havia sido conscientemente ideado pelo trabalhador.

Sendo o fenômeno originário do ser social, é ele também o modelo de toda a práxis social (LUKÁCS, 2012a). Somente pelo trabalho as formas fenomênicas da conduta de vida dos seres sociais emergem e é somente a partir do trabalho que são concebidas ontologicamente (LUKÁCS, 2012a). Assim, todos os aspectos da vida e da práxis social humana só são realizáveis a partir desta que é a categoria fundante de todo o ser humano: o trabalho. Compreendendo-o desta forma, organização do trabalho significa organizar os mais diversos aspectos da vida humana, tanto na intimidade de cada indivíduo quanto da comunidade como um todo.

Com a complexificação nas formas da práxis social, o sentido originário e mais restrito do trabalho, o de interação entre ser humano e natureza, toma nova conotação, na qual há ação do ser humano sobre outros seres humanos (LUKÁCS, 2012a). Quando se torna social, o trabalho depende da cooperação, isto é, depende de muitos trabalhadores atuando juntos, de acordo com um plano, no mesmo ou em diferentes processos produtivos que estejam conectados (MARX, 2014). Se no trabalho em seu sentido originário, o pôr teleológico tinha como conteúdo a alteração da natureza de modo a atender a uma dada carência material humana, quando o trabalho se torna social, o conteúdo essencial do pôr teleológico é o de induzir outros seres a realizarem pores teleológicos concretos (LUKÁCS, 2012a).

Entretanto, a cooperação também é a forma fundamental e histórica do modo de produção capitalista (MARX, 2014). Com o processo de produção capitalista, emergem

aspectos como a necessidade de controle sobre os trabalhadores e a divisão das atividades de modo que o trabalhador não participe mais de todo o processo produtivo, como outrora, mas apenas de uma parte deste. O processo de acumulação do capital faz com que os meios de produção se transformem em formas de dominação e exploração do trabalhador que, expropriado do produto de seu trabalho, é mutilado, fragmentado, alienado de suas potencialidades espirituais e submetido a um processo de trabalho que transforma o seu tempo de vida em tempo de trabalho (MARX, 1996). Mesmo degradado pelo processo de acumulação, o trabalho continua sendo-lhe central, não como fator de criação e libertação de outrora, mas como único recurso concreto para manter o sistema capitalista em marcha.

Com o avanço da racionalização e da mecanização do trabalho sob o modo capitalista de produção, a unidade orgânica do processo de trabalho se rompe, posto que sua base está na ligação entre experiências concretas. Desse modo, a unidade do processo é dada pelo cálculo e pela análise racional, conectando arbitrariamente as operações parciais nas quais o processo de trabalho foi desmantelado, fazendo com que a unidade do produto como mercadoria não coincida com sua unidade como valor de uso (LUKÁCS, 2012b).

O rompimento da unidade orgânica do processo de trabalho e a transformação do trabalho humano em abstração, devido ao modo de produção capitalista cada vez mais mecanizado e racionalizado, limitam as possibilidades de vida dos trabalhadores (DORNELAS CAMARA, 2014). Essa limitação se torna mais contundente à medida que aumenta o avanço e o desenvolvimento dos mecanismos de produção do capital. Impossibilitados de sua realização como seres sociais e alienados da consciência de classe, os trabalhadores vivem uma forma limitada de produzir sua vida.

Assim, a organização do trabalho, que sob o domínio do capital tem como objetivo a extração da mais-valia, é construída de tal modo que dificulta à classe trabalhadora romper com esse sistema que mascara as relações sociais de trabalho em uma relação reificada de coisas produzidas pelo próprio trabalho humano. A consciência do trabalhador também acaba sendo reificada, e através da adoção de uma conduta meramente contemplativa, incapaz de romper com esse sistema reificado e de se reconhecer como sujeito e objeto do processo histórico (LUKÁCS, 2012b).

A classe trabalhadora, cuja existência é determinada pelo processo de acumulação do capital, é transformada de acordo com os interesses do capital (BRAVERMAN, 1981). À parte viva do capital resta a exploração de suas capacidades até o limite físico e mental. O trabalhador é explorado através da extensão das horas de trabalho para muito além do que efetivamente precisa para reproduzir sua subsistência. Tal exploração se acentua nas

economias dependentes, onde além da exploração pelo aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho, o trabalhador tem sua remuneração reduzida abaixo do mínimo socialmente necessário para reproduzir sua subsistência (MARINI, 1973a).

Nas economias periféricas, a produção é reconfigurada sob novas linhas de acumulação de modo a assegurar a reprodução ampliada da dependência em relação aos países ditos centrais e reforçar os ciclos de valorização do capital (MARINI, 1973a; OSÓRIO, 2012). Uma breve análise do capítulo 1 demonstra claramente essa dinâmica no município de Rio Grande. Da indústria têxtil no fim do século XIX até a naval, em pleno século XXI, as características dos ciclos de crescimento muito variam quando os analisamos lado a lado.

Em todos esses ciclos há a busca de investimentos externos usualmente oriundos dos países ditos centrais, que ocasionam a implementação de atividades produtivas completamente novas à cidade forçando a adaptação dos trabalhadores para executar tarefas para as quais não estão aptos. Força também a adaptação da população como um todo, que, em alguns casos, precisa inclusive abandonar os bairros onde mora e deslocar-se para outros pontos da cidade, como demonstrado no capítulo 1. Uma leitura embasada em Marini (1973a) elucida o fato de que, nesse processo, há também a importação de tecnologia, equipamentos e conhecimento dos países ditos centrais, de modo que as relações de produção nas economias periféricas são modificadas, ou mesmo recriadas reforçando as características e garantindo a reprodução ampliada da dependência.

Cabe destacar que há diversos estudos sobre a organização do trabalho, escritos pelos mais diferentes autores. Estudos como os realizados por Pinto (2013) e Fleury e Vargas (1983), enfatizam a pluralidade disciplinar que o tema envolve (Administração, Engenharia, Economia, Psicologia, Medicina, Sociologia, etc.). A organização do trabalho nesses estudos gira em torno dos modelos de produção, isto é, taylorismo, fordismo e toyotismo. Discute-se neles a forma mais “adequada” de organizar a produção e de otimizar seus resultados.

Encarada desta forma, a organização do trabalho evoluiu junto com a história da própria industrialização, à medida que as necessidades humanas se tornaram mais complexas e exigindo a associação das pessoas em comunidades maiores e mais estruturadas. Embora haja certa utilidade prática em analisar e organizar antecipadamente as atividades de trabalho que envolvam maior número de pessoas e de tarefas, essa acepção técnica de “encarar a organização do trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classe aí envolvidos, especialmente após as primeiras revoluções industriais” (PINTO, 2013, p. 16).

Essa concepção da organização do trabalho como sinônimo de mecanismos de produção ou espelhando seus fenômenos, tais como a terceirização, o trabalho autônomo e a redução do trabalho em tempo integral, também é encontrada em outros importantes autores ligados ao estudo do trabalho como Ricardo Antunes. A organização do trabalho em Antunes (2009) parece relacionada ou mesmo subordinada ao modelo produtivo vigente e em constante movimento em função deste, ou como sinônimo do próprio modelo produtivo.

O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país (ANTUNES, 2009, p. 56).

Em Antunes (2012) aparecem, ainda, diferentes termos como organização sociotécnica da produção, organização social do trabalho, organização do controle social do trabalho e organização produtiva e organização da produção, todos fazendo referência à transição do modelo taylorista/fordista para o modelo toyotista. Antunes e Alves (2004) parecem colocar automação e organização do trabalho como uma coisa única: “quanto mais o sistema tecnológico da automação e das novas formas de organização do trabalho avança, mais a alienação tende em direção a limites absolutos” (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 348).

Apesar de apresentar e reconhecer a centralidade da categoria trabalho na ontologia do ser social no trabalho de Lukács, nas formulações sobre a organização do trabalho de Antunes não há uma preocupação em aprofundar o entendimento sobre a ontologia do ser social. Embora apresente-a ao discorrer sobre “elementos mais acentuadamente teóricos que compõem a centralidade da categoria trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 135), o caráter ontológico do trabalho não aparece quando aborda a organização do trabalho.

Cabe destacar uma importante contribuição de Antunes para o estudo do trabalho: o conceito de classe que vive do trabalho. Para o autor, a classe que vive do trabalho “inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos” (ANTUNES, 2009, p. 102). Esta contemporaneização do conceito de classe trabalhadora amplia-a incluindo também aqueles trabalhadores que realizam trabalhos improdutivos, embora mantenha em seu núcleo os trabalhadores diretamente ligados à produção de mais-valia. Considerada desta forma, a classe que vive do trabalho abarca a totalidade dos trabalhadores assalariados, ou seja, “todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário” (ANTUNES, 2009, p. 103).

Embora exista funcionalidade prática em abordar a organização do trabalho como uma espécie de sinônimo dos modelos de produção, pois estes mantêm o processo de

acumulação do capital em andamento, enxergá-la desta forma limita-a aos muros da indústria capitalista. Em contraponto, nesta dissertação, as implicações provocadas pela organização do trabalho ultrapassam a indústria e avançam para as casas, os bares, as famílias, enfim, às vidas dos trabalhadores e dos habitantes das cidades, posto que o trabalho é, como já analisado, o fenômeno originário e modelo da práxis social (LUKÁCS, 2012a).

O trabalho na cidade de Rio Grande foi constantemente organizado e reorganizado devido ao processo de acumulação do capital. Os ciclos econômicos vividos pela cidade tiveram diferentes setores da indústria como protagonistas: fabril, alimentício, pesqueiro, fertilizante e naval. Em cada um deles há também uma diferente composição do capital que influencia nessa constante (re)organização do trabalho.

Os ciclos de crescimento econômico iniciaram com uma indústria têxtil alemã, seguido por um frigorífico americano, os incentivos do governo federal para a indústria pesqueira (MARTINS e PIMENTA, 2004), as filiais de indústrias de diferentes setores com sedes em países europeus, e a indústria naval, que conta com fortes incentivos governamentais e cujas empresas são controladas por consórcios nacionais e internacionais. Analisado a história da cidade com base na ideia de dependência (MARINI, 2012a), é possível perceber como a economia local, atrelada à economia nacional, modificou a composição orgânica de seu aparato produtivo ao longo do tempo, bem como o modo como as políticas públicas brasileiras integraram o país no sistema produtivo imperialista.

A dinâmica imposta pelos ciclos econômicos modificou a vida e a rotina dos trabalhadores e da comunidade riograndina de diferentes maneiras, como foi possível verificar ao longo do capítulo dedicado à história da cidade. No capítulo que segue será delimitado o objeto de pesquisa que se propõe estudar nesta dissertação.

3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Historicamente, os ciclos econômicos, periodicamente, alteraram a organização do trabalho em Rio Grande. Essa dinâmica suscita na população a expectativa de que novos investimentos dissolvam os problemas gerados pelas crises cíclicas. Entretanto, é desconsiderado que os momentos de bonança, assim como as crises periódicas, são resultado de um mesmo processo que se utiliza do potencial de trabalho local ou migratório como recurso para o aumento da lucratividade dos investimentos.

O resultado observável, na cidade, é a transformação periódica da vida da população local em decorrência da (re)organização do trabalho. Ou seja, é a classe trabalhadora que precisa constantemente adaptar-se a novas exigências, aos novos setores produtivos e até mesmo as novas profissões. Evidentemente, como resultado, a população riograndina como um todo necessita alterar seu cotidiano, adequando-o aos ciclos econômicos da cidade.

O mais recente ciclo econômico de Rio Grande iniciou com a implementação da indústria naval, que atualmente se encontra em crise. Embora, em alguns aspectos, não destoe dos ciclos que o precederam, sua chegada trouxe novos constituintes ao dia a dia local. Antes da crise da indústria naval, ocasionada pelas denúncias da Operação Lava Jato, o que parecia algo muito distante, isto é, o encerramento das atividades do setor na cidade, passou a ser uma realidade próxima e factível. As incertezas quanto à continuidade do setor e ao volume de produção em que operará, movimentaram ainda mais o cotidiano já bastante atribulado dos riograndinos.

É necessário relembrar que, nesta dissertação, organização do trabalho é o resultado de uma relação de forças antagônicas dinamizada por mecanismos de produção que organizam formas de produzir a vida. Assim, a vida é construída e alterada a cada novo ciclo econômico de acordo com o resultado dessa relação de forças. No centro dessa relação está o trabalho, compreendido aqui como necessidade natural dos seres humanos de efetivarem o intercâmbio com a natureza e, dessa forma, produzir e reproduzir a vida humana (MARX, 2014).

As estatísticas sobre Rio Grande a partir do ano de 2006 apresentam números que justificam o clima de aparente prosperidade percebido na cidade. Os dados expressam aumento da arrecadação municipal, do número de empregos e da média salarial. Entretanto, expressam também a condição de recurso de produção ocupada pelo trabalhador, que vende sua força de trabalho, sua individualidade viva ao capitalista (MARX, 2006).

A aparente prosperidade ganhou força com o crescimento de 157,7% do PIB riograndino no período 2006-2012, como é possível verificar no Quadro 1. Entretanto, mesmo com a, então, franca expansão da indústria naval naquele período, a composição do Produto Interno Bruto do município não sofreu alterações significativas. Em 2012, o Valor Agregado Bruto (VAB) da Indústria apresentou queda de 6% em relação a 2006. O quarto maior PIB do Estado do RS apresentou crescimento significativo apenas na arrecadação de impostos, que em 2012 representava aproximadamente 1/3 do seu total. Com o aumento do PIB, houve também o aumento da renda per capita, como pode ser verificado no Quadro 3. Entretanto, mesmo com o aumento do PIB, o índice de Gini – que mede o grau de concentração de sua distribuição, onde zero é a igualdade perfeita e um a desigualdade máxima (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015) – não apresentou variação significativa, como é possível observar no Quadro 5. O índice de concentração de renda no ano de 2010 está muito próximo do registrado na década de 1990. Neste período de 20 anos, parece que o “bolo cresceu”, como diria Delfim Neto, mas sua partilha continua desigual.

Quadro 3 - Evolução do PIB de Rio Grande

Ano	Valor Agregado Bruto (VAB)						Impostos	%	PIB
	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%			
2006	89.274.146	3	1.023.003.021	29	1.549.002.278	45	816.608.278	23	3.477.887.723
2007	98.657.626	2	1.349.475.986	30	1.823.766.915	41	1.170.246.822	26	4.442.147.349
2008	122.347.115	2	1.736.611.130	28	2.717.869.711	43	1.725.753.444	27	6.302.581.400
2009	135.298.738	2	1.909.094.458	30	2.788.850.465	44	1.539.325.555	24	6.372.569.216
2010	167.339.051	2	1.986.045.698	26	3.468.631.189	45	2.156.529.812	28	7.778.545.750
2011	134.300.901	2	2.012.802.896	25	3.701.971.781	45	2.344.127.695	29	8.193.203.273
2012	147.555.243	2	2.024.581.529	23	3.972.668.137	44	2.820.642.553	31	8.965.447.462

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (2015).

Quadro 4 - PIB Per Capita de Rio Grande 2006-2012

Ano	PIB (R\$)	Crescimento do PIB	
2006	17.656	2007/2006	29,5%
2007	22.856	2008/2007	41,0%
2008	32.225	2009/2008	0,7%
2009	32.457	2010/2009	21,5%
2010	39.439	2011/2010	4,9%
2011	41.369	2012/2011	9,0%
2012	45.088	2012/2006	155,4%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (2015).

Quadro 5- Índice de Gini da Renda Domiciliar *Per Capita* em Rio Grande

	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,5381	0,5676	0,5248

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (2015).

Uma possível explicação para o equilíbrio nos níveis de participação dos diferentes setores da economia na composição do PIB de Rio Grande, mesmo com a indústria naval como “protagonista da prosperidade”, pode ser encontrada no crescimento do número Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e de Micro Empreendedores Individuais nos últimos 9 anos. Ao longo deste período, o número de MPEs na cidade mais que dobrou, apresentando um aumento de 104,1%. A participação das MPEs no total de empresas instaladas no município passou de 93% em 2007, para 95% em 2015, com mais de 50% das MPEs concentradas nas áreas de comércio e serviços, como é possível verificar no Quadro 6.

Quadro 6 - Empresas Instaladas em Rio Grande

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total de Empresas	9.196	9.819	10.523	11.714	12.902	14.214	15.648	17.144	18.458
Total MPE	8.553	9.166	9.860	11.034	12.196	13.468	14.856	16.270	17.460
% participação de MPEs no Total de Empresas	93%	93%	94%	94%	95%	95%	95%	95%	95%
Mortalidade	387	1.140	343	392	284	245	181	191	593
Comércio	5.360	5.672	6.025	6.560	7.064	7.598	8.124	8.666	9.125
Alojamento e Alimentação	949	1.005	1.076	1.208	1.335	1.484	1.677	1.856	1.997
Transporte, Armazenagem e Correio	426	467	502	566	671	757	859	948	1.085
Atividades Administrativas e Complementares	392	433	472	563	627	698	806	943	1.025
Indústria de Transformação	389	425	463	531	589	666	791	907	958
Construção	232	274	321	421	536	651	726	797	891
Outras atividades de Serviços	168	186	217	312	405	515	639	781	852
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	162	184	217	257	302	344	391	436	492
Educação	107	118	136	154	171	203	240	267	297
Saúde Humana e Serviços Sociais	104	110	119	132	139	151	163	177	191
Outros	264	292	312	330	357	401	440	492	547

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2015).

Outro dado a cerca dos pequenos empreendimentos que merece destaque é o número de Microempreendedores Individuais (MEI) na cidade. Em 2009, havia 108 MEI registrados

em Rio Grande. Já em 2015, o número passou para 4.929, o que representa um crescimento de mais de 4.000% nos últimos sete anos (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015). Embora o crescimento total no período apresente números impactantes, o crescimento vem caindo gradativamente, como demonstra o Quadro 7.

Os Microempreendedores Individuais são pessoas que trabalham por conta própria, trabalhadores informais, que a partir da Lei Complementar nº 128/2008 tem a possibilidade de legalizarem suas atividades como pequenos empresários (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015). O MEI, tendo em vista o referencial teórico proposto nesta dissertação, é uma alternativa do mercado para os trabalhadores informais ao exército de reserva. Esta alternativa melhora os indicadores de emprego e renda do governo, mas reforça os mecanismos de superexploração do trabalho.

Quadro 7 - Microempreendedores Individuais em Rio Grande

Ano	Total	% Crescimento	
2009	108	2010/2009	720,4%
2010	886	2011/2010	84,7%
2011	1.636	2012/2011	54,8%
2012	2.533	2013/2012	33,4%
2013	3.380	2014/2013	24,2%
2014	4.199	2015/2014	17,4%
2015	4.929	2015/2009	4463,9%

Fonte: Portal do Empreendedor (2015).

Dos 4.929 MEI registrados em Rio Grande no ano de 2015, 30% deles, ou seja, 1.486 estão inscritos no Cadastro Único do município (BRASIL, 2015a). O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou simplesmente Cadastro Único, é um instrumento que permite identificar e caracterizar as famílias brasileiras de baixa renda¹², evidenciando a realidade socioeconômica da população (BRASIL, 2015a). O cadastro é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e sua execução é compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal. O poder público municipal é o agente responsável por registrar as famílias no Cadastro Único (BRASIL, 2015a). O fato de tantos MEI estarem registrados no Cadastro Único em Rio Grande aparenta que a

¹² Segundo o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, são consideradas de baixa renda aquelas que possuem uma renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou as que possuem renda familiar mensal de até três salários mínimos (BRASIL, 2007c).

formalização do trabalhador informal é apenas uma forma de mascarar números e indicadores de emprego e renda no Brasil, reforçando a superexploração do trabalhador.

Em se tratando de emprego e renda, o campo do emprego foi um dos mais impactados pela instalação da indústria naval em Rio Grande. O crescente número de postos de trabalho na cidade, fruto da instalação da indústria naval e do crescimento da cidade por ela provocado, como já mencionado anteriormente, atraiu para Rio Grande um número significativo de trabalhadores de outras regiões do país. Alguns destes trabalhadores chegaram à cidade para ocupar postos de trabalho específicos (SILVA *et al*, 2012), devido a sua qualificação, enquanto outros simplesmente na esperança de um emprego. Entre 2013 e 2014, cerca de 15.000 trabalhadores oriundos de outras regiões do país residiam em Rio Grande (PINTO, 2014). Este número corresponde a aproximadamente 7% da população riograndina estimada pelo IBGE.

De 2007 a 2013 (ano de maior volume de produção da indústria naval), houve crescimento significativo no número de admissões, como evidenciam os Quadros 8 e 9. A variação absoluta do número de admissões e demissões registrados em Rio Grande demonstra o movimento de trabalhadores que são absorvidos e lançados ao exército industrial de reserva a cada ano.

Quadro 8 - Admissões e Demissões em Rio Grande

Ano	Admissões	Desligamentos	Varição Absoluta
2007	11.942	10.455	1.487
2008	13.566	12.693	873
2009	12.852	12.213	639
2010	16.689	14.380	2.309
2011	20.360	17.408	2.952
2012	31.572	24.830	6.742
2013	41.773	41.290	483
2014	33.172	32.271	901
2015	10.408	11.722	-1.314

Fonte: Brasil (2015b)

Os anos de 2010, 2011 e 2012 foram os que apresentaram as maiores variações absolutas do período. Embora o número de empregos gerados tenha aumentado substancialmente nesse período, os desligamentos cresceram em proporções semelhantes, ambos provavelmente impulsionados pela constante movimentação e troca de empregos ocorridas sobretudo na indústria naval. Na série observada, o único ano a apresentar uma variação absoluta negativa foi o ano de 2015, evidenciando os efeitos da crise em Rio Grande.

O setor de serviços liderou o número de desligamentos de trabalhadores na cidade em 2015, com um total de 4.174 demissões, seguido do Comércio, com 3.744, e da Indústria de Transformação, com 2.627 demissões (BRASIL, 2015b). As atividades que mais demitiram foram as de Vendedor de Comércio Varejista, com 920 demissões, Operador de Caixa, 590 demissões, e Soldador, com 212 demissões até Junho de 2015 em Rio Grande (BRASIL, 2015b).

Quadro 9 - Variação % das Admissões e Demissões em Rio Grande

Ano	2008/ 2007	2009/ 2008	2010/ 2009	2011/ 2010	2012/ 2011	2013/ 2012	2014/ 2013	2014/ 2007
Admissões	13,6%	-5,3%	29,9%	22,0%	55,1%	32,3%	-20,6%	177,8%
Desligamentos	21,4%	-3,8%	17,7%	21,1%	42,6%	66,3%	-21,8%	208,7%
Variação Absoluta	-41,3%	-26,8%	261,3%	27,8%	128,4%	-92,8%	86,5%	-39,4%

Dados do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparo Naval e *Offshore* (SINAVAL) demonstram uma redução significativa no número de trabalhadores empregados na indústria naval brasileira no ano de 2015, em comparação a 2014. Houve uma redução de 3.469 empregos somente em Janeiro de 2015. Em Março e Junho de 2015, as reduções chegaram a 10.406 e 14.472, respectivamente (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARO NAVAL E *OFFSHORE*, 2015). O dado de Junho demonstra uma redução de 17,5% no total de trabalhadores empregados na indústria naval somente em 2015. O Quadro 10 apresenta o número de trabalhadores empregados na indústria nos últimos onze anos.

Quadro 10 - Flutuação do Emprego na Indústria Naval nos últimos 11 anos

Mês de Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	14.442	19.600	29.125	33.277	40.500	56.112	59.167	62.036	78.136	82.472	79.003
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.066
Junho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.000

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparo Naval e Offshore (2015).

O número total de trabalhadores empregados nos estaleiros do RS, em Janeiro de 2015, correspondeu a 9,2% do total da indústria naval brasileira. A trajetória do emprego nos estaleiros gaúchos apresenta, desde 2009, um crescimento constante cujo ápice foi no ano de 2013, quando correspondia a 25,5% do total de empregos no setor. Após a crise da indústria naval, esse número caiu pela metade em 2014, ficando em 11,8%, até chegar aos 9,2% no começo de 2015 (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E

REPARO NAVAL E *OFFSHORE*, 2015). O Quadro 11 apresenta esses números mais detalhadamente.

Quadro 11 - Número de Empregos nos Estaleiros do RS

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RS	820	5.500	5.500	6.174	19.954	9.762	7.259
Total Nacional	40.500	56.112	59.167	62.036	78.136	82.472	79.003
% Participação RS	2,0%	9,8%	9,3%	10,0%	25,5%	11,8%	9,2%

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparo Naval e Offshore (2015).

Os salários médios pagos aos trabalhadores também sofreram com a crise econômica em que o país se encontra. Em Rio Grande, o salário médio de admissão sofreu uma queda de 2,7% em relação a 2014, com destaque para os setores da Construção Civil e Indústria de Transformação, com quedas de 17,8% e 16,3%, respectivamente (BRASIL, 2015b). A remuneração paga a um trabalhador que executa a atividade de Soldador sofreu uma redução de 27,2% em 2015, se comparada a 2014, e de 31,4% se comparada a 2013, ano do maior volume de produção da indústria naval em Rio Grande (DIVERIO, 2013).

Esses números evidenciam a posição de recurso produtivo ocupada pelos trabalhadores, que são contratados e liberados de acordo com as necessidades do processo de acumulação do capital. A acumulação do capital multiplica a demanda de trabalho ao mesmo tempo em que multiplica a oferta de trabalhadores (MARX, 1996). O crescente exército industrial de reserva, neste período de crise, pressiona os trabalhadores empregados a intensificarem seus esforços e a aceitarem remunerações menores (MARX, 1996), como os números apresentados anteriormente demonstraram.

Não apenas os números evidenciam essa posição ocupada pelos trabalhadores. O tratamento dispensado a eles também reflete essa realidade. Parte do grande contingente de trabalhadores migrantes que desembarcaram em Rio Grande nos últimos anos em busca de emprego na indústria naval, enfrenta uma realidade bem menos colorida do que a apresentada nos discursos e números oficiais de prosperidade. Dados primários coletados com pessoas ligadas a Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) indicam que alguns dos alojamentos onde grande parte dos trabalhadores migrantes estava hospedada, apresentavam risco à vida e a integridade física das pessoas ali hospedadas. A degradação da condição do trabalhador se dá tanto pelos aspectos de infraestrutura e saneamento dos locais, quanto pela forma como os proprietários dos alojamentos agem em relação a seus inquilinos.

Um dos relatos mais chocantes feito pelo entrevistado foi das chamadas “quentinhas”. A “quentinha” é o nome dado à cama que é alugada para mais de um

trabalhador. Os alojamentos que realizavam esta prática alugavam para dois trabalhadores a mesma cama, aumentando seus ganhos e favorecendo-se do fato de que muitos deles se encontravam sem condições financeiras para pagarem valores mais altos de aluguel e acabavam, sem alternativa, submetendo-se a esta prática desumana.

Alguns alojamentos espalhados pela cidade colocam em risco a vida e a integridade física dos trabalhadores ali hospedados. Em 2013, dois desses locais foram atingidos por incêndios. O primeiro deles, em um prédio ocupado por 60 trabalhadores, ocorreu em março e foi provocado por um curto circuito. Os ocupantes que estavam no prédio no momento do incêndio saíram com ferimentos leves, embora sem conseguir salvar seus pertences (INCÊNDIO, 2013). O segundo incêndio, no mês de junho, foi provocado por uma vela acesa. A casa convertida em alojamento estava sem energia elétrica havia cerca de 7 dias, por irregularidades constatadas na fiação e que, até aquele momento, não tinham sido corrigidas (POLL, 2013a).

Figura 8 - Incêndio atinge alojamento de trabalhadores



Fonte: INCÊNDIO (2013)

Os problemas de infraestrutura dos alojamentos não se restringem à rede de energia elétrica. No “Carandiru¹³”, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores são muitas. O prédio, ocupado por cerca de 200 pessoas de 3 empresas diferentes no ano de 2013, é composto por dois blocos fechados, com dois pavimentos cada, um de frente para o outro,

¹³ Nome dado em alusão à Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. A casa de detenção, inaugurada nos anos 1950, chegou a ser considerado o maior presídio da América Latina nos anos 1990, quando abrigava cerca de oito mil detentos. Um dos fatos de maior repercussão em sua história foi o “Massacre do Carandiru”, em 1992, quando mais de cem detentos foram mortos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo durante uma rebelião (OLIVEIRA, 2016).

com um pequeno corredor separando-os. Poll (2013b) descreve que os quartos são pequenos, ocupados por até quatro homens, sem boa posição solar, úmidos e com proliferação de mofo pelas paredes e teto. O prédio recebeu o nome de “Carandiru” devido ao estreito corredor que separa os dois blocos que é repleto de varais de roupa, porque, segundo os trabalhadores, é impossível secar as roupas dentro dos quartos (POLL, 2013b).

No começo de 2014, 30 trabalhadores mobilizaram-se em frente ao alojamento que ocupavam reivindicando melhores condições de moradia e alimentação, além do pagamento de suas rescisões contratuais (ÁVILA, 2014b).

No protesto, colchões, armários e até mesmo os alimentos que são oferecidos diariamente aos trabalhadores foram postos na rua, para chamar a atenção da comunidade. De acordo com eles, o consórcio não cumpriu com o contrato, que previa condições dignas de moradia. Para o alagoano Josenilton Pereira, de 50 anos, a vinda para Rio Grande foi uma grande decepção. “Viemos faz 20 dias e é decepcionante o que encontramos aqui. Dormimos em beliches de criança, a comida é horrível e chega sempre atrasada. O café da manhã é servido às 10h e o almoço chega às 15h”, disse (ÁVILA, 2014b, s/p).

Figura 9 - Imagens do "Carandiru"



Fonte: CARVALHO, 2013.

Figura 10 - Interior de alojamento no centro da cidade



Fonte: CARVALHO, 2014.

O desrespeito ao trabalhador e a superexploração do trabalho também são encontrados nos dados primários coletados com pessoas ligadas ao Sindicato dos

Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte (STIMMMERG). Os relatos indicam, por exemplo, a permanência nas dependências da empresa contratante de trabalhadores que sofreram acidente de trabalho, com o intuito de não prejudicar seus indicadores de segurança. Nesses casos, a empresa busca os trabalhadores nas suas casas no horário de expediente e estes permanecem em uma sala aguardando a hora de voltar para casa. Outro relato do entrevistado é o parcelamento do pagamento das rescisões contratuais dos trabalhadores. O mais impactante neste caso é que as empresas foram autorizadas por um juiz do trabalho a realizar tal prática, desmantelando qualquer tentativa de protesto por parte dos trabalhadores.

Os dados apresentados ao longo do texto evidenciam que mudanças ocorreram no cotidiano da cidade, devido aos trabalhadores de outras regiões, oscilações nos níveis de emprego e desemprego, oscilações nos valores dos imóveis, etc. Entretanto, acredita-se, a indústria naval provocou mudanças mais profundas na vida das pessoas, mudanças que não podem ser evidenciadas em indicadores, alterando a forma como o intercâmbio ser humano/natureza é realizado. Os investimentos chegaram e, com a crise econômica, estão partindo. Essa partida deixa marcas na população: trabalhadores desempregados, migrantes sem recursos para voltar para casa, empreendedores endividados, moradores deslocados de suas residências, etc.

Até este ponto da dissertação foram apresentados dados que evidenciaram a situação da cidade de Rio Grande antes da implementação da indústria naval e durante o crescimento de sua produção. A crise instaurada no setor em 2014 provocou mudanças no cenário nacional, regional e local. Algumas delas estão evidenciadas nas tabelas apresentadas ao longo deste capítulo, embora de modo rudimentar. Mas há ainda uma parte da população que não foi adequadamente estudada: aqueles que ficaram.

Há evidências de trabalhadores que permaneceram na cidade, impossibilitados de retornar aos seus estados ou cidades de origem por não terem recebido os valores de suas rescisões contratuais, trabalhadores que permaneceram na cidade na esperança de uma retomada da indústria naval, pequenos empreendedores que assumiram dívidas para ampliar seus negócios, os trabalhadores que migraram entre os diferentes setores da economia em busca de melhores condições de trabalho e salários, etc. Esta dissertação busca entender as mudanças ocorridas na organização do trabalho em Rio Grande, a partir da perspectiva dos trabalhadores migrantes que ficaram na cidade e dos riograndinos após este curto ciclo de crescimento provocado pela indústria naval.

4 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM RIO GRANDE

Esta dissertação se caracteriza como um estudo exploratório que se utilizará de dados primários e secundários analisados qualitativamente, tendo como orientação o materialismo histórico. A pesquisa exploratória busca aproximar o pesquisador do fenômeno, maximizando a possibilidade de generalizações com base na descrição e compreensão de uma área da vida social (STEBBINS, 2008).

Com relação ao materialismo histórico, Lukács (2009, p.3) argumentou que seu ponto de partida é o ser tomado como ser objetivo, parte movente e movida de um complexo concreto que conduz ao entendimento do ser em seu conjunto como um processo histórico e a categorias como “forma de existir, determinações da existência”. O materialismo histórico permite uma análise e explicação alternativa às formulações burguesas sobre a dinâmica da sociedade. Permite também a formulação e proposição de ações efetivas na busca pela emancipação da classe trabalhadora.

Os dados primários da pesquisa foram obtidos em entrevistas com representantes de órgãos do governo municipal de Rio Grande, de empresas ligadas ao setor naval, de instituições representativas do setor privado, de instituições que representam os trabalhadores, e com trabalhadores de outras regiões do país que permaneceram na cidade, trabalhadores riograndinos e a população local, através das associações de bairros.

Os dados secundários foram obtidos de fontes como relatórios e documentos oficiais que tratem de temas ligados à indústria naval e, mais especificamente, ao polo naval de Rio Grande, discursos da Presidente da República, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, do Prefeito de Rio Grande e das instituições representativas dos trabalhadores e das empresas. Também foram utilizados arquivos de acervos digitais e mídia impressa, tais como vídeos, fotos e gravações de áudio.

Neste capítulo serão analisados os dados primários obtidos a partir da pesquisa de campo realizada na cidade de Rio Grande, no período de outubro de 2015 a março de 2016, assim como os dados secundários obtidos ao longo da pesquisa. O extenso período de realização das entrevistas se deve as dificuldades encontradas para conseguir agendá-las, sobretudo nas instituições governamentais e empresas instaladas na cidade. A organização e a análise dos dados obtidos durante o período de coleta se deu, em um primeiro momento, através da descrição detalhada dos dados primários obtidos e da caracterização do contexto no qual eles emergem, onde os dados secundários foram de grande valia.

Durante a realização da coleta de dados ocorreram algumas adversidades que impossibilitaram a realização da pesquisa, sobretudo nos estaleiros instalados em Rio Grande. As concessionárias responsáveis pelos estaleiros da cidade (Ecovix e QGI) possuem trâmites específicos para a autorização das entrevistas, que contam com um contato inicial realizado por telefone, e-mails de solicitação que precisam ser enviados às suas matrizes, localizadas em outros estados do Brasil, analisados e posteriormente autorizados ou não. Os contatos telefônicos com os departamentos responsáveis pela comunicação dos estaleiros foram realizados no começo de 2016, seguidos por e-mails que esclareciam o objetivo pretendido com as entrevistas. Após estes procedimentos, foram realizadas ligações semanais, até o começo de março de 2016, que sempre obtinham a mesma resposta: a autorização ou negação do pedido ainda não havia sido analisada. Duas tentativas de bater à porta das empresas também foram realizadas durante este período, as quais não logram nenhum sucesso, pois as guaritas de vigilância não autorizavam o acesso aos estaleiros.

Na Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), os trâmites e a negativa quanto à realização da entrevista ocorreram de maneira semelhante. O contato inicial foi realizado pessoalmente com o responsável pela Assessoria de Comunicação e Marketing, após a segunda visita ao prédio da SUPRG no mês de janeiro de 2016. Após a conversa inicial e a promessa da entrevista, seguiram-se ligações quinzenais, feitas até o começo de março de 2016, as quais eram respondidas negativamente com a alegação de que as dificuldades em agendar a entrevista ocorriam em função de uma apertada agenda de viagens dos membros da diretoria da entidade. Após as tentativas frustradas realizadas junto a Assessoria de Comunicação e Marketing da SUPRG, uma entrevista foi agendada com membro da diretoria do porto por intermédio de pessoas próximas ao entrevistado, a qual foi realizada no final do mês de março de 2016, com duração de aproximadamente 20 minutos.

Na Prefeitura Municipal do Rio Grande, o contato inicial ocorreu com as Secretarias de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda e de Cidadania e Assistência Social. Na primeira, o contato e o agendamento foram realizados via e-mail, no começo do mês de outubro de 2015, e o secretário adjunto da pasta concedeu a entrevista na mesma semana. Na Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), a entrevista realizada também com secretário adjunto ocorreu sem prévio agendamento. Em visita à secretaria com o intuito de descobrir os trâmites necessários para tal, o próprio secretário adjunto disponibilizou-se para, naquele momento, participar da pesquisa. De modo semelhante, o contato com o prefeito municipal foi de forma pessoal em uma reunião aberta organizada pelo sindicato dos metalúrgicos local, realizada na cidade ao final do mês de janeiro de 2016. O

agendamento da entrevista, para o começo do mês de fevereiro de 2016 foi feito por telefone através da assessoria de imprensa da prefeitura. As entrevistas com o prefeito e com os secretários adjuntos tiveram duração aproximada de 30 minutos.

No CIRG e no STIMMMERG, as solicitações de entrevista foram realizadas pessoalmente nas suas respectivas sedes, em contato direto com seus representantes que, de pronto, se disponibilizaram a participar da pesquisa. A entrevista com o representado do CIRG teve duração de uma hora e vinte minutos, enquanto no STIMMMERG, durou aproximadamente 45 minutos. A entrevista com a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul (FMTRS) foi agendada através do sindicato dos metalúrgicos e ocorreu durante o lançamento da Frente Brasil Popular em Rio Grande, no mês de outubro de 2015.

O contato com a Pastoral do Imigrante ocorreu a partir do pároco da catedral local, que sugeriu o contato com a freira que coordena os trabalhos da pastoral. A entrevista foi realizada no começo de dezembro de 2015 e teve duração de aproximadamente 30 minutos.

Na agência da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e do Sistema Nacional de Emprego (SINE), o contato ocorreu de forma semelhante ao realizado junto ao CIRG e a entrevista durou aproximadamente 30 minutos. O contato com a Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio Grande (CDL) ocorreu em sua sede e a entrevista foi agendada com a secretaria do presidente da associação. Realizada duas semanas após o pedido, no começo de março de 2016, a entrevista também teve duração de 30 minutos.

O contato a única empresa participante da pesquisa, que presta serviços terceirizados no polo naval, também foi de forma pessoal, no começo do mês de março de 2016, em seu escritório localizado no centro da cidade. A realização da entrevista, que durou aproximadamente 20 minutos, foi agendada diretamente com o participante para alguns dias após a primeira visita à empresa.

Para a realização das entrevistas com os trabalhadores migrantes, identificou-se quais alojamentos ainda abrigavam tais trabalhadores (o número de trabalhadores migrantes em alojamentos encontra-se extremamente reduzido devido ao baixo volume de contratações e a preferência das empresas por contratarem trabalhadores que residam em Rio Grande, como será demonstrado ao longo deste capítulo). Foi feita uma visita ao alojamento em dezembro de 2015, onde o funcionário da recepção do alojamento se disponibilizou para mediar o contato inicial com os trabalhadores. Após as apresentações, foi explicado a seis trabalhadores que residiam no alojamento a proposta, a forma como seria conduzida e os objetivos da pesquisa. A proposta foi bem recebida por quatro deles que se disponibilizaram a participar da entrevista, no dia seguinte após o seu horário de expediente de trabalho. Os entrevistados

eram naturais do Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco e Bahia e suas idades estavam na faixa dos 30 aos 50 anos.

Com os trabalhadores riograndinos, os contatos iniciais foram feitos a partir de espaço disponibilizado pelo STIMMERG em uma de suas reuniões com a base de trabalhadores, momento em que a proposta, os objetivos e a forma como seria conduzida a entrevista foram apresentadas. Ao final da reunião, seis trabalhadores se disponibilizaram para participar da pesquisa. As entrevistas foram agendadas através de ligações telefônicas e contatos via *Whatsapp* e agendadas conforme a disponibilidade de cada um ao longo do mês de janeiro. Dos seis, as entrevistas foram realizadas apenas com três trabalhadores, todos entre 40 e 50 anos de idade, pois com os demais, após quatro adiamentos, acabaram não participando da pesquisa. Todas as entrevistas realizadas tiveram duração média de 30 minutos. Um quarto trabalhador riograndino que participou da pesquisa, com faixa etária entre 50 e 60 anos, foi contatado através de pessoas próximas a ele.

O contato com as associações de moradores dos bairros próximos a área onde estão instalados os estaleiros (Barra, Vila Mangueira, Getulio Vargas e Santa Tereza) foi possível graças aos nomes e números de telefones obtidos junto à União Riograndina de Associações de Bairros (URAB). Entretanto, alguns contatos estavam errados ou desatualizados, o que dificultou a realização do trabalho. Frente a este entrave, a procura pelas associações de moradores foi feita pessoalmente nos bairros e foram agendadas entrevistas com os representantes dos bairros da 4ª Secção da Barra e Santa Tereza, com duração aproximada de vinte minutos cada uma. Na Vila Mangueira e no Bairro Getulio Vargas, os representantes não foram encontrados. A partir do representante da Barra, foi possível realizar a entrevista com o proprietário da planta de pescados, que fica localizada no próprio bairro, que foi realizada no mesmo dia da primeira visita à empresa, e teve duração de aproximadamente quinze minutos.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado, com poucas perguntas básicas, adequadas ao entrevistado (trabalhador, representante de órgão de governo, entidade representativa ou empresa) permitindo que as questões pudessem ser realocadas de sua ordem preliminarmente estabelecida, e novas questões pudessem ser inseridas, de acordo com o andamento da entrevista. Para Brinkmann (2008), as entrevistas são prática muito difundida nas ciências sociais para a realização de pesquisa qualitativa, pois nela o conhecimento é produzido pela interação entre o entrevistador e o entrevistado. O autor também ressalta que o uso de roteiros semiestruturados abre espaço para descrições e narrativas mais espontâneas por parte do entrevistado (BRINKMANN, 2008). Além das entrevistas formais, que foram gravadas em áudio (todas com autorização dos entrevistados) e

detalhadamente descritas, muitas conversas informais e participações em reuniões, paralisações e atos ocorreram durante esse período, todos com registros fotográficos e escritos feitos em diário de campo.

Sobre a aplicação de métodos visuais à pesquisa social, Loizos (2002) aponta que a imagem oferece um registro poderoso, embora restrito, dos acontecimentos reais. Informações que a pesquisa social pode empregar como dados primários que não estejam nem em forma de palavras ou de números. O autor alerta, entretanto, que esses recursos não são mais do que representações bidimensionais de uma realidade tridimensional, simplificações dos acontecimentos reais que lhes deram origem (LOIZOS, 2002).

A realização das entrevistas com os órgãos de governo, entidades representativas e empresas, iniciou por uma questão mais ampla ligada às consequências da implementação da indústria naval em Rio Grande e, a partir da resposta do entrevistado a essa macropergunta, alguns temas abordados foram aprofundados. Em algumas situações, muitas perguntas definidas no roteiro não precisaram ser feitas, pois foram respondidas através dos relatos e descrições do entrevistado, de forma espontânea.

As entrevistas dos trabalhadores partiram da história de trabalho dos entrevistados e de como chegaram à indústria naval. A partir daí, vieram questões ligadas a alojamentos e refeitórios, segurança no trabalho, relação com a empresa, sindicato e família. Aqui também algumas perguntas do roteiro não precisaram ser feitas, devido às narrativas dos entrevistados. Cabe ressaltar que o espaço do entrevistado foi respeitado, deixando-o à vontade para responder ou não responder as questões postas, bem como sua fala, que algumas vezes extrapolou a proposta da entrevista, não foi interrompida.

Os dados primários e secundários serão analisados sempre em relação à categoria organização do trabalho, definida no capítulo 2, buscando entender as consequências da implementação e ocaso da indústria naval em Rio Grande para a organização do trabalho ao longo deste novo ciclo econômico. Para tal, serão tomados três focos de análise, levando em conta a definição da categoria proposta: governo, trabalhadores e comunidade local. Inicia-se a análise pelo governo local, pois suas ações buscam investimentos externos para Rio Grande na tentativa de alavancar um novo ciclo de crescimento econômico. Na sequência são analisados os dados relacionados aos trabalhadores e como estes tem sua vida produzida de forma limitada sob o regime do capital. Como a organização do trabalho definida nesta dissertação extrapola os muros da indústria, por fim são analisados os dados referentes à comunidade riograndina e as consequências da ascensão e crise da indústria naval em seu dia a dia.

4.1 AÇÕES DO GOVERNO LOCAL: REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA

A indústria naval, ao desembarcar em Rio Grande com suas volumosas estruturas, investimentos bilionários e contingentes de trabalhadores até então inimagináveis para a cidade, reascendeu nos riograndinos a esperança de melhores empregos, melhores salários e de crescimento econômico para o município. Entretanto, este novo ciclo mantém características semelhantes àqueles que o precederam: suportado por investimentos externos à região e incentivos governamentais; caracterizado por um ramo específico da indústria como protagonista; ligado à produção de bens primários e à inserção de atividades produtivas novas na região; e a cidade como alvo de políticas públicas que modificam a composição orgânica do aparato produtivo local, reforçando os laços que mantêm a economia dependente atrelada ao sistema produtivo imperialista (MARINI, 2012b). Essas mudanças periódicas relacionadas aos ciclos do crescimento econômico evidenciam que, em um dado momento histórico, o capital, em seu ciclo de valorização, assume diferentes formas readequando-se às mudanças no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reconfigurando a produção sobre novas linhas de acumulação ou mesmo sobre novos produtos (OSÓRIO, 2012).

A administração pública municipal riograndina e as instituições ligadas ao comércio e indústria atualmente buscam alternativas para superar este momento de ocaso da indústria naval sem fugir, contudo, da dinâmica econômica que predominou historicamente. Por consequência, reforçando a dependência latino-americana em relação aos países capitalistas avançados (MARINI, 1973a). Em meio à crise instaurada na indústria naval a partir da Operação Lava Jato, Rio Grande vive um momento delicado onde os moradores convivem com a significativa redução do número de empregos gerados no setor e as incertezas quanto à realização de novos projetos. O Prefeito Municipal acredita que a indústria naval “não se trata de um ciclo que tenha terminado. É algo de momento que nós estaremos superando”. Para ele

apesar das dificuldades encontradas no momento, onde nós tivemos uma redução significativa de empregos dentro da indústria naval em Rio Grande, sem dúvida alguma a oportunidade gerada [...], em termos de [...] trabalho, emprego e renda no nosso município, tanto empregos diretos quanto indiretos, ela é extraordinária.

O momento de dificuldade vivido pela indústria naval brasileira é motivado, segundo o prefeito, pelos “problemas gerados na corrupção ativa e passiva envolvendo contratos bilionários entre Petrobras e estaleiros, [...] que nós entendemos que deva ser apurada em instância devida, quer seja o poder judiciário ou através das investigações por devido processo próprio”. Para ele, independentemente dessa situação,

as empresas, as indústrias, elas merecem ser preservadas ainda que seja modificado seu controle acionário, porque pelo que ela gera em termos de emprego, pelo que elas geram em termos de impostos, pelo que elas agregam em termos de investimento tecnológico, dando uma oportunidade ao Brasil de que transcenda a indústria automobilística, transcenda a indústria de máquinas agrícolas, passando a outro tipo de indústria que tem um valor tecnológico extraordinário.

Essa transição desejada pelo prefeito riograndino no trecho destacado não considera o fato de que tal atitude apenas reproduz e reforça a dependência. A indústria latino-americana está apoiada no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados de onde vêm equipamentos, tecnologia e conhecimento para operá-los, e para onde é transferida a mais-valia produzida, descapitalizando a indústria nacional (MARINI, 2012a). Com a indústria naval, o cenário é o mesmo. Basta uma breve análise do capítulo dedicado ao histórico de Rio Grande, para perceber onde os parceiros tecnológicos dos estaleiros estão sediados.

A chegada da indústria naval trouxe, na visão do prefeito, avanços e crescimento econômico ao município e à região sul do estado. Ele destaca que

a indústria naval, para a região foi uma oportunidade de desenvolvimento extraordinário e que por conta disso deve ser preservada. Não vejo acaso que o crescimento econômico da metade sul, diga-se de Guaíba para baixo, num determinado período foi superior a 12% de crescimento ao ano, a índices chineses em termos de crescimento econômico, uma região estagnada há muito tempo. Temos que ter clareza de que, quando se fala em duplicação da BR-116¹⁴, duplicação da BR-392¹⁵, isso não é fruto do acaso, é fruto do desenvolvimento econômico gerado principalmente pela indústria naval, com altos valores agregados em termos de investimento, com um ativo extraordinário: nós temos hoje, na América Latina, o maior polo naval em termos de estrutura física implantada em Rio Grande e São José do Norte, com três grandes estaleiros.

Os avanços, utilizando as palavras do prefeito, enumerados no trecho em destaque estão diretamente ligados ao processo de escoamento da produção através do Porto de Rio Grande. Com a duplicação das rodovias BR-116 e BR-392, o tempo necessário para chegada até o porto dos caminhões que transportam produtos cujo destino é a exportação, foi reduzido. Tais avanços favorecem a exportação de produtos alimentícios e matérias-primas, principais produtos exportados pelo Porto de Rio Grande, os quais, em uma leitura embasada em Marini (2008), representam o marco da inserção latino-americana na divisão internacional do trabalho imposta pelos países ditos centrais.

¹⁴ A BR-116 é uma das principais rodovias brasileiras, com início na cidade de Fortaleza-CE e fim na cidade de Jaguarão-RS. Ela é uma das rodovias que permite o trânsito de produtos entre Rio Grande-RS e as demais regiões do país.

¹⁵ A BR-392 é uma importante rodovia cruza o interior do estado do RS e liga a cidade de Rio Grande à Pelotas. Para chegar a BR-116, os veículos precisam viajar pela BR-392 até a cidade vizinha de Pelotas.

O crescimento econômico alavancado pela chegada da indústria naval e que foi demonstrado no Capítulo 3, também é reconhecido por Cassimiro, representante sindical local, para o qual “a economia da cidade [...] teve um *boom* econômico. [...] Todos nós, de forma direta ou indireta, a gente sabe que a economia gira em função do polo. Para nós, hoje, acabar com o polo, como alguns dizem, é inviável para a economia da cidade”.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Grande (CDL) também endossa a importância da indústria naval para o crescimento econômico da cidade. Seu representante afirma que “o polo naval, para o comércio de Rio Grande, foi extremamente positivo”. Com os resultados positivos apresentados naquele momento, o CDL aponta que muitos comerciantes e prestadores de serviços riograndinos investiram na ampliação e diversificação de seus negócios, como também muitas empresas de outras localidades se instalaram na cidade. Para ele, os empresários locais realizaram esses investimentos “apostando nessa operação do polo naval, com uma linha de duração de 20 anos que se tinha no universo, dava muito bem para fazer uma previsão de fluxo de caixa, fazer investimentos e perceber condições desse crescimento”.

Apesar do momento adverso vivido pelo país, o Prefeito riograndino acredita que a cidade tem boas oportunidades para superar este momento e manter o crescimento econômico em marcha. Para isso, o governo local age no sentido de buscar novos empreendimentos e trazê-los para Rio Grande. Nas palavras do prefeito

o que a gente tem que fazer é [...], enquanto gestor público, não ficar só no olhar de administrador de receita e despesa. Nós temos que prospectar e buscar. Tá a fábrica de torres da Weg, [...] a fábrica de blocos da Cibra, a Heringer que fez uma planta nova, a RVT, a Piratini que está dobrando uma planta, a Yara [...], a Tanac com investimento considerável. Então, eu digo isso: nós estamos empenhando todos os esforços para qualificarmos a cidade [...].

Esta visão, no entanto, não é compartilhada pelo representante do CDL, para o qual a falta de coerência do atual governo federal e de “sinalizações de mudanças estruturais econômicas” podem conduzir a momentos mais turbulentos e incertos, e expectativas “ruins com relação ao futuro”. A incerteza também é reforçada pelo representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul (FTMRS), que acredita ser esse momento “o ‘olho do furacão’”. Para ele, “nesta crise política, que nós estamos vivendo agora, está junto o destino do polo naval. E o destino do polo naval tá dentro do modelo econômico que via ser discutido daqui para frente”.

As ações do governo municipal no sentido de manter o crescimento econômico de Rio Grande estão sendo direcionadas de modo a diversificar os setores que o viabilizam. A

partir desta proposta, há acordos e tratativas com diferentes empresas do setor energético: eólico, gás, biomassa e solar. O parque eólico já está implementado na cidade e tende a expandir-se, com a instalação de uma indústria de produção de aerogeradores. As demais estão em tratativas, com destaque para uma indústria italiana que produz painéis e células solares. Em uma leitura embasada em Osório (2012), a efetivação dos empreendimentos almejados para Rio Grande, atrelada aos já existentes, reconfigurará a produção local sobre novas linhas de acumulação e novos produtos, evidenciando as formas mutantes assumidas pelo capital em seu ciclo de valorização num determinado momento histórico.

As ações do governo local refletem o histórico de ciclos econômicos na cidade, uma vez que a busca por investimentos externos que alavanquem o crescimento do município é intensa, embora a expectativa atual seja de diversificar os protagonistas desse crescimento. Essa perspectiva é corroborada pelo CDL quando seu representante afirma que “o que é importante para Rio Grande, nesse momento, é ter convicção de que a economia [...] se move bem na medida em que [...] tem uma matriz diversificada. Então nós temos que pensar em outras cadeias, em outros negócios”.

Além de refletir os ciclos econômicos do município, as ações do governo local confirmam, como apontou Marini (1973a; 2012a), as características do processo de industrialização latino-americano, apoiada no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados de onde importa equipamentos, tecnologia e conhecimento, reforçando a dependência das economias latino-americanas em relação aos países ditos centrais. A participação de empresas estrangeiras na composição dos consórcios dos estaleiros que se instalaram na cidade desde a retomada da indústria naval brasileira, demonstrado no Capítulo 1, e os países de origem das empresas com as quais o governo local negocia para que instalem suas plantas na cidade evidenciam um processo de dependência como proposto, em outro contexto, por Marini (1973a).

Os esforços do governo local estão direcionados com maior afinco, como foi possível verificar, para o setor de energias renováveis, buscando consolidar Rio Grande como um centro de energias sustentáveis. O Grupo Weg, empresa de abrangência nacional no ramo de energias renováveis, que possui uma planta de fabricação de torres eólicas no município, estuda a implantação de um Centro de Operação e Manutenção de Aerogeradores (PREFEITURA DO RIO GRANDE, 2015). Além do que já está consolidado, o parque eólico e a fabricação de torres eólicas, há tratativas para a instalação de empreendimentos nos setores de gás, biomassa e energia solar, com destaque para as negociações com um fabricante italiano de painéis e células solares.

Embora exista o desejo de consolidar Rio Grande como um centro de energias renováveis, como apontado pelo prefeito local, a busca por investimentos não se restringe somente neste setor. A Cisbra Blocos, empresa fabricante de blocos de concreto também instalará sua planta no município, para fabricação e comercialização dos produtos para toda a região (PREFEITURA DO RIO GRANDE, 2015). Há também os investimentos destacados pelo prefeito, como a ampliação da Yara, empresa do ramo de fertilizantes já instalada no município, cuja obra está estimada em R\$ 1 bilhão e tem previsão de início para o ano de 2016, a ampliação da Tanac, que atua no ramo madeireiro, e a ampliação das plantas das empresas Piratini e Heringer, ambas no ramo de fertilizantes e já instaladas na cidade.

Para auxiliar nesta busca, Rio Grande possui a Secretaria de Município de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda (SMDIER), criada na atual gestão tendo como propósitos o desenvolvimento econômico da cidade e seus desdobramentos sociais e ambientais, a reestruturação tecnoprodutiva do município e a qualificação técnica polivalente dos trabalhadores. Além da busca pelo desenvolvimento econômico, a Secretaria busca desenvolver o que chamaram de ações menores, ligadas, por exemplo, ao setor pesqueiro e ao fortalecimento do comércio local, através da qualificação dos trabalhadores e da constituição de arranjos comerciais e parcerias. Mas essas ações são tratadas, ao que parece e como a qualificação “menores” demonstra, em segundo plano.

As ações e declarações do governo local demonstram convicção de que é possível “ascender” a uma indústria de alto padrão tecnológico, mantendo-se a indústria naval em funcionamento e prospectando novos empreendimentos da forma apresentada. Acredita-se que manobras “corretas” no campo da política econômica sejam capazes de alavancar o país a superar a condição de economia periférica, sem perceber que seu caráter é estrutural, “determinado pela própria condição de dependência, não passível de superação/solução”, desta forma (CARCANHOLO, 2008, p. 253).

Relegada ao segundo plano no discurso oficial, a indústria pesqueira pode ser considerada um exemplo de como o capital se transforma, reconfigurando a produção ao longo do tempo, para manter seu ciclo de valorização. À margem do crescimento desde a década de 1970, a indústria pesqueira sofre com a falta de incentivos e o aumento da legislação e fiscalização ambientais sobre suas atividades. Durvalino, pescador e proprietário de uma planta que processa pescado, afirma que “a indústria pesqueira tá sobrevivendo”. Sem incentivos governamentais e contando com recursos próprios, “a gente vai se virando como dá, trabalhando”, afirma o entrevistado. Filho de pescadores, Durvalino relata que está se tornando cada vez mais difícil encontrar pescadores jovens em um barco. A quase totalidade é

composta por trabalhadores que já passaram dos 40 anos de idade. O entrevistado acredita que a profissão de pescador, talvez a mais tradicional e característica de Rio Grande, está perto do seu fim, se a pesca continuar a ser relegada ao segundo plano, como é possível verificar no discurso da SMDIER.

Um importante articulador na captação de empreendimentos para o município, e que é recorrentemente citado nos discursos do governo local sobre este tema, é o Arranjo Produtivo Local Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno (APL Polo Naval e *Offshore*). A mobilização para a estruturação do APL Polo Naval e *Offshore* surgiu no ano de 2012, após o IX Encontro Nacional do Prominp, onde o painel “Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento de Fornecedores” identificou cinco territórios para a instalação de APLs no setor de óleo, gás e naval, na região de Rio Grande e entorno (PAES, 2014).

O escopo geográfico do APL Polo Naval e *Offshore* foi definido levando em consideração a Aglomeração Urbana do Sul do RS, que inclui, além de Rio Grande, os municípios de Pelotas, São José do Norte, Arroio do Padre e Capão do Leão. Após a aprovação da proposta pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), foi firmando um convênio entre a AGDI e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), visando a estruturação do APL que, em seu primeiro ano, teve suas atividades organizadas sob a responsabilidade FURG (PAES, 2014). No ano de 2014, é fundada a Associação Arranjo Produtivo Local do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno (Associação APL), uma entidade independente que comanda as ações do APL.

De acordo com sua própria definição, a

Associação APL tem como principal objetivo fomentar e facilitar a interação organizada e estruturada entre pessoas físicas ou jurídicas, de direito público interno ou privado, do setor de construção naval e *offshore* e respectiva cadeia produtiva, no território de Rio Grande e entorno como os limites geográficos dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Arroio do Padre e Capão do Leão, aumentando a eficiência das empresas localizadas no arranjo, promovendo o adensamento produtivo na região e mitigando as externalidades negativas do desenvolvimento econômico (APL POLO NAVAL E OFFSHORE, 2014).

O Prefeito riograndino coloca o APL Polo Naval e *Offshore* como um dos grandes diferenciais competitivos da cidade para a captação de investimentos. O APL é uma referência nacional “em termos da sua organização dentro de uma visão de planejamento estratégico de adensamento da cadeia produtiva naval para que se torne mais competitivo”, conforme argumenta o prefeito. Ele relata também a alteração no escopo do APL “agregando as energias renováveis para dentro dele, porque nós enxergamos como uma grande oportunidade a área de renováveis”.

As ações apresentadas pelo governo local colocam Rio Grande como uma espécie de cidade-mercadoria, que é oferecida a diferentes investidores para que estes satisfaçam suas necessidades de acumulação e em troca, abram postos de trabalho para os riograndinos. Essa oferta visa, ao que parece, a prospecção de investimentos externos entendendo que somente dessa forma a cidade conseguirá prosperar e crescer economicamente. Preocupações sociais e ambientais permanecem, como já evidenciado aqui, como desdobramentos do desenvolvimento econômico.

As ações apresentadas somente reforçam a dependência, pois se continua a produzir tendo como foco a exportação de bens primários e importando equipamentos, conhecimento e tecnologia dos países capitalistas avançados (MARINI, 2012a). As relações de produção nas economias dependentes são recriadas ou modificadas no intuito de garantir que a dependência seja reproduzida de maneira ampliada, assegurando a transferência de mais-valia destas para os países ditos centrais (MARINI, 2012a), tal como ocorre há séculos em Rio Grande.

4.2 A VIDA DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA NAVAL

Na categoria organização do trabalho proposta, parte-se de uma relação de forças antagônicas, isto é, uma relação entre trabalhadores e capitalistas dinamizada, tendo em vista a delimitação desta dissertação, por mecanismos de produção ligados predominantemente ao setor naval. Os trabalhadores entrevistados, migrantes ou riograndinos, ingressaram na indústria naval por verem nela uma possibilidade de venderem sua força de trabalho por preços mais elevados que em outros setores produtivos, ou por estarem no exército de reserva e enxergarem no grande volume de empregos gerados pelo setor, a chance de sair, mesmo que temporariamente, dessa condição. Nenhum deles ingressou no setor por escolha ou desejo profissional, mas sim por diferentes circunstâncias ligadas ao desemprego e à procura por melhores salários, como será possível verificar ao longo desta seção.

Os dados serão analisados levando-se em conta os diversos aspectos ligados à vida dos trabalhadores. A análise parte de sua chegada à cidade e ingresso na indústria naval, seguida pelo cotidiano no trabalho, família e amigos do “trecho¹⁶”, cotidiano nos alojamentos e lutas dos trabalhadores.

¹⁶ Trecho é a palavra comumente usada pelos trabalhadores para se referirem a o movimento que fazem em busca de emprego em diferentes obras e empresas ao redor do país. Nesta dissertação, utiliza-se este termo entre aspas como diferenciação de trecho, referindo-se a um fragmento ou passagem de texto ou citação, sem aspas.

4.2.1 A chegada a Rio Grande e o ingresso na indústria naval

A chegada dos trabalhadores migrantes Epaminondas, da região central do Rio Grande do Sul, Sebastião, do Pará, Severino, da Bahia, e Custódio, de Pernambuco, foi viabilizada pelos contatos feitos no “trecho”. Eles, que já trabalhavam na área da metalurgia chegaram a Rio Grande através de contatos feitos com ex-colegas com os quais trabalharam em outras regiões do país. Sobre suas vidas e a busca por empregos, Epaminondas, descreve que

essa nossa vida é [...] assim: um pouco em cada lugar. Aonde tem serviço a gente tá indo, não importa que seja naval ou que seja... Eu comecei em metalúrgica, tipo Gerdau, e fábrica de papel, Aracruz, Sabin, Santher. Trabalhei em área de Petrobrás, em refinaria mesmo. Da refinaria, terminou o serviço, como eu tinha contato aqui, liguei para cá, mandei currículo e entrei na área naval, onde não tinha entrado ainda. Consegui entrar na área naval desde 2012, mas da minha parte, aonde tem serviço a gente tá indo... Acho que é em geral. A gente não se dedica somente a um segmento [...] Aonde tem serviço e tiver pagando melhor, a gente tá indo.

Os trabalhadores migrantes possuem uma peculiaridade retratada no trecho acima citado: a constante movimentação em busca de empregos e melhores salários. E essa é uma das grandes características, senão a grande característica, que contrasta trabalhadores migrantes e riograndinos. As frequentes, e rápidas, mudanças de emprego podem ser facilmente observadas nas falas dos trabalhadores.

“A gente é igual cigano, [...] vai atrás de dinheiro. Então se o cara conseguir ganhar três indenizações no ano e ainda ter direito a seguro desemprego, ele tava safo o lado dele”, conta Sebastião. Epaminondas confirma esse ponto de vista, alegando que se “passou um ano na firma, tu já tá perdendo dinheiro”. Custódio relata que “já chegou ao absurdo de eu fazer teste na outra empresa com a farda ainda da outra empresa enrolada aqui [debaixo do braço], só com a calça, e a camisa na mão para fazer o teste em uma outra empresa”.

Entretanto, com o atual período de crise vivido pelo Brasil e o enxugamento de postos de trabalho na indústria, os trabalhadores estão adotando uma nova postura frente a seus empregos: tentar permanecer vinculados o maior tempo possível. Para elucidar este fato, os quatro entrevistados que vieram de outras regiões estão em Rio Grande há cerca de 3 anos. Caso raro nos tempo de bonança da indústria naval brasileira.

Em relação ao trabalhador riograndino, Honestino aponta que ele “quer entrar e quer ficar até o final da obra. É difícil [...] ele querer ficar trocando [de emprego]”. Essa condição do trabalhador natural de Rio Grande, também pode ser observada ao longo da entrevista realizada com Zuleika que, trabalhando em um dos estaleiros locais desde a sua

implementação, não demonstra nenhuma pretensão de sair de lá, mesmo sofrendo os abusos que serão relatados ao longo deste capítulo.

Diferentemente da vida de andarilhos e da experiência acumulada no setor metal/mecânico dos “trecheros”, os trabalhadores riograndinos Zuleika, Demerval, Honestino e Benedito, chegaram à indústria naval por diferentes caminhos. Demerval, que em 2006 era encarregado de pinturas na refinaria de petróleo local, ingressou no mesmo ano no polo naval como ajudante de eletricista “porque o salário no polo naval era maior”. Honestino, por sua vez, entrou para a área naval em 2010, depois de um período desempregado, a partir da indicação do atual presidente do STIMMERG. A soldadora Zuleika obteve seu emprego no setor depois de realizar diversos cursos, inclusive no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), em um dos estaleiros que atualmente está em operação na cidade. A entrada de Benedito na indústria naval ocorreu de forma um pouco diferente dos demais trabalhadores locais. Após perder o emprego em uma indústria do ramo de fertilizantes no Distrito Industrial riograndino, o trabalhador recebeu convite para trabalhar na indústria naval fora do RS, retornando à cidade para as obras da plataforma P-53.

Conforme analisado na seção anterior, em seu ciclo de valorização o capital se transforma reconfigurando a produção sobre novas linhas de produção e novos produtos (OSÓRIO, 2012). Essa mudança no padrão produtivo leva à reconfiguração da vida dos trabalhadores que, como nos casos citados, circulam ao redor do país - caso dos trabalhadores migrantes - ou em diferentes setores produtivos, neste caso tanto trabalhadores migrantes quanto riograndinos, à procura de trabalho, acompanhando e possibilitando a reprodução deste ciclo de valorização do capital. Esse movimento de trabalhadores não é atípico, mas sim estrutural. Os ciclos de valorização do capital, a ampliação de seu domínio sobre o intercâmbio entre ser humano e natureza, levam os trabalhadores à degradação na busca por garantir sua sobrevivência.

A classe trabalhadora tem sua dinâmica ditada pelo processo de acumulação do capital (BRAVERMAN, 1981). Os trabalhadores são captados de acordo com o movimento de valorização do capital (BRAVERMAN, 1981). Este argumento de Braverman (1981) lança luz sobre o motivo pelo qual os trabalhadores afirmam não ter chegado à indústria naval por desejo de trilhar esse caminho profissional, mas sim porque esta se mostrou como a única alternativa de venderem sua força de trabalho em um dado momento.

O deslocamento geográfico dos trabalhadores e sua troca de atividade laboral se dão pela busca, por parte dos trabalhadores, de compradores para a sua força de trabalho, que, pelo seu uso, pagam em troca um salário histórico e socialmente determinado (MARX, 2006).

Essa compra e venda de força de trabalho, condição preliminar e necessária para o capital e seu processo de acumulação (MARX, 2006), é a diferença específica da produção capitalista em relação às formas de produção pré-capitalistas (BRAVERMAN, 1981).

A busca por compradores para sua força de trabalho evidencia a degradação do trabalho sob a produção capitalista, que é transformado em mercadoria estranha ao próprio trabalhador, “uma mercadoria que adjudicou a um terceiro” (MARX, 2006, p. 36). A atividade vital, a categoria fundante do ser social, isto é, o trabalho (LUKÁCS, 2012a), se mantém central aos seres humanos, não como instância de libertação, mas submetido ao processo de acumulação do capital, como um simples meio para que possam existir (MARX, 2006).

A próxima seção analisa os relatos dos trabalhadores na indústria naval. Suas duras experiências evidenciam a degradação do trabalho no processo de produção de mais-valia.

4.2.2 O cotidiano do trabalho

O dia a dia nos estaleiros locais é de trabalho árduo e repleto de determinações que pressionam os trabalhadores a intensificarem a produção para manter as massas de mais-valia altas e o processo de acumulação em marcha. Práticas que colocam em xeque questões éticas e morais parecem bastante comuns nos estaleiros e nas empresas terceirizadas ligadas a eles. Embora algumas dessas práticas venham a público, grande parte delas acaba restrita aos muros da indústria naval riograndina e somente são passíveis de acesso a partir da fala de trabalhadores e sindicalistas, como será possível verificar na sequência do texto.

Ao ser empregado por uma indústria, o trabalhador passa por um procedimento chamado Integração antes de começar efetivamente a desenvolver suas atividades. Esse procedimento nada mais é do que uma orientação ao novo empregado sobre o ambiente de trabalho da empresa, as normas de segurança e os riscos inerentes à atividade que ele vai exercer, tendo como principal objetivo a garantia de sua segurança e integridade física durante a realização das atividades produtivas. Além da integração, diariamente são realizados os Diálogos Diários de Segurança (DDS). O DDS acontece antes do começo das atividades na área de produção e nele são discutidas as atividades a serem executadas e os procedimentos de segurança a serem tomados durante o dia, visando garantir a integridade física dos trabalhadores.

Entretanto, na opinião da maioria dos trabalhadores entrevistados, esses procedimentos não tem, na prática, a intenção de garantir a integridade física e a segurança do trabalho realizado na área de produção. Sebastião acredita que “as empresas usam essas

ferramentas só para se eximir de qualquer culpa, [...] porque geralmente quem vai fazer a segurança é quem tá trabalhando”.

Honestino, argumenta que a preocupação com a segurança no trabalho varia de uma empresa para outra. De acordo com o entrevistado, o primeiro consórcio a atuar na cidade zelava de modo mais efetivo pela segurança dos trabalhadores, “os caras zelavam pela tua segurança”. Benedito demonstra uma posição semelhante à adotada por Honestino. Para ele “as empresas têm essa preocupação. Não são todas, depende das pessoas também, mas tem essa preocupação e é levado à risca, tem que assinar e opinar e tal”.

Entretanto, ao abordar a situação atual dos estaleiros locais, Honestino, corrobora a fala de Sebastião. Para ele “tanto faz como tanto fez o trabalhador, o negócio deles é produção [...] eles não querem saber se te dão condições, [...] se a tua calça rasgou, [...] se teu avental tá ruim, [...] eles só querem saber de produção”.

Já Zuleika, que se define como “boca dura¹⁷”, é mais taxativa ao discorrer sobre a questão da segurança no trabalho. Ela, que é membro ativo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) de um dos estaleiros instalados na cidade, acredita que

é só para se eximir da responsabilidade. Para estar lá no papel [...] quando chegar a Petrobrás e, como eles dizem: “vão comer o meu rabo? Não, não vão. Vão comer o rabo do trabalhador e não o meu”. [...] Eles sempre querer tirar o deles e colocar o trabalhador como o culpado.

Perguntados sobre o motivo que os levava a pensar desta forma, a resposta dos trabalhadores é bastante simples e pode ser resumida em uma única palavra: produção. A produção de mais-valia, que conforme apontado por Marx (2006) em outro momento, é o fator constitutivo do processo de acumulação do capital, dita o ritmo e a forma como as atividades devem ser executadas. Aos trabalhadores cabe habituar-se ao ritmo de trabalho cada vez mais intenso, posto que está progressivamente submetido ao modo capitalista de produção (BRAVERMAN, 1981). Em nome da produção a segurança é deixada em segundo plano e transformada em uma mera ferramenta de expiação de erros. Se algo der errado, os documentos produzidos e assinados na Integração e no DDS isentam o estaleiro de qualquer responsabilidade e a culpa repousa sobre os braços do trabalhador. Essa percepção dos trabalhadores de que a empresa utiliza meios legalmente constituídos como mecanismos de autoproteção em situações de risco elucida o quanto o processo de trabalho, sob a ótica do capitalista, é um processo que se dá entre “coisas” que ele comprou e que lhe pertencem

¹⁷ “Boca dura” é uma expressão utilizada na indústria para designar a pessoa que não tem medo de dizer o que pensa.

(MARX, 2014). Não há preocupação com a forma ou como as coisas são realizadas, a não ser documentalmente, desde que os trabalhadores produzam o que a empresa espera que sejam capazes de produzir.

Para que a produção aconteça nos moldes exigidos pela empresa, ela impõe ao trabalhador uma pressão enorme utilizando como argumento a necessidade de sobrevivência do próprio trabalhador. Impelidos à ação por circunstâncias socialmente impostas e sob pena de arruinarem-se caso não o façam, os trabalhadores realizam as atividades produtivas mesmo que estas atuem contra suas próprias convicções. O ato social realizado pelo trabalhador surge de uma decisão tomada por ele frente às diferentes alternativas que reconhece acerca de posições teleológicas futuras e das cadeias causais que estas movimentam (LUKÁCS, 2009). Como desconhece alternativas ao modelo de produção que lhe é imposto, bem como as cadeias causais postas em movimento por suas ações, o trabalhador não tem domínio sobre elas e, por consequência, tem sua liberdade cada vez mais restrita (LUKÁCS, 2009).

A produção a qualquer custo coloca o ser humano no mesmo patamar das máquinas, sendo encarado pela empresa não do ponto de vista racional, mas como base de cálculo para a produção. “O ser humano é considerado, nesse caso, como um mecanismo articulado por dobradiças, juntas e mancais de esfera” (BRAVERMAN, 1981, p. 156). Nesse processo em que impera o cálculo, o trabalhador é considerado uma simples fonte de erros a ser programada e corrigida para que não apresente comportamento diferente daquilo que foi programado (LUKÁCS, 2012b). Com a racionalização do processo de trabalho, a unidade orgânica deste se rompe, posto que sua base está na ligação entre as experiências concretas de trabalho, o trabalho humano se transforma em uma abstração, culminando na limitação dos trabalhadores em sua realização como seres sociais (DORNELAS CAMARA, 2014).

O argumento da manutenção do emprego para garantir a produção, usado pelas empresas, é alicerçado no grande exército de reserva liberado pela própria dinâmica do modo de produção capitalista e pronto para assumir qualquer trabalho disponível. Para Sebastião, as empresas “hoje, eles aqui trabalham em cima do psicológico do cara, forçando pensar todo o dia que o cara não pode perder o emprego”.

A classe trabalhadora tem sua existência e multiplicação determinadas pelo processo de acumulação do capital que intensifica a demanda de trabalho ao mesmo tempo em que multiplica a demanda de trabalhadores por postos de trabalho mediante seu desemprego, provocado pelo aumento da produtividade. Este crescente número de trabalhadores desempregados força àqueles que estão empregados a intensificarem sua produtividade, tornando a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores (MARX, 1996). Uma

característica marcante da indústria naval, já abordada no capítulo 2 e evidenciada nas falas dos trabalhadores quando questionados sobre sua chegada a Rio Grande, diz respeito à mobilidade da mão de obra que transita ao redor do país a procura de emprego, dados os curtos períodos de atividade em cada obra. Esta volatilidade leva à formação de um grande exército de reserva flutuante composto pelos trabalhadores que circulam de função em função, contratados ou dispensados pelos movimentos do capital, mantendo certo grau de desemprego nesse movimento (BRAVERMAN, 1981). Esse exército pressiona a massa de trabalhadores empregados a intensificarem sua produtividade e conterem suas pretensões (MARX, 1996), transformando aqueles que deveriam lutar juntos em ávidos concorrentes.

A pressão por produtividade e a pressa na entrega das obras atreladas à designação de poucos ou mesmo apenas um trabalhador para realizar uma tarefa que necessitaria, para ser executada com segurança, de pelo menos mais uma pessoa, leva os trabalhadores ao esgotamento físico e mental e a acidentes de trabalho. Os relatos sobre a pressão das chefias para que os trabalhadores intensifiquem seu trabalho são vastos. Epaminondas relata que, no setor de edificações “tu não pode trabalhar com dois lá, tu tem que trabalhar sozinho. Tem que bater macaco com o pé, [...] segurar a peça, [...] pontear, tu tem que botar o maçarico”.

Sobre os acidentes ocorridos nessa equipe responsável pela montagem de estruturas, o próprio Epaminondas destaca que “essa equipe da edificação tem três ou quatro que estão no seguro, porque pontearam mal, meteram o macaco de 50 toneladas lá e estourou o cachorro, pegou no cara, torceu o pé... É aquela pressão do vamo, vamo, vamo, vamo”. Para Custódio, “enquanto a pessoa é centrada, beleza, mas às vezes tem cara que não aguenta muito a pressão psicológica, aí [...] ele estoura para cima da chefia [...], ou [...] vai fazer aquilo que tão pedindo, aquela pressão, e é aí que dão os acidentes”.

Nestes breves fragmentos retirados das entrevistas dos trabalhadores é possível perceber a maneira como o ser social se constitui. Forçados à ação pela pressão exercida sobre eles, os trabalhadores agem conforme a programação da produção, mecanicamente, muitas vezes contrariando suas próprias convicções, sob pena de comprometerem sua sobrevivência, produzindo sua vida de forma limitada (LUKÁCS, 2009). A multiplicidade cada vez mais variada em que o ser social forma as bases de seu próprio ser, fruto da práxis e de sua relação dialética com ela, impõe-lhe exigências múltiplas e diferenciadas (LUKÁCS, 2010). Essa relação dialética que fortaleceria as bases do ser social, sob o domínio do capital, acaba por deformá-los, desde aí, o trabalhador constitui seu modo de ser sob exigências que, inexoravelmente, degradam sua condição de trabalho e, conseqüentemente, sua condição humana.

Também é nítida a presença do primeiro mecanismo de superexploração do trabalho, descritos na seção dedicada aos estudos de Marini (1973a): o aumento da intensidade do trabalho. O trabalhador é levado ao esgotamento de sua força de trabalho, provocada pelo aumento da intensidade da produção, ampliando a produção de mais-valia, reforçando a característica das economias dependentes, cujo modo de produção fundando na maior exploração do trabalho, e reforçando também a dependência (MARINI, 1973a).

Nesse cenário, supervisores e encarregados incentivam os trabalhadores a realizarem as tarefas de maneira inadequada. “Quando tá pegada a coisa, que nem no tempo da 66 [P-66], que queriam manda, manda, manda ela embora... O cara: ‘sobe naquele andaime ali e corta aquele tubo lá’. Mas o andaime não tá liberado ainda. ‘Mas não tem ninguém vendo, sobe lá e faz isso’”, relata Epaminondas. A experiência de Zuleika não é diferente: “‘Ah, tu estás com a máscara rasgada? Mas vai lá e faz esse serviço assim mesmo’. Às vezes o supervisor ia cortar um troço sem couro, para mostrar para o peão como é que era. Ele mostrando como vazia o troço errado. E assim foi sempre”. Sebastião resume bem o dilema entre produção e segurança. Para ele “se tu for cumprir o procedimento, tu vai ser improdutivo”. A pressão por produtividade, a necessidade de manter o emprego e a pressão do exército de reserva levam o trabalhador a colocar sua integridade física em risco em nome da produtividade.

Sem conseguir evitar os acidentes de trabalho provocados pela pressão exercida sobre os trabalhadores, as empresas tomam a “iniciativa” de esconder aqueles que sofreram acidentes nos seus escritórios. Essa medida é tomada para que não sejam feitos registros oficiais dos acidentes, o que prejudicaria o contrato existente entre ela e a Petrobrás. A fala de Severino resume de maneira muito clara essa situação:

É certificação, é licitação, [...] São várias explicações. Cada acidente que você paga, você acaba manchando mais a empresa... Você basicamente não importa, porque qualquer coisa se der um problema simplesmente encaminha para o INSS e aí você se vira. O foco dela não está no humano, [...] porque a Petrobrás, que é a contratante, [...] cobra bastante. Porque se, digamos acontece muito acidente, a Petrobrás não cuida, acaba manchando mais a Petrobrás, de uma forma geral.

Benedito relata que “para ser considerado acidente mesmo, a menos que não tenha como, que seja uma coisa muito evidente, senão toca para o ambulatório, vai lá e resolve e não qualifica como acidente”. Ele, que viveu situação semelhante, acredita que “existe todo um consenso nisso aí. Eu fui à parte atingida, mas teve médico e teve enfermeiro”. O motivo para aceitar essa condição e encontrar um “jeitinho para poder ficar trabalhando”, como o próprio trabalhador afirma, é simples: “para não perder o emprego”.

Essa prática é reforçada pelos relatos dos demais trabalhadores entrevistados e tem graves consequências para o trabalhador. Um dos casos mais graves é o relatado por Demerval, hoje integrante da diretoria do STIMMERG.

O que acontece muito aqui é [...] esconder o cara machucado. [...] Eu peguei dois ou três casos agora poucos dias. Ontem eu peguei um. O camarada se machuca lá, os caras abrem uma CAT [...] provisória [...]. Aí eles pegam e deixam o cara escondido no container [...]. Porque para a empresa, se der afastamento, eles tem uma multa, uma série de coisas... Então eles escondem os camaradas. [...] Eu peguei um caso de um rapaz que se operou agora pouco [...]. Ele se machucou dentro do trabalho, ficou dentro do container, escondidinho, abriram uma CAT para ele, sem afastamento, aí depois ele começou a piorar do ombro. Ele piorou, piorou, piorou, piorou, aí teve que se encostar. Aí marcaram para ele fazer a cirurgia... Aí ele não conseguia se encostar pelo INSS, porque a CAT que ele tinha feito já tinha, tipo assim, caducado, ou sei lá que porcaria que foi, tava errada a numeração, [...] o tipo de CAT que foi aberto... Aí o cara ficou dois, três meses quase sem receber. Aí foi quando ele procurou o sindicato, me procurou no caso. Pô cara, tu deixou chegar nesse ponto? “É, pois é, eu tinha medo de perder o trabalho”. Tu tinha medo de perder o trabalho e em compensação agora [...] para a empresa tu tá encostado pelo INSS, e para o INSS tu tá trabalhando, porque tu não conseguiste fazer as tuas papeladas. E agora? Visse o que que deu tu fazer isso daí? Aí eu tive que correr atrás para o cara para fazer toda a papelada de novo pela empresa, para a empresa ressarcir ele [...].

A fala do Cassimiro, diretor do STIMMERG, confirma a condição apresentada pelos demais trabalhadores. Para ele

Se tu sofreres um acidente dentro do polo naval, o cara [...] enfaixa tua perna e te joga dentro de uma sala. Tu não ficas em casa com a tua perna quebrada. Tu vais ficar dentro de um container. Aí o sindicato faz todo um trabalho [...], pois a gente uns parceiros lá dentro, de tá investigando isso aí permanente. Quando a gente consegue descobrir, a gente aperta, arrocha, aí o cara vai para casa.

Pressão para realizar as atividades, que muitas vezes são executadas de forma insegura, trabalhadores machucados escondidos dentro da empresa, entre outras ações que evidenciam o desrespeito ao trabalhador são comuns nos estaleiros de Rio Grande, como foi possível verificar até este ponto do texto. Os meios usados pelas empresas para persuadirem os trabalhadores a violarem sua própria força de trabalho é o medo de perder o emprego e de não conseguir sustentar a si mesmo e a sua família. Tal fato corrobora o argumento defendido por Braverman (1981) ao analisar a indústria norte-americana nos anos 1970, de que o proletariado é levado ao seu papel em menor parte pelos atrativos do trabalho e pela remuneração, mas sim pela compulsão, pela força e pelo medo que lhe são impostos.

Ações como estas, de esconder os trabalhadores machucados ao invés de realizar os encaminhamentos adequados, reforçam: o caráter de recurso produtivo do trabalhador para o capitalista (MARX, 2014); a existência de um grande exército de reserva que pressiona os trabalhadores empregados a aceitarem a degradação imposta pelo capitalista e que lhe garantem rápida reposição da mão de obra (BRAVERMAN, 1981); e a superexploração do

trabalho, pois no momento em que lhe é negado o direito ao repouso em ambiente adequado para sua recuperação física, como os alojamentos retratados no Capítulo 3, lhe é negado o direito a repor adequadamente sua força de trabalho, configurando assim superexploração do trabalho (MARINI, 1973a).

Para Cassimiro, “o trabalhador também não se ajuda. É uma questão cultural: o cara aceita”. Porém, a aceitação relatada pelo diretor do sindicato não é exatamente uma questão cultural, mas sim que

a classe trabalhadora está progressivamente submetida ao modo capitalista de produção, e às formas sucessivas que ele assume, apenas à medida que o modo capitalista de produção conquista e destrói todas as demais formas de organização do trabalho. E com elas, todas as alternativas para a população trabalhadora (BRAVERMAN, 1981, p. 132).

Os trabalhadores não tem liberdade para escolherem quais caminhos tomarão frente às decisões que lhe confrontam. Sem alternativas ao modo capitalista de produção, no qual o trabalho lhes é imposto, os trabalhadores desconhecem as cadeias causais que operam a partir das ações a que são induzidos a realizar. As possibilidades concretas sobre as quais os trabalhadores precisam decidir são aquelas previamente programadas pela mecanização e racionalização do processo de trabalho, limitando sua possibilidade de transformar a realidade, isto é, sua liberdade (LUKÁCS, 2012a).

Pressionado pelo grande exército de reserva, o trabalhador vê-se coagido entre aceitar aquilo que lhe é imposto pelo capitalista como alternativa para manter-se empregado ou engrossar o exército de reserva nos portões das empresas. Uma análise fundamentada em Braverman (1981) evidencia que, sem experiência prévia no setor, como ocorreu com a maioria dos trabalhadores riograndinos no momento da chegada da indústria naval, eles admitem a maneira como as atividades e comportamentos são organizados e determinados pelas empresas sem discuti-los.

O pagamento de salários médios superiores, em relação aos pagos em outras áreas como comércio e serviços, feitos pela indústria naval surge, em uma leitura embasada em Braverman (1981), como uma forma de forçar os trabalhadores a aceitar jornadas de trabalho com alto grau de intensidade. O salário inicial pago a um profissional que ingressa como ajudante na indústria naval, atualmente, é de R\$ 1.160,00. Embora inferior ao salário médio de admissão na indústria de transformação no ano de 2015, que estava em torno de R\$ 1.800,00 (BRASIL, 2015b), este valor é maior do que os valores pagos na cidade nos setores de comércio e serviços a trabalhadores como vendedores varejistas e operadores de caixa, cujos salários giram em torno de R\$ 900,00 (BRASIL, 2015b). Para Braverman (1981) o

pagamento de salários relativamente mais elevados a uma determinada parcela de trabalhadores, possibilitando-lhes certo grau de maleabilidade no nível de subsistência, é um fator que favorece a habituação dos trabalhadores às exigências do modo de produção capitalistas.

Uma das situações mais graves relatadas nas entrevistas foi a vivida por Custódio que é pernambucano e veio para Rio Grande trabalhar em um dos estaleiros locais. Em um dado momento, ele apresentou um atestado médico ao estaleiro que, após análise, alegou ser o documento falso e demitiu por justa causa o trabalhador. Entretanto, o atestado não era falso, havia sido fornecido por um médico da cooperativa de saúde responsável pelo plano de saúde dos trabalhadores do estaleiro em questão.

Os moradores do alojamento em que Custódio estava se mobilizaram e decidiram ajudá-lo de todas as formas possíveis. Sobre a atitude dos trabalhadores, o funcionário da pousada relata que “matamos todo mundo no peito, o Custódio ficou aqui, fizemos um escarcéu danado lá [na empresa]”. Para Custódio, a amizade e a solidariedade dos colegas foi o que lhe ajudou a atravessar esse difícil período: “Graças a Deus eu tive uma amizade que me ajudaram bastante. A rapaziada aqui sempre chega me dando um apoio moral. Quanta luta e longe de casa ainda [...], para a gente que vem de longe, a dificuldade é essa”. Ainda nas palavras do trabalhador

Isto é uma solidariedade. Porque teve gente que eu [...] só passava assim na obra, às vezes [...] até aqui mesmo e [...] que chegou e me ajudou financeiramente, [...] que me ajudou dando um apoio moral e... Cara... Eu... Sem palavras... Eu acho que se eu ganhasse um milhão hoje, se eu tivesse como pagar para cada um eu pagaria, porque me ajudaram muito. Porque na verdade, como é que eu vou dizer, a gente forma uma família... Uma segunda família.

Mas até mesmo a solidariedade e a boa vontade dos colegas de trabalho são limitadas pela necessidade de sobrevivência do trabalhador que está atrelada ao capital, como é possível verificar no relato de Custódio sobre sua luta para provar a veracidade do documento apresentado ao estaleiro.

Até um exemplo disso é o meu caso. Eu solicitei aos meus superiores lá, supervisor, chefe de seção, para correr atrás, mas nenhum quis colocar “o dele na reta” por mim, entendeu? Agora, já alguns colegas meus aqui [...] correram atrás por mim [...], porque eu não podia entrar [na empresa], não podia ir atrás lá para poder fazer alguma coisa, falar com alguém. Eles só fizeram pegar a documentação para mostrar, levar para a chefia para ver que houve um engano, que eles erraram lá, mas só foi até aí, daí não passou. E ninguém correu atrás. Depois eu fiquei sabendo que ninguém correu. Isso aí às vezes fica só na teoria mesmo. Certas coisas na empresa são só na teoria mesmo.

Cabe destacar que até a realização da entrevista a situação deste trabalhador ainda não havia sofrido qualquer alteração. A resignação e a tristeza estampadas no rosto do jovem trabalhador demonstravam toda a sua angústia em luta cujo desfecho provável é conhecido e bastante comum nestes tempos: vitória do capital sobre o trabalhador.

A situação vivida por Custódio reforça a condição de recurso produtivo facilmente substituível do trabalhador sob o modo capitalista de produção. Com um grande exército de reserva pronto a assumir um posto de trabalho, não houve qualquer preocupação por parte da empresa que contratou Custódio em reanalisar o caso e dar atenção às suas justificativas. O trabalhador foi rapidamente substituído por outro, mantendo-se o processo de acumulação em movimento.

O vínculo de amizade e solidariedade construído no âmbito social, que levou pessoas até então desconhecidas a ajudarem o colega trabalhador a superar um momento adverso, só é possível graças ao trabalho que é categoria fundante do ser e modelo da práxis social (LUKÁCS, 2012a). As amizades e o convívio entre os trabalhadores são pontos que serão retomados ao longo deste capítulo.

Embora situações como a de Custódio despertem sentimentos de solidariedade entre os trabalhadores, independentemente de sua origem, há momentos em que a disputa, sobretudo entre trabalhadores de diferentes regiões, se instaura de modo intenso. Apesar das divergências culturais entre os trabalhadores, que será analisada na próxima seção, a forma como os estaleiros locais conduzem a política de contratações e promoções além de reforçar, leva essas divergências para o dia a dia do trabalho.

Os salários pagos aos trabalhadores na indústria naval são padronizados através de uma tabela que contava inicialmente com dez níveis salariais a qual foi substituída recentemente por uma menor, com cinco níveis apenas (LOPO, 2015). O entrevistado Demerval relata que essa tabela salarial não é oficial, “foi um acordo de cavalheiros que fizeram quando o polo naval chegou aqui” para evitar que os trabalhadores trocassem de uma empresa para a outra em função de eventuais diferenças salariais. Atualmente, segundo Demerval, o sindicato está tentando a homologação desta tabela junto ao Ministério do Trabalho.

Cassimiro argumenta que as rápidas promoções e o acesso aos níveis mais elevados, que representam maior remuneração, além das diversas funções existentes no polo naval são um privilégio de poucos, mais especificamente dos “peixes¹⁸”:

¹⁸ “Peixe” é a palavra usada para designar os trabalhadores trazidos de outras localidades por indicação da direção ou de ocupantes de cargos de níveis hierárquicos próximos a ela empregados nos estaleiros locais. Cabe

Vou te dar um exemplo do que eles fizeram: [...] um plano de carreira com 10 níveis. E o indivíduo entrava na empresa e diziam o seguinte: “a cada seis meses tu vais ser avaliado para uma promoção”. E tu comesas, porque não pode ser diferente, com o salário base (hoje R\$ 1.160,00) e vai subindo. Em todas as profissões, 10 níveis. Ou tu poderias subir de nível, ou tu poderias mudar de função, que poderia ser até maior o salário. Vou te dar um exemplo: tem supervisor, encarregado, que ele quadruplicou o salário dele em dois anos. [...] O mais grave disso aí é que o seguinte: não era para a população local, era para os “peixes” que foram trazidos, ao longo de tempo, de fora. E esse era o grande questionamento que a gente fazia: que o pessoal de fora estava ganhando muito dinheiro e os daqui não ganhavam dinheiro.

O desconforto com a predominância de trabalhadores migrantes em cargos como encarregado, supervisor e coordenador é recorrente na fala dos trabalhadores riograndinos. Essa prática adotada pelas empresas, de trazer equipes com as quais já trabalharam em outras obras ao redor do país, dificultou aos trabalhadores riograndinos conquistarem seu espaço dentro do polo naval. Para Demerval, a vinda dos trabalhadores de outras regiões do país no começo das atividades da indústria naval na cidade foi positiva para os riograndinos, “até mesmo porque os caras [trabalhadores riograndinos] estavam aprendendo com os caras [trabalhadores migrantes]”.

Sobre a dificuldade para o trabalhador encontrar seu espaço no polo naval, Honestino relata que “o cara que já vinha de fora, ele já vinha com ‘QI¹⁹’. Então o cara já te contratava. Uma pessoa que era supervisor alguma coisa já tinha a equipe dele, já trazia aqueles caras para trabalhar com ele. Então, para nós, que era local, foi difícil para nós conquistarmos o nosso espaço”. Demerval relata que sentiu na pele a frustração ao ver sua oportunidade de ascender ao cargo de encarregado se desintegrar frente à chegada de um trabalhador migrante, com “QI”, que tomou o seu lugar.

Porque é brabo, eu já senti na pele isso também. Na época eu era mestre de elétrica e trouxeram um encarregado do Rio. Eu sabia tudo que era fio que passava por dentro da Quip. Se tu perguntar para mim eu te digo que passa um cano aqui vai lá na ponte e sai lá. O cara chegou me perguntando as coisas. Mandando em mim e me perguntando onde é que passava isso e passava aquilo, quer dizer é constrangedor. Causa [...] certa revolta, com certeza.

Durante reunião aberta do STIMMERMG, realizada no começo de 2016, o presidente do referido sindicato relatou a situação vivida por uma trabalhadora, que integra a nova direção sindical: ela, graduada em Letras, precisou ensinar seu encarregado, trabalhador

destacar que, geralmente, os “peixes” chegam para assumir cargos com alguma função específica, como supervisor ou encarregado.

¹⁹ QI, que é a abreviação de “Quem indica”, é uma expressão comumente utilizada para identificar aqueles trabalhadores que são indicados por alguém de dentro da empresa, que esteja nível hierárquico superior, para ocupar uma vaga de emprego.

indicado pela empresa para ocupar o posto, a ler e interpretar os desenhos técnicos para que este pudesse determinar as atividades que ela executaria ao longo do dia de trabalho. Corroborando a falta de preparo de muitas chefias, entendida aqui chefia como qualquer cargo que possua algum tipo de autoridade hierárquica, Lopo (2015, p. 81) relata visita feita a um estaleiro local:

Enquanto visitávamos o setor de soldas especiais em tubulações, o representante da SINAVAL se aproximou de um trabalhador e perguntou se alguém poderia chamar o engenheiro chefe. Sua reivindicação era voltada para saber se o sistema de exaustão e ventilação iria ser instalado ou não, pois havia duas semanas que a situação não se resolvia. A resposta do sujeito de macacão foi que não havia nenhum engenheiro no setor, apenas um encarregado. Depois de muito tempo aguardando, chega o encarregado, que foi indagado sobre sua formação, e pude perceber que esta não se diferenciava em nada dos outros trabalhadores do local.

O caso dos cargos que detém algum poder hierárquico, como encarregados e supervisores relaciona-se com o que Braverman (1981) denominou de camadas médias do emprego. Estes são aqueles trabalhadores que representam o capital no local de trabalho e o fazem supervisionando e organizando as atividades da massa de trabalhadores, mas que também são força de trabalho contratada pelo capitalista para atuar, sob controle superior a ele, no intuito de ampliar o capital (BRAVERMAN, 1981). Para Braverman (1981, p. 343),

uma vez que a autoridade e a perícia das camadas médias na empresa capitalista representam uma inevitável delegação de responsabilidade, a posição desses trabalhadores pode ser julgada melhor por sua relação com o poder e a riqueza que os comandam de cima, e com a massa de trabalho sob eles que eles por sua vez ajudam a controlar, comandar e organizar.

Os relatos de Honestino, Demerval, Cassimiro, Lopo (2015) e do líder sindical local, evidenciam que a ascensão profissional dentro dos estaleiros locais ultrapassa os critérios de assiduidade, comprometimento, dedicação e cumprimento de metas, como apregoam os livros de Administração e os discursos dos empresários. Na indústria naval riograndina, “as relações pessoais são muito mais importantes para seleção de promoções do que competência” (LOPO, 2015, p. 81). Questionado sobre a forma mais usual de ingresso na indústria naval, Benedito relata que a maioria das contratações é através de contatos pessoais. Para ele “muita gente manda currículo, mas para ser selecionado tem que ter algum conhecido [dentro da empresa contratante]”. Zuleika explícita, sem meias palavras, a importância das relações pessoais na indicação para emprego, promoções e a proteção que elas oferecem nos momentos de demissão. Para ela, é

um RH completo de mulheres de supervisores. Supervisores ganham bem e aí botam para a rua a mulher que estava lá [trabalhando] no banheiro para conter despesas. Então bota a mulher do chefe que está lá. Ela não precisa tanto, pode até ser

qualificada, ter um curso e tal, mas tem um monte de gente na fila com curso precisando trabalhar e eles priorizam elas ficarem lá dentro.

Ali no dique mesmo, eu tinha um supervisor que [...] tem uma filha lá que é secretária de área, um genro que é montador. A filha é do SMS²⁰ e quando houve a limpa no SMS, foi todas as mulheres que eram donas de casa, que eram separadas, que elas que cuidavam da casa, e a menina ficou lá. A outra que trabalhava com ela [...] foi para a rua chorando, e a filha do supervisor ficou.

Embasando-se no argumento de Braverman (1981) sobre as camadas médias do emprego, é possível compreender a escolha de encarregados e supervisores da forma como é feita nos estaleiros locais, isto é, por sua relação com quem lhes é superior, uma vez que geralmente os ocupantes desses cargos vêm por indicação de superiores que já trabalharam com eles em outras obras, como relata Honestino: “uma pessoa que era supervisor [...] já tinha a equipe dele, já trazia aqueles caras para trabalhar com ele”. Também é possível compreender a escolha em relação à massa de trabalhadores a ser comandada, pois como a indústria naval era nova em Rio Grande, os trabalhadores ali contratados, admitiriam a forma como as atividades e o comportamento dentro da indústria naval seriam organizados e determinados pelos estaleiros sem discuti-los.

Há também outro fator atrelado às dificuldades na hora de receber uma promoção, mesmo que dentro do cargo que ocupe, relatado por Zuleika: uma espécie de perseguição. Ela relata que depois que passou a integrar a CIPA, “as promoções para mim nunca vieram”. A trabalhadora afirma que ter visto “muitas outras meninas que estavam comigo já subirem [de nível salarial] e eu não”. Além da participação na CIPA, Zuleika relata que a participação ativa nas mobilizações realizadas pelo sindicato local e a coragem de falar o que pensa nas reuniões para as quais era chamada pela empresa também contribuíram para aumentar a discriminação que sofre dentro do estaleiro.

A perseguição da empresa à Zuleika fica evidente quando ela relata que, impossibilitados de demiti-la, a direção do estaleiro a colocou

em todos os setores da empresa que tu podes imaginar que tivesse eu fui. Eu era da oficina com o robô, aí eu discuti porque não vinha minha promoção, aí eles me mandaram para todos os setores, conheci todos os setores da empresa. Só setores horríveis, [...] sabe? Exposta no sol, na chuva, [...] varrer, era o que davam.

Ela relata também ser sempre escolhida “aleatoriamente” para qualquer procedimento de inspeção realizado pela empresa.

E eu [sou] visada sempre. Tudo o que tem uma lei eu tenho que estar sempre dentro dessa lei. Qualquer outro pode sair de dentro dessa lei que a empresa põe, mas eu

²⁰ SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

não. Ninguém pode usar adorno, se eu for vista com um brinco, eu sou punida. Nunca fui, mas eles vêm sempre em mim quando tem uma blitz. Tem sempre que revistarem, é a mim que eles vão.

“Aleatoriamente”, a senhora é sempre a escolhida?

É eu. É eu, sempre.

A prevalência dos “peixes” e das relações pessoais na hora de conseguir um emprego ou uma promoção dentro dos estaleiros locais denota a postura adotada por eles nos momentos de contratação e promoção de trabalhadores. Esta postura está atrelada ao fato de que o capitalismo criou uma sociedade na qual cada indivíduo consulta somente seus próprios interesses (BRAVERMAN, 1981), desconsiderando assim os interesses de seus pares, adotando posturas e tomando decisões questionáveis quando analisadas de maneira coletiva, mas que se mostram plausíveis na luta constante que cada trabalhador trava diariamente por sua sobrevivência.

O intenso ritmo do processo de acumulação do capital em setores como a indústria naval abre espaço para que trabalhadores sejam alavancados a cargos em níveis hierárquicos maiores e mais rapidamente do que comumente aconteceria em indústrias menores. Entretanto, essa tendência mascara

o rebaixamento de toda a classe trabalhadora a níveis inferiores de especialidade e funções, ao abrir caminho para o avanço de alguns trabalhadores nas indústrias em rápida expansão, juntamente com exigências cada vez menores de capacitação dos candidatos, onde grandes massas de trabalhadores são admitidas ao trabalho pela primeira vez nos processos industriais (BRAVERMAN, 1981, p. 116).

Nesse contexto, os trabalhadores tem a produção de sua vida limitada pelos mecanismos de acumulação do capital. Tratados como brinquedos que o capitalista, assim como uma criança preguiçosa, elege como seus favoritos os mais fáceis de manusear e relega à sarjeta os que lhe são mais desafiadores, os trabalhadores ficam presos ao medo de perder seu emprego, às pressões por produção e os consequentes acidentes de trabalho provocados por ela e a um tratamento hostil e segregador por parte de seus empregadores.

As falas também denotam a hostilidade às formas de degeneração do trabalho que se escondem debaixo da aparente habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção, esta “corrente subterrânea que abre caminho até a superfície quando as condições de emprego permitem” (BRAVERMAN, 1981, p. 133). Entretanto, essa hostilidade ainda está limitada à cobrança das condições legais mínimas para o trabalho e os trabalhadores continuam a buscar a liberdade na forma de servidão (LUKÁCS, 2012b). A liberdade é o desejo de transformar a realidade concreta a partir de uma decisão tomada concretamente frente à existência de diferentes possibilidades concretas (LUKÁCS, 2012a). O trabalhador, cuja consciência é

submetida à reificação que surge das formas mercantis (LUKÁCS, 2012b), e não reconhece a essência de seu próprio trabalho, abstraído no produto dele, tende cada vez mais a imbricar-se na servidão ao capitalista, ao invés de dar um passo em direção ao rompimento da ordem vigente, em cada uma de suas reivindicações.

4.2.3 A saudade da família e os amigos do “trecho”

O cotidiano dos trabalhadores migrantes é marcado pela saudade da família que as folgas de campo²¹ ajudam a amenizar. Perguntados sobre suas famílias, os trabalhadores Epaminondas, Sebastião, Severino e Custódio demonstraram muita emoção, saudades e preocupação. Para Sebastião, casado e com uma filha pequena, “a maioria suporta isso aqui pela família”.

Embora a incômoda distância, os trabalhadores optam por não levarem suas famílias para os lugares onde trabalharam, pois além delas terem seus vínculos sociais nas suas cidades de origem, a forma como a indústria naval opera – através de projetos – gera grande insegurança em relação ao tempo em que permanecerão empregados nos diferentes lugares por onde passam. O próprio Sebastião relata que precisa de sua família onde ela está, pois sua mãe necessita de constantes cuidados e, “se eu trouxer a minha família para cá, se resumindo a minha esposa e minha filha, posso receber uma notícia que eu não espero e sei que um dia vou ter, mas eu não espero”. Epaminondas também vem passando por momentos de grande angústia devido à saúde de familiares. Durante a realização da entrevista, seu filho encontrava-se internado em um hospital na cidade de Porto Alegre.

Severino e Custódio, ambos solteiros, também relatam suas angústias e as situações em que se sentiram impotentes por não estarem perto na hora em que seus familiares mais precisaram. Severino, cujo pai sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC), relatou o sentimento de impotência que, nessas horas, parece dominar os trabalhadores “trecheros”: “ter um pai e na hora que ele precisa você não estar lá é bem difícil. Graças a Deus não teve sequelas, não teve nada de grave. [...] É bem difícil essa profissão da gente”. Custódio divide esse sentimento com Severino ao relatar a perda de sua tia: “a minha tia morreu e você perde praticamente a noção de tempo e espaço, porque você tá longe e não pode ir lá... Quando tá longe é complicado”.

²¹ Em intervalos regulares de tempo, os trabalhadores tem direito de passar uma semana na sua cidade natal, junto de seus familiares, tendo a viagem paga pela empresa contratante

A saudade também é forte nos que ficam em casa, como no caso da filha de Epaminondas que, segundo ele, quando estava no trecho, “ela dormia com duas, três camisas minhas, agarrada”. No dia a dia dessas famílias cujos pais, no caso dos trabalhadores casados como Epaminondas e Sebastião, são retirados do convívio devido a necessidade de encontrar trabalho, as esposas se tornam a peça central, e solitária, que mantém as coisas em ordem e a vida familiar em harmonia, como relata Epaminondas:

Estoura tudo nas costas... Acho que de todo mundo que trabalha comigo... A esposa do cara é [...] mulher e homem em casa. Porque a minha, tá lá com ele, vai ficar 5 dias lá, 24 horas, tem que ter um acompanhamento 24 horas com ele. [...] Então, a gente sofre em casa, os filhos sofrem e as nossas esposas sofrem muito mais ainda porque elas são a mulher e o homem em casa.

A família é uma das formas fenomênicas de conduta da vida e, assim como outras dessas formas, emerge do trabalho (LUKÁCS, 2012a). A maneira como o ser social foi se constituindo ao longo do tempo pelo trabalho possibilitou que as pessoas que se unissem umas às outras formando famílias. A relação dialética entre ser e práxis social foi se reconfigurando e o que une as pessoas, também pode as afastar, devido à necessidade do sujeito em suprir suas carências materiais (LUKÁCS, 2009).

Precisando circular pelo país à procura de trabalho e de remunerações que garantam, mesmo que minimamente, sua reprodução os trabalhadores são obrigados a abandonarem o convívio de suas famílias. Esse afastamento da família se revela como um refinamento da superexploração do trabalho tratada por Marini (1973a), uma vez que é negado ao trabalhador o convívio com aqueles que lhe são mais próximos, para que possa lhes garantir o necessário à manutenção da vida.

Há, entretanto, um aspecto bastante interessante na vida desses trabalhadores que é a construção de fortes laços de amizade e de solidariedade entre eles. Sobre os vínculos construídos no “trecho”, Epaminondas descreve que

é o que a gente sempre diz: é uma segunda família que a gente tem. Quer queira quer não, a gente vive quase 24 horas com aquelas pessoas. Hoje no meu quarto é só um, no dele tem mais dois, três, mas é uma segunda família que a gente tem, é um ciclo de amizades que fica para sempre. O gostoso disso aí é daqui a cinco seis anos eu vou me encontrar com ele em São Paulo, eu vou me encontrar com ele na Bahia, tanto com ele, como com ele, com ele e em outros lugares. Daí a gente naquele negócio assim: te conheço de onde? De tal lugar. É uma segunda família que a gente forma.

Essa segunda família composta pelos colegas de trabalho e de alojamento, que é formada no “trecho”, na opinião dos trabalhadores, exige muita flexibilidade, paciência e serenidade para um convívio harmonioso e tranquilo, mas também traz boas amizades e

valiosas experiências de solidariedade. Dividindo quartos com mais três ou quatro colegas de trabalho, Custódio afirma que, “você é obrigado a ser flexível ao temperamento de cada um. [...] Se você não é uma pessoa pacífica você é obrigado a ser porque cada um tem seu temperamento. Você tem que ser flexível”.

Ainda sobre esta segunda família, Epaminondas acrescenta, com certa dose de bom humor, que “o que a gente sempre comenta entre o peão é que no ‘trecho’ tu não pode dever para ninguém. Tu deveu pra um, daqui três, quatro anos tu encontra com ele”. A fala de Epaminondas é confirmada por Severino ao afirmar que as amizades feitas no “trecho” “são amizades para a vida toda”. Sobre os reencontros, Sebastião relata que “trabalhava com um encarregado que encontrou um montador depois de 15 anos. Reencontrou e trabalharam juntos só que o mais moço como encarregado e o mais velho como profissional dele”.

Custódio afirma que nos momentos de saudade e angústia, “é aí que vem as amizades, digamos assim, a segunda família da gente, aquela pessoa que, aqui, dá apoio”. “Pela solidão que dá, porque tu acaba vivendo uma vida só, e tu vai te aproximando de pessoas que tu tem mais afinidade e aí realmente cria amizades duradouras”, relata Benedito, trabalhador riograndino que iniciou na indústria naval trabalhando fora do RS.

As amizades do “trecho” são como uma espécie de compensação proporcionada pelo trabalho à distância dos familiares. Essas amizades, que aplacam as saudades dos familiares, surgem como uma compensação ao refinamento da superexploração do trabalho. Assim como a família, as amizades, outra forma fenomênica de conduta da vida, emergem do trabalho e é por ele que as experiências concretas relatadas pelos entrevistados nesta seção e na seção a seguir se tornaram possíveis.

4.2.4 O cotidiano nos alojamentos

Ao final de sua jornada de trabalho diária, os trabalhadores migrantes se encaminham aos alojamentos disponibilizados pelas empresas que os contrataram, onde cada trabalhador divide quarto com até três colegas. A situação precária de alguns alojamentos alugados por empresas na cidade foi demonstrada no Capítulo 3. O descumprimento das normas técnicas de segurança ligadas aos serviços oferecidos nesses estabelecimentos, bem como outros problemas apresentados pelos moradores desses alojamentos levou a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Infraestrutura e Meio Ambiente, da Câmara de Vereadores local, a criar um grupo de trabalho especializado em moradias e alojamentos (LOPO, 2015). Em consequência deste grupo de trabalho, surgiu em Rio Grande uma Associação dos Proprietários de

Alojamentos com o intuito “de organizar o movimento crescente e cada vez mais ‘desordeiro’ dos alojamentos que cresciam na cidade” (LOPO, 2015, p. 85).

Mas os problemas ligados à vida nos alojamentos não ficam somente nas questões estruturais. Em parte provocados por elas, agravados pela distância de familiares e amigos, o convívio diário entre trabalhadores de diferentes regiões leva a constantes tensões. Embora o alojamento onde as entrevistas foram realizadas cumprisse todas as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, e apresentasse condições de higiene e segurança adequadas para receber os trabalhadores ali alojados, tensões ligadas à diferenças pessoais e culturais são comuns, sobretudo durante o período em que o local estava com sua capacidade máxima ocupada: 320 trabalhadores.

Para Sebastião, o local onde a entrevista foi realizada “tem uma estrutura de hotel, uma coisa já bem melhorada, mas é um caso a parte, porque a empresa não tem uma área dela mesma”. Sobre o padrão dos alojamentos encontrados no “trecho”, o próprio Sebastião afirma que

a maioria das empresas onde eu passei, elas tinham alojamento, mas eu não sei se tu já chegou a ver, alojamento estruturado no padrão de empresa mesmo, a gente só tem onde é a QGI agora. O padrão de alojamento onde a gente chega é aquele ali, feito de madeirite, nada fixo.

Ainda sobre os alojamentos encontrados no “trecho”, as experiências relatadas por Epaminondas demonstram experiências mais duras que as vividas por Sebastião.

Não mesmo, já teve alojamento que era dentro de container. Nós ficamos dentro de um container. Cheguei uma vez numa empresa aqui no RS, numa fumageira... Tá, tem serviço numa empresa de cigarro para fazer manutenção... A gente chegou e tá, “vou levar vocês para o alojamento”... O alojamento era aqui, do outro lado da parede, parede de madeira com umas frestas “deste tamanho”, e do outro lado a gente estava vendo vaca, cavalo, galinha, tudo. Daí eu disse: “Não, aqui eu não fico. Vou embora agora”. Porque tem que ser uma coisa igual ou melhor que a minha casa. Não vou sair da minha casa para dormir dentro da estrebaria. “Não, mas amanhã eu resolvo” [fala do empregador]. “Não, resolve hoje ou nós vamos embora”! Acabamos todo mundo indo embora, perdemos dinheiro de gasolina e tudo, mas como é que eu vou dormir?

Foi possível perceber na fala dos trabalhadores migrantes mais jovens, como no caso de Sebastião, maior conformidade com as condições dos alojamentos oferecidos pelas empresas nas quais passaram em suas breves carreiras. Expressões como “isso é comum”, “acontece em tudo que é lugar”, entre outras desse tipo são recorrentes nas conversas o que denota a forma como a reificação penetra na consciência dos trabalhadores de modo tão profundo que as leis da produção capitalista passam a ser percebidas como naturais. Na fala dos trabalhadores mais experientes, é possível perceber menor tolerância àquilo que lhes é

abusivo, muito embora esta intolerância esteja, aparentemente, relacionada apenas à realidade imediata que, segundo Lukács (2012b), é reificada. A luta é justa e busca restituir ao trabalhador um pouco da dignidade e dos direitos que o processo de acumulação do capital lhe tirou, mas seu trabalho continua sendo algo que lhe é independente e domina-o por leis completamente estranhas ao trabalhador (LUKÁCS, 2012b). Severino acredita que, no “trecho”, “se você não lutar por alguma coisa, nada você vai conseguir”. Mas a luta dos trabalhadores ainda está longe de ser em direção ao passo decisivo para a dissolução da ordem mundial vigente, como é possível verificar na fala do Epaminondas,

é que as vezes a gente vai para alguns lugares que tem “peão” que se conforma com aquilo ali, mas tem quem não. Aí tu te une e vai a luta por melhor alimentação, a própria cama, porque as vezes tu chega no alojamento e é aqueles colchões é o que a gente diz “tomara que caia”, da espessura desse telefone [celular], [...] tomara que amanheça. Porque dessa espessura, tu sentes as tábuas tudo.

No período de elevado índice de produção dos estaleiros, os alojamentos e folgas de campo para os trabalhadores migrantes, hoje direitos garantidos em convenção coletiva, eram pagos integralmente pelas empresas contratantes. Abelardo, representante de uma empresa que prestou serviços terceirizados em diversas obras no polo naval de Rio Grande, assegura que os trabalhadores tinham alojamento garantido

todo o tempo. Ele chegava aqui, nem é tempo de contrato cara, é desde o momento que ele pisou em Rio Grande. Por quê? Porque mesmo [...] antes de assinar o contrato, aquele período de exame e tal, ele tinha que ter onde morar e onde comer. Então a gente pagava tudo, desde a parte do ônibus, parte de alimentação, moradia.

Embora todos os trabalhadores contratados tivessem moradia, esta variava de acordo com o nível hierárquico ocupado por eles, reprisando a postura adotada pela Rheingantz no começo do século XX. Abelardo não esconde essa questão: “É assim, para a parte de supervisão e encarregado que vinham de fora eram apartamentos que a gente alugava e ficavam dois por apartamento. E para a parte de mão de obra mesmo assim mais operacional, a gente tinha alojamento”.

Após o começo das investigações da Operação Lava Jato, envolvendo empresas ligadas aos estaleiros riograndinos, uma nova atitude quanto à contratação de trabalhadores passou a ser adotada: a contratação apenas de trabalhadores que comprovem residir em Rio Grande. As empresas tem adotado essa prática como medida para a redução de custos com os trabalhadores. Como alojamento e folgas de campo são garantidas em dissídio coletivo àqueles que vêm de outras regiões, as empresas encontraram alternativa de se esquivarem do pagamento desses direitos aos trabalhadores migrantes.

Sobre esta prática, Abelardo argumenta que “a gente pede que seja endereço de Rio Grande, até para não ter esse custo, que é um custo alto pra caramba. Se tu trazer o cara, o cara tem que ter moradia, e moradia não é só alojamento, é comida, é bebida, é tudo”. Demerval confirma a intenção das empresas em não pagar os direitos adquiridos alegando o fato de estar somente contratando pessoas daqui. Ele relata ainda que, na luta por um emprego, uma vez que o polo naval de Rio Grande é o único que está gerando algum emprego atualmente no país, “os caras [trabalhadores] fazem malandragem. O cara pega o endereço de uma pessoa que é residente aqui e vai lá e diz que ele é morador daqui”. Entretanto, essa “malandragem” tem como consequência para o trabalhador, o que já foi previamente anunciado: “aí a empresa não paga isso [folgas de campo, alojamento, etc.], porque tu assinou teu contrato dizendo que tu era daqui. A empresa não te paga nada desses benefícios que tem aí e que tinha que pagar”.

O entrevistado deixa claro em sua fala que não há intenção por parte das empresas em verificar se os endereços apresentados pelos trabalhadores na hora da contratação, realmente conferem. Para Demerval, se “tu pegar um RH, e pegar a fundo mesmo para achar, eles acham. Eles tem ali uma residência morando 50 pessoas, 100 pessoas numa casa, porque os caras copiam um do outro”.

A prática de reduzir os custos com alojamento é confirmado pelos trabalhadores migrantes entrevistados. Nos contratos que assinaram estavam estipulados o número de folgas de campo e o tempo de alojamento pagos pela empresa. Passado esse tempo, viagens para casa e local para morar seriam responsabilidade dos trabalhadores. Epaminondas relata que o alojamento

foi custeado pela empresa, mas no próprio contrato que a gente assinou dizia que era 18 meses de alojamento e 5 folgas de campo, que é uma semana que a gente tem para ficar em casa. O nosso alojamento, o meu, terminaria agora 08 de dezembro. Aí, em outubro, eles contaram os dias que faltavam de alojamento e nos ressarciram em dinheiro. E a gente tá pagando agora, com o dinheiro que era da empresa [...]. Aí quando terminar vai ser do nosso bolso mesmo, se a gente quiser continuar.

A decisão adotada pelos estaleiros locais e empresas por eles terceirizadas de contratar somente trabalhadores “locais” tem como intuito garantir que a massa de mais-valia produzida não sofra redução. Essa atitude, em uma leitura embasada em Marx (2014), retira (como os trabalhadores precisam comprovar que possuem endereço fixo em Rio Grande, a necessidade de alojamentos ou folgas de campo desaparece), ou restringe como evidenciado na fala de Epaminondas, o direito ao alojamento e as folgas de campo dos trabalhadores migrantes, reduzindo o valor necessário à manutenção da força de trabalho, diminuindo assim

o tempo de trabalho necessário para que esta produza o seu valor equivalente. Esta atitude leva ao incremento da mais-valia relativa, tornando-a o eixo de acumulação principal, dependendo simplesmente da exploração do trabalhador, que por sua vez conduz à superexploração do trabalho (MARINI, 1973a).

O valor da força de trabalho é definido em termos físicos, meios necessários à subsistência, e histórico-sociais, ligado ao padrão de vida tradicional em cada país (MARX, 2006). Com os avanços das forças produtivas e, conseqüentemente, das necessidades humanas, o valor da força de trabalho tende a elevar-se, sobretudo em função de seus determinantes histórico-sociais. As necessidades básicas dos trabalhadores do fim do século XIX e início do século XX não as mesmas existentes hoje (OSÓRIO, 2012). “Poder contar com um rádio, um refrigerador, uma televisão ou um celular, por exemplo, é uma necessidade social tão substantiva em nosso tempo quanto poder com pão (ou *tortillas*), leite ou feijão” (OSÓRIO, 2012, s/p).

Devido à práxis, o social se forma em uma multiplicidade cada vez mais variada (LUKÁCS, 2010). As sucessivas ações realizadas pelo ser social em seu trabalho e as cadeias causais por eles postas em movimento fluem gradativamente à complexificação da vida, impondo ao ser novas necessidades, novos produtos capazes de satisfazê-las e novas formas de execução do próprio trabalho (LUKÁCS, 2010). Em busca de atendimento a estas necessidades que muitos trabalhadores transitam ao longo do país em busca de melhores empregos e salários, como afirmado por Epaminondas. Tomando como referência o conceito de superexploração do trabalho (MARINI, 1973a), os dados coletados permitem relacioná-lo à privação do direito à moradia e a impossibilidade de estar com sua família regularmente.

No convívio diário dos trabalhadores nos alojamentos, pequenas situações que parecem pontuais para quem observa de longe, como o volume e a programação de televisão, a luz acesa ou apagada, a demora no banho e hábitos culturais como o tipo de música transformam-se em fatores determinantes da escolha do companheiro de quarto e mesmo de conflitos que podem levar a graves tragédias, como será possível verificar. Entretanto, afóra estas questões, há um aspecto fundamental que preocupa os trabalhadores: a confiança nos colegas de quarto. Sobre isso, Sebastião descreve como ocorre a “formação dos grupos” para ocuparem os quartos dos alojamentos ou hotéis para onde são encaminhados quando chegam às cidades onde trabalharão.

Você tem que confiar na pessoa que às vezes você conhece hoje. Tu é obrigado a confiar. Quando eu cheguei, cheguei eu e o... Entramos no ônibus... De repente tu faz uma amizade sabendo que vai pro mesmo lugar, chega lá já tá fechado, vamos morar junto... A maioria é assim, chega num hotel para se apresentar, que não é sempre que vai para alojamento [...]. Chega no hotel, já forma o grupo dali. Quando

eu cheguei aqui, conheci o amigo dentro do ônibus, e a gente desembarcou e “vamos morar nós dois?”, somos da mesma cidade e tal, a gente vai se dar bem, a gente curte a mesma coisa. Tenho o mesmo gosto do cara e graças a Deus a gente se dá bem até hoje. Hoje é meu amigo particular. Nos separamos e tal, mas a amizade sempre ficou. Foi uma amizade que deu certo.

A aproximação entre os trabalhadores e os vínculos formados a partir daí são possíveis graças ao trabalho, pois é a partir dele que emergem as formas fenomênicas de conduta de vida (LUKÁCS, 2012a). As semelhanças e diferenças que fazem os trabalhadores se aproximarem, como na fala de Sebastião, ou se afastarem e levarem até mesmo a graves divergências são frutos de sucessivas ações individuais, com distintas finalidades, realizadas ao longo da história. As divisões dos quartos são feitas, como relatado, de acordo com características como gosto, cidade natal, entre outras, evidenciando as unidades menores da totalidade humana em que os seres se reconhecem, como apontou Lukács (2010) em sua análise sobre a ontologia do ser social.

No momento em que os trabalhadores abordaram a questão da confiança, houve um rompimento com os meros aspectos do cotidiano e da simples convivência e um ponto muito mais delicado da vida de “trecho” que estes trabalhadores levam emergiu: a exposição de sua intimidade a uma pessoa até então estranha e a consequente posição vulnerável em que estes se encontram. Até onde foi possível perceber ao longo da entrevista, embora na fala não tenha sido claramente explicitado, pelos gestos, atitudes e olhares, há uma constante preocupação com essa exposição a um estranho, conforme o relato do Sebastião. Há o receio de que ocorram pequenos furtos nos quartos, pois como os trabalhadores alojados em um mesmo quarto, ou casa, nem sempre trabalham na mesma equipe no estaleiro, geralmente as folgas e horários de trabalho são diferentes.

Em uma leitura embasada em Marx (2014), situações como estas dão aos melhores alojamentos a aparência de grandes almoxarifados humanos onde o capitalista guarda as mercadorias por ele adquiridas, pois sob o modo capitalista de produção o trabalhador vende ao capitalista sua força de trabalho em troca de uma remuneração transformando-a em mercadoria, e que utiliza para a realização do processo de trabalho e a produção de mercadorias. Da mesma forma como ocorre com as peças, os trabalhadores são catalogados por seus hábitos, locais de origem, entre outras características, para que não causem transtornos àquele que os contratou. Assim como armazena máquinas, ferramentas, uniformes e os mais diversos equipamentos nos almoxarifados dos grandes estaleiros, o capitalista armazena força de trabalho nos alojamentos espalhados pela cidade.

Esse entendimento do trabalhador como recurso produtivo, como uma mercadoria semelhante a qualquer outra adquirida pelo capitalista se mostra muito claro no discurso apresentado pelas empresas quando o assunto toca na rotina dos alojamentos. Apesar do discurso de cuidado e responsabilidade com o trabalhador trazido a Rio Grande, há um peso diferente quanto aos problemas vividos nos alojamentos. É nítido o peso dos aspectos estruturais dos alojamentos na percepção de Abelardo, que enaltece:

Eu cuidava só disso aí, da estrutura que a gente fornecia para os colaboradores. Para os caras poderem render lá dentro da obra, depois. [...] A gente tinha tudo: tinha câmara de segurança, tinha bebedor, cama era beliche, eram dois beliches, quatro pessoas por quarto, banheiro com acessibilidade e tudo.

Os problemas de convívio relatados de forma intensa pelos trabalhadores, para ele são “coisas menores”, como é possível verificar ao longo de sua fala: “Nunca tive nenhum registro assim, mais grave. Claro, desentendimentos porque o cara dorme de cueca e o outro dorme de calça, mas nada... Nunca teve não. Bem normal”. O exemplo do uso da roupa de dormir denota uma preocupação menor com as questões ligadas ao convívio e a necessidade de assistência social e psicológica para os trabalhadores. O objetivo parece bem claro: garantir que os trabalhadores se comportem dentro das expectativas da empresa (havia uma cartilha de comportamento entregue aos trabalhadores alojados pela empresa), assim como proporcionar algum conforto para não afetar sua produção no canteiro de obras.

As diferenças e as dificuldades do convívio diário, relegadas ao segundo plano pelas empresas, levam muitas vezes a graves consequências. Embora o clima entre os trabalhadores migrantes entrevistados fosse bom e positivo, nos alojamentos, às vezes, a tensão é constante e pode acabar em tragédia como ocorreu em um dos muitos alojamentos espalhados pela cidade. Em julho de 2014, um trabalhador foi morto e dois ficaram feridos após uma briga ocorrida em um alojamento localizado na Vila da Quinta – distrito de Rio Grande (POLL, 2014). O trabalhador foi morto com diversas facadas na cabeça, no tórax e no abdômen por outros dois ocupantes do mesmo alojamento em uma briga motivada por bebida alcoólica (POLL e TORALLES, 2014).

Em entrevista realizada com a Pastoral do Imigrante, a religiosa responsável pelo trabalho de acompanhamento dos migrantes realizado à época conta que naquele local havia grandes grupos de trabalhadores que, além das constantes mudanças dos ocupantes provocadas pelo ir e vir da indústria naval, eram simplesmente deixados lá. Não existia, segundo o relato, uma organização mais adequada dos quartos. Após o ocorrido, a empresa interviu no local readequando-o para evitar novas tragédias. Vale destacar que tal atitude

deveria ter sido tomada no momento da decisão de utilizar o local como alojamento para seus trabalhadores. À semelhança do que foi argumentado por Marx (2014) e, posteriormente, retomado por Braverman (1981), este caso reforça a condição de recurso produtivo, de mercadoria, do trabalhador para os grandes estaleiros locais que armazenam esse recurso como coisa sua desprovida de qualquer estrutura de consciência, diferindo das máquinas e ferramentas não de modo qualitativo, mas de modo puramente quantitativo.

4.2.5 As lutas dos trabalhadores

As lutas dos trabalhadores em defesa de seus direitos, algumas das quais foram relatadas no capítulo 1, capitaneadas pelo sindicato local, são frequentes neste breve período de ascensão e crise da indústria naval em Rio Grande. Foram obtidas diversas conquistas tanto ao longo das negociações dos dissídios coletivos entre líderes sindicais e empresarias, quanto nas manifestações realizadas em frente aos portões dos estaleiros e em outros pontos da cidade. Entretanto, estas conquistas obtidas nos choques frequentes entre capitalistas e trabalhadores são muito efêmeras. Para Marx e Engels (1999) o resultado verdadeiro das lutas travadas pelos trabalhadores é sua união cada vez mais ampla, superando a própria concorrência que fazem entre si na luta pela sobrevivência, que muitas vezes acaba por desarticulá-los como classe.

Embora efêmeras frente à união mais ampla dos trabalhadores defendida por Marx e Engels (1999) e diante da exploração que lhes é imposta pelo capital, estas conquistas são importantes. Nas negociações do dissídio coletivo de 2013 foram conquistados aumento no valor do vale-refeição, paridade nas horas extras realizadas aos sábados e aos domingos, auxílio-creche, cinco dias de folga de campo para os trabalhadores migrantes a cada 90 dias de trabalho, com todas as despesas de deslocamento custeadas pela empresa contratante, além de ajuda de custo para essas viagens (ZIEBELL, 2013a). Naquele mesmo ano, durante a construção da plataforma P-58, houve manifestação devido às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores das empresas terceirizadas contratadas pela CQG Construções *Offshore* que não estavam recebendo o pagamento de seus salários (ZIEBELL, 2013b). Como de costume, houve um “jogo de empurra-empurra” onde as empresas culpam umas às outras pelo problema, sem que a situação do trabalhador seja adequadamente resolvida.

No começo de 2014, foi iniciada uma greve por melhores condições de trabalho dentre outras exigências que contabilizavam uma pauta de reivindicações com mais de 65 itens, tais como: constar na carteira de trabalho o nível em que o trabalhador está sendo

contratado, programa de promoções para encarregados e abono dos dias de greve (RODRIGUES, 2014). Naquele mesmo ano tiveram início as investigações da Operação Lava Jato e a conseqüente crise na indústria naval, devido ao envolvimento de diretores da Petrobrás, principal contratante das obras nos estaleiros, e dirigentes de grandes empreiteiras em esquemas de lavagem de dinheiro e corrupção.

Marcado por demissões, recessão e incertezas, o ano de 2015 foi repleto de manifestações como foi demonstrado no capítulo 1. Em um dos momentos mais tensos do ano, quando um impasse entre QGI e Petrobrás colocou em dúvida a realização da integração das plataformas P-75 e P-77, já confirmadas para serem executadas em Rio Grande, o presidente do STIMMERG amarrou-se junto aos portões da QGI à espera de uma definição sobre a situação das plataformas. O líder sindical permaneceu amarrado durante uma semana aos portões da empresa. Após esta semana, uma caravana com cinco ônibus lotados de trabalhadores deixou a cidade em direção ao Rio de Janeiro, onde um acampamento foi montado em frente à sede da Petrobrás (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015).

Esse movimento contou com a participação de diversos segmentos articulados com a Prefeitura Municipal do Rio Grande. Inicialmente acompanhando as tratativas entre QGI e Petrobrás como simples expectador, o Prefeito afirma que diante do cenário adverso provocado pelos entraves nos projetos das plataformas e o iminente rompimento do contrato,

nós começamos a fazer todo um processo de mobilização envolvendo visitas tanto em Brasília quanto no próprio Rio de Janeiro na tentativa de que houvesse uma reaproximação, uma reabertura de diálogo entre as partes, diálogo esse que havia sido rompido, pelo que representa a importância desses projetos para a cidade e pelos impactos sociais que trás um estaleiro fechado.

Após estes momentos turbulentos, houve a confirmação da realização de parte das obras das plataformas P-75 e P-77 em Rio Grande e parte em um estaleiro chinês. O fato trouxe à comunidade riograndina certo alívio e a expectativa de geração de novos postos de trabalho ao menos nos próximos dois anos e meio, que é prazo estimado para a realização das obras contratadas.

As manifestações realizadas em Rio Grande ao longo de 2015, como a paralisação em protesto contra a falta de pagamento das rescisões de trabalhadores demitidos, o ato em defesa do polo naval e outra paralisação em protesto a atrasos nos pagamentos de 13º salário, contaram com a participação de um número significativo de trabalhadores. Esses atos evidenciaram a atitude contemplativa de muitos trabalhadores frente à luta por seus direitos,

assim como a hostilidade dos trabalhadores as degenerações provocadas no trabalho pelo modo capitalista de produção.

Este extenso relato sobre as manifestações, e o que elas objetivavam, neste breve período de ascensão e crise da indústria naval em Rio Grande orbita nas questões empregatícias e salariais. A luta dos trabalhadores ainda está longe de ser em direção ao passo decisivo para a dissolução da ordem mundial, momento em que “a consciência do proletariado despertará para a consciência do próprio processo” e os trabalhadores surgirão como sujeito-objeto de sua própria história, transformando a realidade a partir de sua práxis (LUKÁCS, 2012b, p. 391). Mas, as condições materiais objetivas ainda são muito débeis para que este momento se concretize.

Sob o jugo do capital, o trabalhador vende a força de trabalho em troca da própria sobrevivência. Nesse cenário, a sua atividade vital, isto é, o trabalho, transforma-se em um simples meio para que possa viver, sendo considerado um sacrifício e não parte fundamental de sua vida (MARX, 2006). Para garantir que seu salário lhe assegure o necessário, o trabalhador intensifica sua produção, fazendo concorrência com seus colegas trabalhadores e à medida que aumenta a concorrência entre os próprios trabalhadores, diminuem os valores pagos, ou seja, quanto mais trabalhar, menos mais receber (MARX, 2006).

O valor da força de trabalho é definido em termos histórico-sociais visando atender as necessidades do ser social. Com os avanços produtivos e a complexificação das necessidades do ser social, o valor da força de trabalho deve elevar-se. Entretanto, essa ampliação do valor da força de trabalho não encontra seu pagamento adequado, sendo negado ao trabalhador as condições mínimas para reposição de sua força de trabalho pelo cerceamento ao consumo daquilo que lhe é indispensável à sobrevivência (MARINI, 1973a). Sem garantir o básico à sua vida, dificilmente conseguirá superar a atitude contemplativa a que a reificação lhe relegou, acorrentando-se mais e mais ao modelo vigente.

A participação dos trabalhadores nessas manifestações mistura o desejo de melhores condições de trabalho, que impele o sujeito a ir à luta, e o medo de perder seu emprego em um momento de crise do setor, que o leva a participar dos atos, mas não diretamente. Questionados sobre sua participação, “não participei diretamente dos bloqueios” e “sim, não nos bloqueios, mas quando disseram vamos parar [parei]” foram as respostas dadas por Sebastião e Epaminondas. Para conter a participação dos trabalhadores nas manifestações, as empresas encaminharam um documento aos operários, através de suas chefias, pedindo-lhes um “voto de confiança”, como relata Epaminondas:

Eu participei pelos dois lados: como [...] chefia e como [...] “peão”. Porque o meu encarregado estava de férias e eu fiquei no lugar dele. Aí [...] nos chamaram e leram um papel [...] que pedia um voto de confiança, que já era o segundo voto de confiança, eu acho, que eles iam pagar digamos amanhã e o pagamento ia aparecer na segunda-feira que vem, digamos. Pediram um voto de confiança para todo mundo, para nós lermos aquele papel para as nossas equipes. Todo mundo aceitou, o pagamento foi depositado numa sexta, foi adiantado parece dois dias, primeira que eles pediram um voto de confiança, tudo bem. Só que aí depois já pediram um outro voto de confiança e foi nessa última mobilização que deu agora aí... Que aí já era... Voto de confiança não paga o aluguel, nem dá alimento para os meus filhos.

Mesmo contando com um significativo número de trabalhadores, as manifestações, para Severino, demonstram uma divisão entre os operários, motivada por anseios pessoais.

Até nas paralisações você vê, porque aí a gente se divide: aí se divide em pessoal que entra, pessoal da cidade que não quer perder o emprego que já conseguiu, com salário maior, os de fora que entram e que ainda estão em fase de experiência e os que não entram que já tem experiência de “trecho” e que já tem um monte de conhecimento por aí. Ou seja, esse já tá com dois três alinhado para qualquer coisa que se aqui der ruim, já vai...

Para Epaminondas, o motivo pelo qual grande parte dos trabalhadores riograndinos não toma frente nas manifestações se deve aos salários e benefícios proporcionados pelos empregos no polo naval, a estagnação anterior a este ciclo vivida por Rio Grande e ao seu modo mais tranquilo e pacífico de viver.

Os sucessivos pedidos por votos de confiança e as dificuldades encontradas em pagar corretamente os trabalhadores reforçam a fala de Cassimiro, sobre os problemas estruturais e políticos encontrados em um dos estaleiros locais:

Eles incharam, [...] virou um cartel lá dentro: tu é meu primo, eu chamava tu, tu chamava teu irmão, tu chamava teu pai, e juntando famílias ali dentro que ninguém fazia absolutamente nada. Nós chegamos a ver casos ali de um engenheiro que trabalhou três anos ali dentro e nos disse assim: “Eu estou há três anos aqui dentro, eu ganho R\$ 30.000 por mês, eu nunca tive chefe, nunca tive subordinado. Eu venho para cá, cumpro meu horário sentado e ninguém me diz nada. Enquanto tiverem me pagando, aqui estou aqui vou ficar.” Aí nós, numa ameaça de demissão, [...] chamamos a atenção da empresa para isso aí: como que vocês mantêm gente aqui dentro que está porque está? E uma das pessoas que nos recebe lá, que trata com a gente, disse assim: “A gente sabe disso, só que um dos problemas que nós tivemos aqui dentro foi que nas prévias [...] da eleição para presidente, nós recebemos uma ordem da Petrobrás de que tinha que fichar pelo menos mais mil pessoas aqui dentro. E ninguém nos disse de onde sairia o dinheiro. Mandou fichar e acabou. E isso se acertaria depois. Até agora isso não foi acertado. Esse é um passivo que eu tenho de 1.000 pessoas, responsabilidade da Petrobrás, que eu vou ter que me livrar dele e não sei da onde tirar dinheiro para pagar.”

A situação econômica relatada por Cassimiro desencadeou outra grave violação dos direitos dos trabalhadores: o pagamento parcelado das rescisões de trabalhadores demitidos. Em meados de 2015, pouco mais de 100 trabalhadores demitidos no começo do mesmo ano ainda não haviam recebido o valor integral de suas rescisões. Para solucionar esta situação, o

sindicato local e o Ministério Público do Trabalho acionaram o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para mediar as negociações com a empresa. Sob a alegação do estaleiro de falta de recursos para realizar o pagamento das rescisões e das futuras demissões que ocorreriam ao longo de 2015, o juiz do trabalho, na busca da “solução mais favorável possível” para os trabalhadores, aceitou o parcelamento das indenizações (ÁVILA, 2015, s/p).

Contrário à decisão judicial, o sindicato local recusou-se a fazer a homologação das rescisões que, feitas de forma parcelada, violam o parágrafo 4º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde consta que

o pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro (BRASIL, 2008, s/p).

Sobre esta decisão, Cassimiro relata:

Aí a gente duvidou dessa crise toda. O nosso papel é esse: o cara está te dizendo que o problema dele é financeiro, eu não tenho obrigação [...] de acreditar. O meu lado é o trabalhador... Ele tem que me provar, obrigação deles é me provar isso. Aí [...] a gente provocou o juiz para que ele fizesse isso e o juiz exigiu que eles prestassem contas. E eles apresentaram. E comprovou o que eles vinham dizendo. Foi onde o juiz determinou que todos os assalariados que tivessem que ser demitidos, acima de R\$ 3.000,00 fossem parcelados, abaixo não. Aí nós, enquanto sindicato, colocamos na ata que nós não íamos concordar com isso, pois é um direito sagrado do trabalhador, independente do cargo dele, receber. Nós só iríamos homologar as rescisões que fossem pagas conforme determina a CLT. Aí o juiz determinou que o Ministério do Trabalho fizesse as homologações desses trabalhadores, para que eles não ficassem sem homologação.

Embora fundamentais as lutas e as queixas dos trabalhadores e líderes sindicais locais estão limitadas ao que a organização do trabalho lhes permite. O acúmulo da riqueza nas mãos de poucos só é possível pela formação e acumulação do capital, cuja condição de existência é o trabalho assalariado (MARX e ENGELS, 1999). Este último tem sua origem na venda da força de trabalho pela classe trabalhadora ao capitalista, que mantém os níveis salariais baixos com base na concorrência entre os próprios trabalhadores (MARX, 2006). As lutas relatadas nesta seção buscam manter a classe trabalhadora em sua condição atual, mantendo o trabalho humano como mera abstração. Não há tentativa de reconectar a unidade orgânica do processo de trabalho rompida por sua mecanização e racionalização. Se as lutas continuarem a salvaguardar a posição em que está a classe trabalhadora, aqueles que a compõem continuarão a ter suas vidas produzidas de forma limitada.

O fenômeno da reificação, como defende Lukács (2012b), penetra na consciência dos seres humanos de forma que as leis da produção capitalista tornam-se leis naturais que abarcam as manifestações vitais da sociedade, ficando esta submetida a um processo

econômico e destino movidos por leis uniformes. As lutas por mudanças nas formas dadas, na realidade imediata, são importantes no ordenamento prático das coisas, mas atem-se ao mundo do trabalho tal como ele está posto, submetido ao modo capitalista de produção.

Para que as lutas conduzam a libertação do trabalhador é preciso “romper na prática a estrutura reificada da existência” (LUKÁCS, 2012b, p. 391) e criticar ontologicamente o próprio regime do capital. Enquanto as lutas continuarem desta forma, isto é, no campo das exigências imediatas, a liberdade continuará a ser buscada na forma de servidão (LUKÁCS, 2012b). Somente quando estiverem plenamente conscientes da dinâmica do regime capitalista e reconhecerem-se como sujeitos-objeto da história, a práxis da classe trabalhadora transformará a realidade (LUKÁCS, 2012b). Sem romper com o reificado, a organização do trabalho continuará a organizar formas limitadas de produzir a vida dos trabalhadores.

4.3 COMUNIDADE RIOGRANDINA

Os moradores de Rio Grande convivem há mais de um século com as periódicas transformações provocadas pelos ciclos econômicos. A implementação do polo naval na cidade renovou as esperanças de trabalhadores e empresários por melhores salários, aumento no número de vagas de trabalho e possibilidade de novos negócios. Entretanto, a retração em que o país se encontra, transformou as esperanças em angústia, incertezas e frustrações.

Da mesma forma como a Rheingantz e o Frigorífico Swift, que trouxeram profissionais de outras localidades, junto com a indústria naval em Rio Grande desembarcaram milhares de trabalhadores de outras regiões do país, com o intuito de suprir a necessidade de mão de obra qualificada exigida pelos estaleiros.

Naquele momento predominou o discurso no qual se apregoava que a cidade não oferecia trabalhadores qualificados em número suficiente para a atividade que se iniciava. Embora não existam números oficiais a respeito daqueles que desembarcaram na cidade em busca de emprego, a presença dos trabalhadores migrantes era facilmente percebida em uma simples caminhada pelo centro da cidade, na fila de um supermercado ou restaurante, ou em qualquer outro tipo de evento que fosse realizado na cidade.

A chegada dos trabalhadores migrantes causou um perceptível desconforto na população riograndina. Nas falas dos moradores e dos representantes locais, eram facilmente identificáveis as predefinições estereotipadas desses trabalhadores, “mesmo querendo se filiar ao ‘politicamente correto’ de aceitar o diferente” (LOPO, 2015, p. 82).

Fato interessante e que retrata o estranhamento dos riograndinos em relação aos migrantes e vice-versa, foi o lançamento das músicas “Foge que é baiano”^{22,23}, dos MCs Vatapá e Acarajé, ambos riograndinos, e “Resposta pros Gaúchos”²⁴, do rapper NtUnit (LOPO, 2015). Embora os vídeos não apresentem imagens, exceto uma foto dos compositores, as letras são carregadas de estereótipos, preconceitos e até mesmo certo grau de machismo.

A música produzida pelos MCs riograndinos destaca os hábitos e o modo de vida dos trabalhadores migrantes em tom zombeteiro, como é possível verificar no trecho destacado a seguir:

Na festa eu tóco o terrô, só pique parangolé / reboation na Buarque, lá no Lad's tem mulé / encontrei uma encorpada que só podia por trás / peituda do gogó grande, conheci na Silva Paes. / Eu bebo litrão da "Maíinha" com os mano / Foge que é baiano, foge que é baiano. / Xaveco traveco não to nem "ligano" / Foge que é baiano, foge que é baiano. / Churrasco segunda, vizinho "acordano" / Foge que é baiano, foge que é baiano. / Banda Eva, Araketo, Munhoz & Mariano / Foge que é baiano, foge que é baiano.

A letra da música composta pelo rapper NtUnit traz um apelo mais forte à sexualidade, ao estilo de vida dos “baianos” na cidade, preferência musical e questões ligadas suas à capacidades como trabalhadores.

Mexeu com o estado errado, entrou na contra mão / Se liga nas palavras que eu vou te botar no chão. / [...] Na área que eu trabalho, eu sou profissional / Inveja cresce o olho, começa a passar mal. / O Rio Grande do Sul vamos pra trabalhar / As gaúchas oriçadas começam a nos cantar. / Aqui é nós que tá, chega mais pra cá, senta no meu colo e começa a rebolar. / [...] Dupla de otários, gaúcho vacilão / Só sabe fazer churrasco e chimarrão. / [...] Caldeireiro, inspetor, montador de andaime / Soldador, encarrego, é tudo nós que invade.

Em ambas as músicas é possível verificar, sem entrelinhas, o caráter depreciativo e a rivalidade em relação a baianos e gaúchos. Esse estranhamento também é nitidamente percebido em uma rápida leitura dos comentários feitos nas páginas dos vídeos no site youtube.com. Os comentários vão desde um amontoado de improperios, tanto para um lado quanto para o outro, até frases como “os baianos têm inveja dos gaúchos e então vem fazer essa baderna aki, e vem bagunçar um estado calmo e tranquilo” ou “só falta o baiano não ser folgado abusado debochado e arruaceiro dai dá de conviver”.

²² O termo “baiano”, em Rio Grande, é genericamente usado para definir qualquer pessoa que tenha sotaque de outra região do país, independentemente de sua naturalidade, e de modo mais enérgico para designar os trabalhadores migrantes, que moram nos alojamentos.

²³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=msOEqTW-hA>.

²⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5YQxxiMhM7A>.

Lopo (2015) relata que um dos argumentos encontrados para elucidar essa relação conflituosa entre a população riograndina e os trabalhadores do trecho está ligado às condições dos alojamentos onde estes são recebidos. Como alguns alojamentos são possuem cozinhas ou espaços para lazer, a rua acaba sendo a forma encontrada para esses trabalhadores manterem contato social e o consumo de bebida nos bares e mesmo na frente dos alojamentos, na calçada, representam umas das poucas formas que os “trecheros” têm para se divertirem (LOPO, 2015).

Esse desconforto entre os trabalhadores migrantes e os moradores da cidade retratado nas músicas e nos comentários citados é um retrato das unidades menores em que o gênero humano se diferencia quando tornado social (LUKÁCS, 2010). A forma social do ser é pluralista, diferenciando-se nessas unidades menores, como os locais e os “baianos” no caso específico de Rio Grande, e para esses grupos o gênero humano parece existir apenas como mera abstração, mesmo determinando as principais tendências da vida em sociedade (LUKÁCS, 2010). A genericidade do ser humano fundeia sua consciência de si nesses grupos menores e não como gênero real da totalidade humana (LUKÁCS, 2010). Dessa forma, migrantes e locais, como membros dessas formas parciais do gênero humano, reconhecem seus pares apenas dentro desses pequenos grupos, não como totalidade pertencente ao mesmo gênero.

Os trabalhadores migrantes entrevistados reconhecem ser mais difícil a adaptação da população local à sua chegada, do que a adaptação deles em relação à população local. Os quatro entrevistados concordam que o impacto maior foi sentido pela população local, pois eles se dizem habituados às constantes mudanças e a lidar com pessoas de diferentes cidades e costumes. Para Sebastião,

Só pelo fato da gente ter a nossa vida partilhada com uma empresa praticamente, partilhada com o trabalho... A gente passa mais tempo, às vezes chega a passar cinco meses longe de casa, morando com pessoas que conheci no mundo. Onde tu chega tu já tá acostumado a lidar com qualquer... Tem essa flexibilidade. O povo mais fácil de lidar é o daqui, de Rio Grande, porque é um povo mais recatado. É um povo que a gente vai na rua e é difícil de sorri, as vezes até ri... Mas sempre a gente vem de lugar mais badalado, de lugar com culturas diferentes, de festas, de noitadas. Para mim, o lugar mais sossegado, é aqui.

Esta forma de entender sua relação com a população das cidades por onde passam reforça as diferenças entre os grupos menores de que trata Lukács (2010), além de evidenciar que este desconforto não é um fato específico de Rio Grande, mas sim um fato sentido pelos trabalhadores migrantes nos locais por onde trabalharam. Para eles, aceitar essa espécie de

discriminação se tornou rotina, já não sendo mais reconhecida como agressão, mas como algo normal, ignorando a devida importância que a situação exige.

Severino reforça a fala de Sebastião. Para ele “o povo aqui é mais desconfiado, mais inseguro. Mas inseguro eu até entendo porque é do próprio movimento, foi muita gente vindo só de uma vez. Então tem muita gente que bagunça”. Epaminondas complementa as falas dos colegas, pois para ele “se tu fizer essa reunião aqui com pessoas de Rio Grande e perguntar o que [...] eles acham do pessoal, eles vão dizer que os ‘bairianos’ não prestam. E em tudo quanto é lugar que tu vai trabalhar, o ‘bairiano’ não presta”.

As formas fenomênicas da vida em sociedade emergem do trabalho (LUKÁCS, 2012a). É somente devido ao trabalho que as pessoas, ao longo da história, se aproximaram e desenvolveram as mais diferentes categorias da vida em sociedade (LUKÁCS, 2012a). A chegada dos “bairianos” a Rio Grande não é diferente: o trabalho os trouxe até a cidade. Entretanto, sob o domínio do capital, esse movimento representa a busca do trabalhador por um comprador de sua força de trabalho, para o qual ele executará uma atividade que lhe é externa e estranha, na qual não se afirma, mas nega o seu próprio ser e destrói seu espírito (MARX, 2013). Degradando-se o trabalho, degradam-se também as relações sociais que tem dele se originam.

Instalados em alojamentos muitas vezes inadequados para serem habitados, como destacado no capítulo 3, os trabalhadores, conforme argumenta Lopo (2015), não encontram condições de desfrutarem de momentos de lazer nos seus alojamentos, buscando alternativas ao seu tempo livre nas ruas, praças, *shopping centers* e bares da cidade. O tempo de lazer pelo qual os trabalhadores anseiam em uma sociedade de compra e venda de força de trabalho (BRAVERMAN, 1981), de certo modo também lhes é expropriado, assim como ocorre com seu trabalho. Afastados de suas famílias pelo processo de acumulação do capital, os trabalhadores acabam vivendo seus momentos de lazer de forma parcial, em bares, ruas e praças, uma espécie de refinamento da superexploração do trabalho tratada na seção anterior.

Apesar deste cenário de estranhamento, Honestino relata que, no dia a dia do trabalho, a relação “entre o trabalhador é uma relação boa. Um trabalhador com o outro é uma relação saudável”. Para o entrevistado, esta relação é abalada pelo fato dos trabalhadores migrantes, em grande parte dos casos, vinham para a cidade já “encaixado”, isto é, com emprego garantido, geralmente, em funções e com salários mais elevados que os recebidos pelos riograndinos. Embora concorde que a relação entre trabalhadores no começo do polo naval era saudável, pois “porque os caras [trabalhadores locais] estavam aprendendo com os caras [trabalhadores migrantes]”, Demerval relata que atualmente o “pessoal daqui não gosta

muito do pessoal de fora”, pois “hoje nós temos aqui muita gente capacitada para trabalhar”, corroborando a posição de Honestino. Embora, no momento atual de crise, haja certo desconforto na relação entre trabalhadores locais e migrantes, é possível verificar que ambos se reconhecem como pares quando no ambiente de trabalho, uma unidade menor em relação à totalidade humana.

Essa espécie de tensão que se manifesta de modo tácito entre trabalhadores riograndinos e migrantes atualmente, como demonstrado nas falas dos entrevistados Demerval e Honestino, é motivada pela forma como as contratações, sobretudo das posições hierárquicas mais elevadas, acontecem no polo naval, como já foi demonstrado ao longo deste capítulo. Em entrevista, representante da agência da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Rio Grande, confirmou esse tipo de prática por parte dos estaleiros locais, relegando a ampla oferta de vagas de trabalho através da agência FGTAS/SINE às de menor nível hierárquico, remuneração e exigências de capacitação. Para ela, o

estaleiro é uma coisa que já vem montada. Eles já vem estruturados ali com RH, com os engenheiros deles, nenhum quase daqui [...]. Tanto assim que eu fui lá e eles já tem uma estrutura completa. O que que falta? É electricista, soldador, montador, é a mão de obra. [...] Os peões.

A grande massa de trabalhadores desempregados aptos a assumir qualquer tipo de trabalho na indústria naval, repellido pela dinâmica do processo de acumulação, acirrou a concorrência entre os trabalhadores, neste momento de ocaso. A intolerância às diferenças de comportamento retratadas nas músicas destacadas pode ser tratada como uma manifestação desta concorrência a que o modelo de compra e venda de trabalho da sociedade impele os trabalhadores. Essa competição só aumenta a superexploração do trabalho, pois os trabalhadores, ávidos por vender sua força de trabalho em troca de um salário, se oferecem ao capitalista em condições tão ou mais superexploradas do que aqueles que estão em atividade, aceitando que sua força de trabalho seja remunerada abaixo do valor real (MARINI, 1973a).

As massas de trabalhadores liberadas pela indústria naval estão sendo absorvidas, em escala reduzida, em indústrias tecnologicamente menos avançadas e que exigem intensa mão de obra, como nas indústrias ligadas à construção civil, fertilizantes e ao setor madeireiro. Entretanto, como também nessas indústrias a demanda de trabalho está escassa, a pressão do exército de reserva sobre os trabalhadores ativos aumenta na mesma proporção em que aumenta a superexploração de seu trabalho.

Junto à população local e trabalhadores, os setores de comércio e serviços também foram afetados pelo ciclo da indústria naval em Rio Grande. Para o representante do CDL local, a implementação da indústria naval trouxe resultados positivos para os negócios da cidade. Ele argumenta que

houve um crescimento [...] muito grande por parte das empresas e esse resultado [...] na mesma proporção, tu pega [...] além do comércio a parte de serviço, a questão dos alojamentos, houve um impacto muito grande nesse segmento culminando, inclusive, em função de bons resultados, do empresário realizar novos investimentos. Quer dizer, ele ir [...] em direção a fazer melhores alojamentos, ampliar seu negócio, ampliar seus serviços, ampliar sua indústria pequena que fosse que também prestava serviço para o polo naval, e obviamente apostando [...] nessa operação polo naval, com uma linha de duração de 20 anos que se tinha no universo, dava muito bem para fazer uma previsão de fluxo de caixa, fazer investimentos e perceber condições desse crescimento.

Para o entrevistado, o que freou o crescimento econômico foi “uma redução considerável das operações do polo naval pela Lava Jato”, que acabou levando à retração da economia impactando os investimentos, muitos deles em andamento, dos comerciantes, prestadores de serviços e das indústrias locais. O entrevistado, que participou da comitiva que foi ao Rio de Janeiro defender a permanência das obras do polo naval em Rio Grande, destaca que, naquela ocasião, seu argumento foi o de que

se acreditou num projeto de governo e de uma empresa séria que tem um planejamento de curto, médio e longo prazo. As empresas locais foram lá e fizeram seu investimento e de repente, por uma má gestão, por uma série de questões que poderiam ser muito melhor trabalhadas, hoje estão estranguladas.

Com a permanência ao menos das duas obras de construção das plataformas P-75 e P-77, o representante do CDL vê, assim como o Prefeito Municipal, de forma positiva o momento que se anuncia. Para ele,

nesse momento a QGI retomando as atividades e as contratações entre março a maio, [...] é gente entrando na economia, salários parece que menores em relação ao passado, mas que estão aí, que vai ser novos empregos. Enquanto o país, de uma forma geral, está fechando empregos, a redução é maior que o crescimento, nós vamos estar fazendo uma oferta de emprego e conseguindo passar esses próximos dois anos senão como queríamos, mas com um pouco mais de alento, diante de um cenário terrível que é o que a gente está encontrando agora.

Porém, enquanto a anunciada retomada da indústria naval não ocorre, os empresários locais convivem com dívidas, quedas nas vendas, demissões de trabalhadores e mesmo o fechamento de seus negócios. Sobre a retração nas vendas, mesmo sem dados oficiais, o entrevistado afirma que

houve uma retração de vendas. As retrações são números que caminham de 30 a 50% de redução de vendas, é muito significativo, não é? É extremamente, tem negócios com acima de 50% de redução de vendas. Então, se tu parares para pensar

isso em termos de readequar custos, te reposicionar em relação a uma nova realidade, um novo mercado, muitos inclusive [...] pagando investimentos que já tinham sido colocados na sua matriz de custos, é um negócio muito complexo.

A instalação da indústria naval também afetou a rotina da SUPRG e dos bairros próximos à área onde estão instalados os estaleiros em Rio Grande. Na atividade portuária, segundo o representante da SUPRG, a indústria naval não provocou consequências na movimentação de cargas, mas exigiu da superintendência a organização das atividades de movimentação de embarcações, sobretudo durante as obras da plataforma P-53 e a perda de área de cais, com a concessão da área onde hoje está instalada a QGI. Sobre a movimentação de embarcações, o representante da SUPRG relata que

na plataforma P-53, que foi a primeira, para o porto, ela teve grande[...] movimentação de logística, de montar a plataforma por água, porque essas outras foram com guindastes. Aquela não, aquela foi por água. Haviam aquelas *track lifts*, que são aqueles guindastes que faziam a colocação dos módulos dessas plataformas. Isso sim, isso para o porto deu um impacto. O impacto de logística. De ter que organizar isso, em que momento eles poderiam fazer, e não é com qualquer tempo, dependia de correnteza, dependia de vento, dependia de chuva, e ao mesmo tempo a gente tinha que conciliar a entrada e saída de embarcações que a gente continuava com as nossas movimentações aqui. Como naquela época o nosso cais estava em toda a sua extensão, 1.850 metros, não houve problema de atraso de navio lá fora por conta de ter uma plataforma aqui. Isso não houve. O que houve foram algumas restrições em termos de entrada e saída, demora de algum turno ou outro, não mais do que isso. Esse foi o impacto que deu.

Sobre a concessão da área onde está instalada a QGI, o representante conta que

para entregar a QGI aqui, para a gente conseguir essa área para a QGI, que na época era QUIP, o que o estado, o que o porto, o que que o poder público teve que fazer? Retomar aquele prédio, ceder o prédio para a QUIP, de graça, e destinar uma área na época, para a Bunge, ali do lado da Aduos Trevo. Uma área nobre, de frente para o cais. Perdemos duas posições aqui. Antes disso já tinham doado aquela área ali do ERG 1 e depois do ERG 2. Então quer dizer, nós tínhamos quatro terminais que hoje nos fazem falta.

Lauriberto, representante do bairro localizado próximo ao estaleiro da QGI relata que com a instalação da empresa os moradores perderam uma área utilizada para lazer pela comunidade. Embora reconheça que a área onde fica localizado o campo referido por ele pertença à SUPRG, não ao bairro, ele relata que

o pessoal que morava colocava cavalo, [...] a gente tinha um campo de futebol. E com essa vinda deles [da QGI], o que eles fizeram? Eles plainaram aquilo ali, porque o porto, acho, fez um contrato com a QGI, o que aconteceu? Eles locaram aquilo ali, além de nós termos perdido esse campo, perdido espaço, perdido o campo de futebol que a gente tinha [...]. A gente perdeu aquilo ali.

O entrevistado relata também que, com a instalação do estaleiro, diversas ruas do bairro começaram a alagar em dias de chuva. Com as obras para instalação da QGI, o nível

campo, agora ocupado pela empresa, foi elevado em relação ao nível da rua, ocasionando que, em dias de chuva, a água que antes ficava retida no campo, agora é escoada para dentro do bairro, alagando ruas que, segundo o entrevistado, não apresentavam este problema.

O representante do bairro da 4ª Secção da Barra, por sua vez, relatou não perceber impactos significativos na vida dos moradores do bairro, exceção feita ao caso da indústria da pesca, já analisada na seção 5.1, deste capítulo.

Ao longo deste capítulo foram apresentadas algumas das consequências da implementação e posterior crise da indústria naval para a organização do trabalho na cidade de Rio Grande, a partir dos três focos de análise adotados: governo local, trabalhadores e comunidade riograndina. Como foi possível verificar, governo local, trabalhadores e comunidade sentiram fortemente as consequências do ciclo da indústria naval, ainda em marcha. Mesmo considerando a história da cidade e seus ciclos econômicos, o governo local não vê alternativas que não estejam vinculadas à busca por investimentos externos para alavancar o crescimento da cidade, reforçando as características da dependência latino-americana. Os trabalhadores lutam por sua sobrevivência em condições cada vez mais degradadas, produzindo sua vida de forma limitada. Já a comunidade local tenta se recuperar das marcas deixadas pelos momentos de euforia e reorganizar a vida neste momento de turbulência. No próximo capítulo serão discutidas as conclusões desta dissertação, obtidas a partir da confrontação entre os dados primários e secundários e o referencial teórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário situar essa dissertação no momento de grande turbulência econômica, política e social vigente no Brasil: as investigações da Operação Lava Jato, executadas pela Polícia Federal; a queda do preço das *commodities* no mercado internacional; e a insegurança quanto à continuidade dos investimentos financeiros ligados às atividades primárias, entre elas as atividades vinculadas à indústria naval. Especificamente sobre Rio Grande, a que se considerar também a diminuição no número de postos de trabalho, que colocam em questão o próprio futuro do setor na cidade. Tudo isso fez com que o município se convertesse de um suposto “mar de oportunidades²⁵” em um lugar de incertezas, neste momento de ocaso da indústria naval.

A situação apontada acima trouxe dificuldades à construção da dissertação, dados os frequentes rumores sobre a interrupção em definitivo das atividades do setor naval em Rio Grande e as reações do governo, trabalhadores da indústria e membros da comunidade local sobre o assunto. Entretanto, também, trouxe a possibilidade de analisar a história viva, observar suas mutações ao longo do tempo e (re)escrever este texto enquanto o real era transformado pela ação concreta dos seres humanos. Cabe destacar que o contexto analisado ainda não apresenta um desfecho. O futuro da indústria naval na cidade ainda é incerto e os trabalhadores continuam a esperar por respostas em relação aos rumos deste que é o mais recente ciclo de crescimento de Rio Grande.

Na busca por entender as consequências da implantação da indústria naval para a organização do trabalho no município de Rio Grande, em meio a este agitado momento, organização do trabalho foi definida como o resultado da relação de forças antagônicas dinamizada por mecanismos de produção que organizam formas de produzir a vida. No caso específico de Rio Grande, os mecanismos de produção que dinamizam as relações entre capitalistas e trabalhadores, atualmente, estão predominantemente relacionados à indústria naval.

Sua construção teórica teve como orientação o materialismo histórico, que permitiu análise alternativa às formulações que limitam a organização do trabalho ao ambiente intramuros dos locais nos quais se dá a produção econômica. Permitiu, também, um olhar mais amplo e crítico sobre os ciclos econômicos de Rio Grande, sobretudo o da indústria naval, ainda em movimento, assim como sobre as ações do governo local, o cotidiano e as

²⁵ “Mar de oportunidades” foi o slogan utilizado na promoção da 2ª Feira do Polo Naval, realizada no ano de 2013, ano de maior movimentação da indústria naval na cidade.

lutas dos trabalhadores e a constante organização da vida da população ao longo da história do município.

No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com representantes do governo local, trabalhadores, representantes de instituições de classe e comunitários. As falas dos entrevistados colocaram em evidência os aspectos teóricos, demonstrando seu potencial explicativo em relação ao momento atual de Rio Grande.

A cidade passou por diversos ciclos econômicos ao longo de sua história. Todos marcados por mudanças no aparato produtivo local, evidenciando as diferentes linhas de acumulação sobre as quais o capital, em seu ciclo de valorização, reestrutura a produção em um dado momento histórico (OSÓRIO, 2012). A cada novo ciclo, a vida é reorganizada em Rio Grande, ocasionando consequências para toda a população que se articula em torno de um novo processo produtivo, de novas profissões e de novos habitantes e seus costumes, de modo a favorecer a acumulação do capital (BRAVERMAN, 1981).

Mesmo ponderando a história da cidade e seus ciclos econômicos, o governo local não vê alternativas que não estejam vinculadas à busca por investimentos externos para alavancar o crescimento do município, reforçando as características da dependência latino-americana. Nas ações da prefeitura, que buscam investimentos externos, sobretudo no setor de energias renováveis, há uma expectativa de “ascensão” de uma indústria de elevado padrão tecnológico, como no caso da indústria naval, que possibilitaria avançar para uma industrialização nos moldes dos países centrais que, conseqüentemente rompessem com seu caráter periférico.

As ações protagonizadas pela prefeitura buscam um novo processo de industrialização apoiado no setor de bens de capital dos países ditos centrais, de onde importarão equipamentos, tecnologia e conhecimento. Processo que amplia e reforça cada vez mais a dependência (MARINI, 2012a, 1973a). O que não foi compreendido é que sua condição de economia periférica é estrutural e, pelo caminho trilhado na atualidade, sem possibilidade de superação ou solução, uma vez que é determinada pela própria condição de dependência (CARCANHOLO, 2008). Assim, o governo local reforça-a enquanto tenta, equivocadamente, superá-la.

A análise dos dados obtidos junto aos trabalhadores evidenciou a forma como eles se constituem enquanto ser social. Forçados à ação pela pressão do capital, que os impele a realizar atividades sob pena da ruína, mesmo que estas contrariem suas convicções (LUKÁCS, 2009), culminando em uma forma limitada de produção da vida. Forma na qual a relação dialética do ser social com a práxis social, ao invés de fortalecer suas bases

ontológicas, acaba por deformá-las. Os trabalhadores têm suas possibilidades de vida limitadas com a racionalização do processo de trabalho que quebra sua unidade orgânica e transforma o trabalho humano em mera abstração (DORNELAS CAMARA, 2014).

Habitados a constante movimentação ao redor do país à procura de compradores para sua força de trabalho, à rotina dos alojamentos, ao ritmo intenso de trabalho, à pressão por produtividade, e até mesmo a intolerância dos habitantes das cidades por onde passam, os trabalhadores realizam suas atividades nos estaleiros da cidade em patamar semelhante ao das máquinas (MARX, 2006).

Em busca por compradores para sua força de trabalho, transformada em mercadoria sob o modo de produção capitalista, os trabalhadores vinculados ao polo naval caracterizam-se pelo deslocamento ao redor do país à procura de melhores salários e postos de trabalho, captados de acordo com o movimento de valorização do capital (BRAVERMAN, 1981). Essa dinâmica, em muitos casos, os impossibilita de conviver com suas famílias e/ou em seus locais de origem ou, mesmo, de que suas famílias os acompanhem para onde vão, dada a insegurança quanto ao tempo em que permanecerão empregados em cada localidade. Por consequência, os trabalhadores encontram nas amizades construídas no “trecho” uma compensação a este refinamento da superexploração do trabalho.

Algumas dessas amizades do “trecho” se concretizam nos alojamentos onde os trabalhadores ficam hospedados, dividindo quartos com seus colegas. Mas a vida nos alojamentos também apresenta um lado mais sombrio, caracterizado por dificuldades triviais de convívio entre os trabalhadores e pelo desconforto de expor sua intimidade a pessoas, até bem pouco tempo, estranhas. Seja no convívio social ou, mesmo, na necessidade imposta de dividir um quarto. Essas situações atreladas, em alguns casos, ao descaso das empresas contratantes quanto ao que acontece nos alojamentos, o que leva a desfechos trágicos como relatado no Capítulo 4, reforça a condição de mero recurso produtivo dos trabalhadores, muitas vezes “armazenados” como coisas, diferindo das máquinas e ferramentas guardadas nos almoxarifados quantitativa e não qualitativamente.

Essa condição de recurso produtivo é reforçada, quando analisado o dia a dia nos estaleiros de Rio Grande. Pressionados a intensificarem seu trabalho e ampliarem a produção de mais-valia pelo crescente exército de reserva, composto por trabalhadores liberados pela dinâmica do processo de acumulação para o qual contribuem, os trabalhadores empregados aceitam, muitas vezes, violar sua própria força de trabalho em nome da sobrevivência. Dessa forma, são levados a realizar suas atividades pela compulsão, pela força e pelo medo que lhe são impostos (BRAVERMAN, 1981).

Submetidos ao modo capitalista de produção, que destrói qualquer alternativa possível à classe trabalhadora que não seja a submissão, os trabalhadores não tem liberdade para escolherem quais caminhos tomarão frente às decisões que lhes são confrontadas (BRAVERMAN, 1981). Aliados da escolha relacionada à dinâmica de seu processo de trabalho, e desconhecendo, ou conhecendo tenuemente, as cadeias causais que tal processo movimenta, os trabalhadores possuem formas de liberdade cada vez mais restritas (LUKÁCS, 2009).

Embora tenha sido possível verificar certa hostilidade às formas de degeneração do trabalho escondidas debaixo da habituação ao modo capitalista de produção (BRAVERMAN, 1981), ela ainda é efêmera e está relacionada diretamente com a modificação da realidade imediata. Com sua consciência submetida à reificação que nasce das formas mercantis, nas quais o trabalho humano não é mais do que mera abstração, os trabalhadores tendem a imbricarem-se cada vez mais na servidão ao capital, enquanto tentam libertar-se dele (LUKÁCS, 2012b).

As manifestações da vida em Rio Grande são, historicamente, afetadas pelo processo de acumulação do capital, como visto anteriormente. Com a indústria naval, a vida da população foi reorganizada de modo a facilitar o processo produtivo, trazendo consequências significativas para a cidade. Além da oscilação sentida pelos setores de comércio e serviços nesse período de ascensão e crise da indústria naval, a população local sofreu com novos aspectos que alteram a organização de sua vida. Afora as questões ligadas ao crescimento econômico, a chegada dos trabalhadores migrantes foi uma das consequências mais sentidas pelos riograndinos.

A chegada dos trabalhadores migrantes a Rio Grande causou perceptível desconforto e despertou a intolerância nos riograndinos. Uma breve conversa com moradores denota as predefinições e os estereótipos em relação a esses trabalhadores. O desconforto e a intolerância existente entre riograndinos e os migrantes caracterizados como “bairianos”, como retratado no capítulo 4, evidencia as unidades menores em que o gênero humano se diferencia quando tornado social (LUKÁCS, 2010).

Com sua consciência fundada nesses grupos menores, “bairianos” e riograndinos se reconhecem como membros dessas formas parciais do gênero humano, não como uma totalidade pertencente ao mesmo gênero. Essa relação conflituosa, marcada pelo preconceito, intolerância aos hábitos dos trabalhadores migrantes, e desconhecimento da real situação em que muitos deles se encontram (distância da família, alojamentos precários, etc.) reforça a degradação da vida.

Os trabalhadores migrantes entrevistados consideram que os maiores impactos de sua mobilidade são sentidos pela população das cidades por onde transitam, uma vez que já se dizem acostumados as frequentes mudanças. Para eles, a intolerância e o preconceito dos habitantes locais são tratados como algo corriqueiro, não sendo reconhecido como agressão e sendo ignorada a gravidade da situação.

As consequências da implementação da indústria naval em Rio Grande atingem os aspectos mais triviais do dia a dia dos bairros próximos ao polo. Em um deles, os moradores perderam uma área utilizada há décadas pela comunidade para lazer, devido à cessão do respectivo espaço, gratuitamente, para a instalação de um dos estaleiros. Tal fato ocasionou, além da perda citada, graves problemas com alagamento das ruas do bairro, dificultando o ir e vir dos moradores nos dias de chuva. Esta situação, dentre outras, denota o quanto a vida é reorganizada diariamente de modo a favorecer o processo de acumulação (BRAVERMAN, 1981).

Organizar o trabalho, categoria fundante do ser e da práxis social, extrapola a mera distribuição das atividades intramuros nos locais em que se dá a produção econômica, como foi possível verificar ao longo do texto. A organização do trabalho invade a vida dos trabalhadores e da comunidade riograndina, organizado formas que limitam as possibilidades de produção da vida.

Contraditoriamente, as lutas dos trabalhadores, muito frequentes nos últimos anos em Rio Grande, que poderiam ser o meio pelo qual a classe trabalhadora daria o passo em direção ao rompimento da ordem vigente (LUKÁCS, 2012b), acabam restritas àquilo que a organização do trabalho permite. Sem romper com a estrutura reificada da existência, a unidade orgânica do processo de trabalho permanecerá partida e os trabalhadores continuarão a ter suas possibilidades de produção da vida limitadas.

Da maneira como estão postas, as conquistas obtidas nas lutas pelos trabalhadores, embora importantes, ainda são muito efêmeras frente a sua união mais ampla como classe, superando a concorrência que fazem entre si na busca pela sobrevivência e que os desarticula como tal, e diante da exploração que lhes é imposta pelo capital (MARX e ENGELS, 1999). As lutas dos trabalhadores buscam, como foi possível verificar, salvaguardar a posição em que a classe trabalhadora se encontra e não uma mudança nessa posição. Enquanto as leis da produção capitalista continuarem a ser aceitas como naturais, envolvendo as manifestações da vida, os trabalhadores continuarão, cada vez mais, imbricados na servidão ao capital.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálisys**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 216-225, jul./dez. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/11.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil – reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, jun. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

ATO em Defesa do Polo Naval. Rio Grande, 2015. Arquivo pessoal do autor.

APL POLO NAVAL E OFFSHORE. **Sobre o APL do Polo Naval**. Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://www.aplnavalriogrande.org/#projetos>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

ÁVILA, Karoline. Principal estaleiro de Rio Grande alega dificuldades financeiras e não descarta demissões. **Rádio Gaúcha**. Porto Alegre, 28 jul. 2015. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/principal-estaleiro-de-rio-grande-alega-dificuldades-financeiras-e-nao-descarta-demissoes-143681.html>>. Acesso em 19 fev. 2016.

ÁVILA, Karoline. Estaleiro Rio Grande demite 3 mil desde a saída da plataforma P-66. **Rádio Gaúcha**. Porto Alegre, 12 dez. 2014. 2014a. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/estaleiro-rio-grande-demite-3-mil-desde-asaida-da-plataforma-p-66-124999.html>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

ÁVILA, Karoline. Trabalhadores do Polo Naval protestam por melhores condições de moradia. **Jornal Agora**. Rio Grande, 27 fev. 2014. 2014b. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=55584>>. Acesso em 20 set. 2015.

BAIRRO Cidade de Águeda. Rio Grande, 2015. Arquivo pessoal do autor.

BARAT, Josef; NETO, Carlos Alvares da Silva Campos; DE PAULA, Jean Marlo Pepino. Visão econômica da implantação da indústria naval no Brasil: aprendendo com os erros do passado. In: NETO, Carlos Alvares da Silva Campos; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (Orgs.). **Ressurgimento da indústria naval no Brasil: (2000 – 2013)**. Brasília: Ipea, 2014.

BRASIL. **PAC/Estados/Rio Grande do Sul**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estado/rs>>. Acesso em 26 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem Miséria no seu Município**. Brasília, 2015. 2015a. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69>. Acesso em 22 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Dados e Estatísticas**. Brasília, 2015. 2015b. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/dados_estatisticos>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. **Balanco 4 anos – PAC 2 – 2011/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2014/141211_apresentacao_11o_balanco_pac.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRASIL. **PAC2 – 2011-2014 – 1º Balanço**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/publicacoes-nacionais/1o-balanco-completo-do-pac-2-janeiro-junho-2011.pdf/view>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BRASIL. **Investimentos em infraestrutura 2009 – 6º balanço**. Brasília, 2010. 2010a. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/publicacoes-nacionais/6o-balanco-completo-do-pac-2-anos-fevereiro-de-2009.pdf/view>>. Acesso em 26 jan. 2016.

BRASIL. **Balanco 4 anos – 2007/2010**. Brasília, 2010. 2010b. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/publicacoes-nacionais/11o-balanco-completo-do-pac-4-anos-2007-a-2010.pdf/view>>. Acesso em 26 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452: Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>>. Acesso em: 06 mar.2016.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**: material para imprensa. Brasília, 2007. 2007a. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra>>. Acesso em 26 jan. 2016.

BRASIL. **Apresentação de Lançamento do PAC em 22/01/2007**. Brasília, 2007. 2007b. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais>. Acesso em 26 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.135**, de 26 de junho de 2007. Brasília, 2007. 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm>. Acesso em 30 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 221**, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em 25 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Delegada nº 10**, de 11 de outubro de 1962. Brasília, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm>. Acesso em 25 jan. 2016.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRINKMANN, Svend. Interviewing. In: GIVEN, Lisa M. (Ed.). **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. London: Sage, 2008. p. 470-472.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, ago. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

CARDOSO, Adriana Lessa. **A Condição do Trabalho Feminino no Polo Naval do Rio Grande/RS**. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://www.posgeografia.furg.br/index.php/documentos/dissertacoes?download=100%3Adissertacao-adriana-lessa-cardoso&start=20>>. Acesso em: 23 out. 2014.

CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Orgs.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011.

CARVALHO, Gustavo de Lemos Campos. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Rev. bras. polít. int.** 1999, vol.42, n.1, pp. 110-126.

CARVALHO, Leandro. Trabalhadores do Polo Naval protestam por melhores condições de moradia. **Jornal Agora**. Rio Grande, 27 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=55584>>. Acesso em 20 set. 2015.

CARVALHO, Leandro. Condições de alojamentos desagradam trabalhadores. **Jornal Agora**. Rio Grande, 30 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=45357>>. Acesso em 20 set. 2015.

CHAGAS, Priscila Borgonhoni. **Desenvolvimento e Dependência no Brasil: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS)**. 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração,

Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/102305>>. Acesso em 26 jan. 2016.

CIPRIANO, Diego Mendes. O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 1970 (Rio Grande-RS): remoção de moradias, destruição de histórias das pessoas e a produção da desigualdade ambiental. In: MACHADO, Caio RS; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Empresômetro MPE**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>. Acesso em: 15 set. 2015.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Informações de Saúde (TABNET)**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DIVERIO, Rafael. Chegada da P-63 a Rio Grande reforça time de gigantes no polo naval. **Zero Hora**. Porto Alegre, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/01/chegada-da-p-63-a-rio-grande-reforca-time-de-gigantes-no-polo-naval-4029664.html>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha (Coord.). **Desenvolvimento e Consolidação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2009.

DORNELAS CAMARA, Guilherme. **Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação**. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/96901>>. Acesso em: 10 out. 2015.

FAÉ, Rogério. Porto de Rio Grande: um processo de desenvolvimento ou de dependência em relação à dinâmica econômica em escala global? . In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÕES E PESQUISAS LATINOS EM ADMINISTRAÇÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2014, Porto Alegre. III Congresso Internacional de Pós-Graduações e Pesquisas Latinos, 2014. Disponível em: <<http://www.redpilares.org>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos políticos-estratégicos: o banco mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento**. 2009. 263 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/15715>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

FEIJÓ, Flavio Tosi; MALDONADO, Danielle Trindade. **Polo naval do Rio Grande: potencialidades, fragilidades e a questão da migração**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI,

2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fce/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/TD2_feijo_madono_FINAL.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

FESTA de Confraternização dos Trabalhadores da Rheingantz na década de 1960. Rio Grande, [196-]. Arquivo pessoal do autor.

FLEURY, Afonso Carlos Correia; VARGAS, Nilton. **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinas – sete casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 1983.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Dados Municipais**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Cidades**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232k7>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

GARCIA, Anderson Marques; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Convergências e divergências: aspectos das culturas indígenas Charrua e Minuano/Convergences and divergences: aspects of indigenous Charrua and Minuano. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 39, p. 37-50, 2012. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/vivencia/article/view/1933>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

GASPARETTO, Maurício. Petrobras aceita valores para obras das plataformas P-75 e P-77 no RS. **G1/RS**. Rio Grande, 06 nov. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/11/petrobras-aceita-valores-para-obras-das-plataformas-p-75-e-p-77-no-rs.html>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

GONZATTO, Marcelo. Trabalhadores de Rio Grande pretendem se reunir com a direção da Petrobras. **Zero Hora**. Porto Alegre, 12 fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/trabalhadores-de-rio-grande-pretendem-se-reunir-com-a-direcao-da-petrobras-4699112.html>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IMAGENS atuais da Vila Operária da Rheingantz. Rio Grande, 2015. Arquivo pessoal do autor.

INCÊNDIO atinge alojamento de trabalhadores no centro da cidade. **Jornal Agora**. Rio Grande, 25 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=41342>>. Acesso em: 20 set. 2015.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografia como instrumentos de pesquisa. In: BAUER, Martim W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LOPO, Rafael Martins. Do macro-discurso de pujança ao choque cultura: alguns dos impactos do Polo Naval na cidade de Rio Grande. In: MACHADO, Caio RS; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

LUKÁCS, György. O trabalho. In: _____. **Para uma ontologia do ser social**. Volume II. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 2012a.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 2012b.

LUKÁCS, György. **Prolengômenos para um ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

MAPA de Localização Geográfica da Cidade do Rio Grande. Rio Grande: Google Maps, 2015. Um mapa. Escala indeterminável. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Rio+Grande,+RS/@-32.2092211,-52.3820449,7z/data=!4m2!3m1!1s0x95119c6ccee3f81d:0x93d00d2f95cfc21d?hl=pt-BR>>. Acesso em 20 nov. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. 2012a.

MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Revista Outubro**, n. 20, p. 27-70, 2012. 2012b. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/20/out20_02.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: **América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini**. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/06razones.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência: 1973. 1973a. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Rui Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência: 1973. 1973b. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Rui Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 181-194.

MARTINS, Solismar Fraga; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais – O caso do município de Rio Grande (1874-1970). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.6, n.1, p. 85-100, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br:8080/handle/1/810>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MARTINS, Cesar Augusto Ávila. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil. **Scripta Nova** – revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, vol. XIV, n. 331, 2010. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>. Acesso em: 31 jan. 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. Volume I. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. [S.l.]: Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASCARELLO, Marcela de Avellar; SANTOS, Caio Floriano dos. Rio Grande (RS): entre a expansão portuária e a invisibilidade social programada. In: MACHADO, Caio RS; SANTOS, Caio Floriano dos; MASCARELLO, Marcela de Avellar (Orgs.). **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

MICHAELIS. **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 23 jan. 2015.

MUZIKANT, Geraldo. **Mobilização histórica une trabalhadores do campo e da cidade em Rio Grande para debater a Frente Brasil Popular e promover ato em defesa da Petrobras**. Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita – SINDIMETAL CANOAS. 27 out. 2015. Disponível em: <<http://sindimetalcanoas.org.br/novo/noticias/a/mobilizacao-historica-une-trabalhadores-do-campo-e-da-cidade-em-rio-grande-para-debater-a-frente-brasil-popular-e-promover-ato-em-defesa-da-petrobras/>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

OLIVEIRA, Adriano. Agente diz ter acervo de 5 mil itens do Carandiru em casa no interior de SP. **G1**. São Paulo, 02 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/02/agente-diz-ter-acervo-de-5-mil-itens-do-carandiru-em-casa-no-interior-de-sp.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAES, Rafael Lipinski (Org.). **Arranjo Produtivo Local Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno: caracterização territorial e plano de desenvolvimento**. Rio Grande: Editora da FURG, 2014.

PARALISAÇÃO de Trabalhadores em frente à Ecovix. Rio Grande, 2015. Arquivo pessoal do autor.

PASIN, Jorge Antonio Bozoti. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e Perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.9, n.18, p.121-148, 2002

PELLISSARI, Marina Krüger. **A “Mais Fina Sociedade Riograndina” e suas Representações: A vida Social da Elite de Rio Grande – RS (1956 a 1960)**. 2012. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/69833>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINTO, Rafael Colvara. **A Cidade como Espaço de Acolhida: o Pensar Teológico no contexto do Polo Naval na cidade do Rio Grande/RS**. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/5782>>. Acesso em: 20 out. 2014.

POLL, Anete. QGI e Petrobras assinam contrato para a construção de módulos das plataformas. **Jornal Agora**. Rio Grande, 26 nov. 2015. 2015a. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=79903>>. Acesso em 18 dez. 2015.

POLL, Anete. Trabalhadores bloqueiam estrada em protesto pela falta de pagamento. **Jornal Agora**. Rio Grande, 04 dez. 2015. 2015b. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=80231>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

POLL, Anete. Briga termina com uma morte e dois feridos. **Jornal Agora**. Rio Grande, 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=59889>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

POLL, Anete. Incêndio atinge mais um alojamento de trabalhadores. **Jornal Agora**. Rio Grande, 14 jun. 2013. 2013a. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=44693>>. Acesso em 20 set. 2015.

POLL, Anete. Condições de alojamentos desagradam trabalhadores. **Jornal Agora**. Rio Grande, 30 jun. 2013. 2013b. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=45357>>. Acesso em 20 set. 2015.

POLL, Anete; TORALLES, Eduarda. Suspeitos de homicídio na Quinta prestam depoimento. **Jornal Agora**. Rio Grande, 20 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=7&n=59965>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Relatórios Estatísticos do MEI**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em 15 set. 2015.

PREFEITURA DO RIO GRANDE. Novos Investimentos para a Região Sul. **Rio Grande em Ação – Jornal Institucional da Prefeitura do Rio Grande**. Rio Grande, Ano 1, n. 1. 2015.

RHEIGANTZ, Carlos Guilherme. **Cia. União Fabril – Tecelagem Rheingantz**. Pelotas, 16 nov. 2013. Disponível em: <<http://familiarheingantz.blogspot.com.br/2013/11/ciauniao-fabril-tecelagem-rheingantz.html>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Porto do Rio Grande**. Rio Grande. Disponível em: <www.portoriogrande.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2014.

ROCHA, William Martins da. ; MARTINS, Cesar Augusto Ávila. As políticas públicas de moradia: a formação do loteamento Cidade de àgueda no município do Rio Grande-RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: PUC-RS, 2010. v. 1. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.joaobn.com/chis/Artigos%20CHIS%202010/076-A.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

RODRIGUES, Aline. Assembleia deve definir situação dos trabalhadores da Ecovix. **Jornal Agora**. Rio Grande, 12 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=54909>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SANTOS, Ray. 5.500 funcionários paralisam o estaleiro Ecovix agravando a crise do polo naval de Rio Grande. **Jornal Dia a Dia**. Três Lagoas, 21 out. 2015. Disponível em: <<http://jornaldiadia.com.br/5-500-funcionarios-paralisam-o-estaleiro-ecovix-agravando-a-crise-do-polo-naval-de-rio-grande/>>. Acesso em 18 dez. 2015

SILVA, Rogério Piva da. *et al.* O impacto do Polo Naval no setor imobiliário da Cidade do Rio Grande/RS. In: 6º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2012, Porto Alegre. PUC/RS, 2012. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa3/O_Impacto_do_Polo_Naval_no_Setor_Imobiliario_da_cidade_de_RioGrande_RS.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E *OFFSHORE*. **Empregos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.sinaval.org.br/empregos>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE. **Polo Naval Gaúcho: você faz parte dessa história**. Rio Grande: Idea Digital, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA NAVAL. **Dicionário Naval SOBENA**. Disponível em: <http://www.sobena.org.br/?page_id=17>. Acesso em: 14 fev. 2016.

STEBBINS, Robert Alan. Exploratory Research. In: GIVEN, Lisa M. (Ed.). **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. London: Sage, 2008. p. 327-329.

SOUZA, Sérgio Elisandro Dorneles de. **Polo Naval de Rio Grande – Análise de Impactos na Geração de Empregos por escolaridade no Corede Sul através da metodologia da Matriz Insumo-Produto**. 2014. 110f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia do Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/5989>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

ZIEBELL, Carmem. Sindicato dos Metalúrgicos comemora resultado das negociações salariais. **Jornal Agora**. Rio Grande, 27 mai. 2013. 2013a. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=43991>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

ZIEBELL, Carmem. Metalúrgicos da P-58 reclamam da falta de pagamento. **Jornal Agora**. Rio Grande, 27 mai. 2013. 2013b. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=52322>>. Acesso em: 17 fev. 2016.